FRM
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Ma. Ana Maria Gomes dos Santos
Esp. Anne Karoline Toledo
Dra. Angelica da Trindade Henrique
Ma. Érika Flávia Soares da Costa
Esp. Gislene Muniz dos Santos
Esp. José Jerfferson de Lacerda da Silva
Ma. Mariana da Silva Pacheco
Ma. Rafaelle Higino de Lemos
Ma. Vivia Pereira de Moraes Santos
(Organizadores)

EXTENSÃO EM AÇÃO

VOLUME I

Hawking
EDITORA

EXTENSÃO
EM AÇÃO

VOLUME I

DIREÇÃO EDITORIAL: Betijane Soares de Barros
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Autores
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira da Silva
DESIGNER DE CAPA: Autores

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.

Todos os livros publicados pela Editora Hawking estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora HAWKING
Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, 57057-780
www.editorahawking.com.br editorahawking@gmail.com

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Bruna Heller (CRB10/2348)

E96

EXTENSÃO EM AÇÃO [recurso eletrônico] : VOLUME 1 / Érika Flávia Soares da Costa ... [et al.] (Organizadores). – Maceió, AL: Editora Hawking, 2025.
Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-88220-98-6

1. Extensão. 2. Ação universitária. 3. Universidade. 4. Programa. 5. Integração. I. Costa, Érika Flávia Soares da. II. Henrique, Angelica da Trindade. III. Santos, Vivia Pereira de Moraes. IV. Toledo, Anne Karoline. V. Título.

CDU 378.4

Índice para catálogo sistemático:

CDU: Ensino superior 378.4

Direção Editorial

Dra. Betijane Soares de Barros, Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS (Brasil)

Conselho Editorial

Dra. Adriana de Lima Mendonça/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dra. Ana Marlusia Alves Bomfim/ Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Ana Paula Morais Carvalho Macedo /Universidade do Minho (Portugal)

Dra. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Eduardo Cabral da Silva/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Brasil)

Dr. Fábio Luiz Fregadolli//Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Maria de Lourdes Fonseca Vieira/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Jamyle Nunes de Souza Ferro/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Laís da Costa Agra/Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ (Brasil)

Dra. Lucy Vieira da Silva Lima/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Rafael Vital dos Santos/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dr. Anderson de Alencar Menezes/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Ma. Ana Maria Gomes dos Santos
Esp. Anne Karoline Toledo
Dra. Angelica da Trindade Henrique
Ma. Érika Flávia Soares da Costa
Esp. Gislene Muniz dos Santos
Esp. José Jerfferson de Lacerda da Silva
Ma. Mariana da Silva Pacheco
Ma. Rafaelle Higino de Lemos
Ma. Vivia Pereira de Moraes Santos
(Organizadores)

EXTENSÃO EM AÇÃO

VOLUME I

Maceió-AL
2025
hawking EDITORA

SUMÁRIO

O PODER TRANSFORMADOR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DA FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO (AL).
Angelica da Trindade Henrique
Érika Flávia Soares da Costa
José Rufino Macêdo de Andrade
Ana Maria Gomes dos Santos
Danilo Barbosa Morais..... **11**

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM USUÁRIOS ACAMADOS E DOMICILIADOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Adriana Maria Moura Nunes
Anny Gabrielle Rocha Alves
Cibele Farias Bastos
Damilly Metódio da Silva
Ellen Thayná Fontes da Silva
Emilly Kaillane Dantas Matos
Greyce Kelly Soares Santos
João Paulo Cazuza dos Santos
José Daniel Silva
Karine Higino dos Santos
Lauren Camargo Silva
Maria Eduarda dos Santos
Thayssa Emanuelly dos Santos Rocha
Danilo Barbosa Morais..... **35**

DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: Conscientização e Expressão Criativa
Kleytto William dos Santos
Ulysses Xavier Pinheiro..... **54**

DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA TABULEIRO DOS NEGROS
João Batista Santos Filho
Ana Beatriz de Melo Caetano dos Santos
Douglas Fernandes dos Santos
João Vitor Santana
José Leandro Firmo dos Santos
José Lucas dos Santos
Karoliny Steffany Dantas Gonçalves
Lorena Caryse Pereira dos Santos
Luana Lázaro dos Santos
Magaly dos Santos Lôbo
Rafaelle Maria Gomes Batista Tavares
Sibele Regina Raposo dos Santos
Tainá Jaine de Lima Santos Oliveira
Thalita Vieira Silva..... **78**
MÃOS QUE SALVAM: PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR
Bruna Ellen dos Santos
Cindy Yentl Pereira Martins
Deisy Kelly Pereira Vicente
Flávia da Silva Lemos
Gisele dos Santos
Ingrid Vitória Silva Santos
Lilian Danyelle Santos Silva
Marcos Vinícius Dos Santos Gomes
Maryane Freire Fausto
Maxsuel Alves Calumby
Monike Grasiele Dos Santos
Sabrina Silva Santos
Suellen Santos de Melo
Valdilene dos Santos

Valéria Santos de Assis
Victoria Gislene dos Santos Souza
Danilo Barbosa Morais..... **102**
O PAPEL DA FISIOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
Alana Cerqueira Souza Monte
Emannuelly Almeida dos Santos
Evelyn Kamily da Silva Santos
Julia Vitória Santos de Olivei
Laura Lúcia Batista dos Santos
Letícia Costa Silva
Letícia Maria Medeiros Vasconcelos
Luany Lara Vieira Lima Vasconcelos
Marcelle Maria Vitor Santos
Nivia Hevellyn de Oliveira Santos Engrácio
Patrícia Fernandes Ferreira
Raiane Dantas Pereira
Roger de Oliveira Moura
Tayanne Marter Rodrigues
Danilo Barbosa Morais..... **115**
VIVÊNCIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ASSENTAMENTO 1° DE MAIO: a falta de saneamento básico como fator principal do agravamento dos casos de dengue
Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araujo
Maria Clara Leite Bastos
Potira Monteiro de Moura
Rafaela Iris Ferreira Silva
Woshimgton Ribeiro Rocha..... **128**

“POR MAIS SORRISOS”: RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM UMA CASA DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS
José Cicero dos Santos Júnior
Gabrielle Nancy Soares Ferreira
Everton Henrique Vitorio Silva
Emylle dos Santos Martins
Kamila Valeska S. Almeida
Jessica Melo de Oliveira
Lucineide Cássia dos Santos
Maria Stephane Marinho Duarte
Brena Iara Ferreira dos Santos
Maria Julia Azevedo Pereira
Jhennifer Freitas da Silva..... **151**
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA EXTENSÃO NA CIDADE DE PENEDO - AL
Vívia Pereira de Moraes Santos
Erick de Oliveira Lemos
Ana Victória Gomes dos Santos
Aurea Maria Rocha de Carvalho
Daniel Santos **166**
DINAMISMO COM GÊNEROS TEXTUAIS PARA SUPERAR OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO CENTRO JUVENIL MARIA AUXILIADORA
Maria das Virgens Nunes dos Santos
Orlando de Barros Pimentel Neto
Rodrigo Alberto de Paulo Rocha
Maria Lúcia Pereira Silva Lima..... **185**

O PODER TRANSFORMADOR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DA FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO (AL).

Angelica da Trindade Henrique[1]
Érika Flávia Soares da Costa[2]
José Rufino Macêdo de Andrade[3]
Ana Maria Gomes dos Santos[4]
Danilo Barbosa Morais[5]

RESUMO

A extensão universitária compõe o tripé do ensino superior, juntamente com o ensino e a pesquisa. A Resolução nº 7 de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) tornou obrigatória a curricularização da extensão, reconhecendo seu papel na formação integral do estudante. O

[1] Docente e Coordenadora do Núcleo de Extensão da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Doutora em Economia pela UFPE; Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). MBA em Administração, Contabilidade e Finanças pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF). Licenciada em Matemática pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF).
[2] Docente e Diretora Acadêmica da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo - AL. Mestra em Serviço Social pela UFAL. Pós-Graduada em Saúde Mental e Dependência Química pela FERA. Pós-Graduada em Cannabis Medicinal pela UNYLEYA. Graduada em Serviço Social pela UFAL.
[3] Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Enfermeiro. Sanitarista, especialista em Vigilância em Saúde e em Análise de Situação em Saúde.
[4] Docente e Coordenadora do Curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Mestra em Saúde e Ambiente pela UNIT. Pós-Graduada em Fisioterapia na UTI Neonatal e Pediátrica pela INTERFISIO. Graduada em Pedagogia pela FRM. Graduada em Fisioterapia pela UNIT.
[5] Docente e Coordenador do Núcleo de Iniciação Científica e Monitoria da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Fisioterapeuta. Especialista em Ortopedia, Traumatologia e Esportes. Especialista em Educação em Saúde. Mestre em Educação Física. Doutorando em Saúde Coletiva.

presente trabalho teve como objetivo analisar o impacto da extensão universitária na formação cidadã e responsabilidade social dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa básica, descritiva e explicativa, utilizando a revisão bibliográfica como principal método de coleta de dados, em estudos publicados entre 2019 e 2024, empregando descritores "extensão universitária", "poder transformador" e "comunidade". A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática. Os projetos de extensão da FRM-Penedo, abrangem áreas como comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. As atividades desenvolvidas se estenderam para além do município de Penedo, alcançando cidades vizinhas como Neópolis- Sergipe, Piaçabuçu, Igreja Nova e São Sebastião em Alagoas. A extensão universitária, por meio da relação dialógica com a comunidade, democratiza o conhecimento e promove o desenvolvimento social, além de contribuir para a formação integral dos estudantes, proporcionando a aplicação prática de conhecimentos teóricos e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a cidadania e mercado de trabalho, sendo o discente o protagonista nas ações extensionistas, fomentando a liderança, o trabalho em equipe e a responsabilidade social. Conclui-se que a extensão universitária é uma ferramenta fundamental para a transformação social e a formação de profissionais engajados e preparados para os desafios da contemporaneidade.

Palavras-chave: extensão universitária; curricularização da extensão; responsabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

A partir da resolução n^0 07 de 2018, o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, estabeleceu que todas as instituições de ensino superior do Brasil deveriam incorporar aos currículos do curso a extensão, como peça fundamental do tripé do ensino superior, a chamada curricularização da extensão, estabelecendo

um prazo de adaptação dos currículos até dezembro de 2022 (BRASIL, 2018).

Fruto de décadas de luta para ser considerada como elemento fundamental do processo de ensino-aprendizagem, a extensão universitária pode ser entendida como a relação dialógica que deve ser estabelecida entre instituições de ensino superior, universidades, centros universitários e faculdades, e sociedade, visando a produção de conhecimento, em um processo ativo. O que é corroborado por Freire (1983 apud Petersen, 2023) quando destaca que a extensão não deve ser uma mera transmissão de conhecimento de cima para baixo, mas sim um processo de diálogo e interação genuína entre a universidade e a comunidade.

Ou seja, a extensão deve ser considerada como uma via de mão dupla, uma ampliação dos conhecimentos acadêmicos e experiências da comunidade que se entrelaçam e se enriquecem mutuamente. Pois, a extensão universitária, ao transcender os muros da universidade, leva o saber produzido nas instituições de ensino superior para a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

A partir dessa temática, coloca-se como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma a extensão universitária contribui para a transformação social e acadêmica? Como objetivo geral, o presente estudo pretende analisar o impacto transformador da extensão universitária em comunidades e no desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Especificamente, pretende-se investigar o papel da extensão universitária na formação cidadã e na responsabilidade social dos discentes; avaliar os desafios e oportunidades para a expansão das atividades de extensão universitária em instituições de ensino superior e identificar as principais áreas de atuação dos projetos de extensão universitária e como eles promovem mudanças na vida dos participantes.

Diante do que se observa nas atividades realizadas, percebe-se que a Extensão contribui para a construção de caminhos que podem levar a maiores discussões e elaborações de políticas que levem ao enfrentamento de problemas e questões sociais, pois através de diversas

ações, como projetos de pesquisa, cursos, oficinas e palestras, a extensão universitária democratiza o acesso ao conhecimento, estimulando a participação cidadã e a resolução de problemas locais.

Além de promover a interação entre a universidade e a sociedade, a extensão universitária também proporciona aos estudantes uma experiência de aprendizagem significativa. Ao aplicar os conhecimentos teóricos em contextos práticos, os estudantes desenvolvem habilidades como trabalho em equipe, liderança e comunicação, conforme apontam Pereira et al. (2011), fomentando a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, incentivando a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento e a busca por soluções inovadoras para os desafios da contemporaneidade.

Em suma, a extensão universitária é um pilar essencial da formação integral do discente a partir de uma perspectiva profissional-cidadã e do desenvolvimento sustentável, podendo contribuir para a construção de um mundo mais justo, solidário e democrático, onde o conhecimento científico seja acessível a todos e sirva como ferramenta para a transformação social. Essa vivência contribui para a formação de profissionais mais completos e preparados para atuar em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A extensão universitária é protagonista no processo dialético entre a teoria e a prática, identificando e solucionando desafios a partir de uma abordagem interdisciplinar. A extensão atua como um dos pilares fundamentais junto ao ensino e a pesquisa, e retrata o conhecimento acadêmico em benefício praticado para uma dada sociedade. A extensão integra a mediação de saberes, que diretamente conecta as IES às comunidades, promovendo experiências transformadoras para todos os envolvidos (Oliveira, Bernet, Hoyos, 2024).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, as instituições de ensino superior no Brasil possuem um amplo campo para

as interações com a dinâmica social fundamentadas no ensino, pesquisa e extensão. Dessa tríade funcional, a ação de extensão faz uma interlocução entre a comunidade acadêmica e as comunidades de seu entorno para agregar ações que modifiquem o ambiente ao qual estão inseridos. A extensão se desenvolve a partir de projetos oriundos do saber docente e discente, com a aplicação e disseminação de conhecimentos e possibilidades que envolvem a participação de professores, estudantes e outros profissionais (IPEA, 2020).

Segundo Paini e Costa (2016), as instituições tem o dever de formar e desenvolver estratégias para o público discente, e estes, por sua vez, tem o papel de modificar a realidade social, haja vista que, estes espaços oportunizam diferentes tipos de saberes que geram diversos conhecimentos, impactando no desenvolvimento de uma região e gerando um poder de transformar seres humanos.

É nesse contexto que a extensão vem sendo reconhecida como um componente essencial para o cumprimento de metas na integração entre IES e sociedade, contribuindo para a qualidade do aprendizado e sendo fundamental para o aprimoramento do sistema educacional brasileiro, o qual ganha mais importância com a implantação das diretrizes estabelecidas pela legislação a partir da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, inserindo estratégias norteadoras que enriquecem a formação acadêmica dos estudantes, seja nas vivências e/ou nos conceitos teóricos, fato que promove um pensamento crítico para a resolução de desafios e demandas no campo da prática de extensão (Meireles, Afonso; 2024).

A extensão universitária vem se desenvolvendo com critérios metodológicos, que constroem interação na elaboração dos objetivos e limitações existentes defronte a prática extensionista. Os autores ainda complementam que é fundamental potencializar resultados através das parcerias e autonomia dos grupos de extensão e comunidades (Addor, Laricchia, 2018).

Deus, (2020) intensifica a necessidade do fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos, sociedade civil e entidades

privadas, visando à implementação de políticas inovadoras para a promoção do desenvolvimento e integração do caráter sociocultural, o qual vem elencar a superação e a alteração dos padrões institucionais vigentes, no sentido da valorização da Extensão.

No decorrer dos anos, a Extensão Universitária, abraçou o diálogo e interação das Instituições de Ensino Superior (IES) com uma diversidade de espaços sociais, estabelecendo uma relação de comprometimento para a realização de ações necessárias, como: o compartilhar de ideias e o acolhimento de saberes, perfazendo uma construção de conceitos acerca da extensão (Henriques, 2017).

César e Fernandes, (2012) citam que os projetos de extensão das IES, conferem aos discentes experiências que moldam condutas profissionais futuras, nos mais diversos âmbitos dos serviços realizados, se tornando imprescindível para a formação acadêmica do alunado. Biscarte *et al*., (2014), ainda intensifica que a participação do extensionista enquanto protagonista da ação confere fatores positivos para implementação de habilidades em lidar com diversos públicos e contextos sociais, potencializando a sensibilidade na percepção das necessidades inseridas nos diversos tipos de comunidades.

Destarte, as atividades extensionistas das IES denotam em possibilidades de ações possíveis em diversos campos, sendo estas mediadoras de estímulo às práticas sociais e ao conhecimento teórico-prático, objetivados pela extensão, o que enaltece a vida acadêmica para uma melhor atuação profissional e transformadora do ambiente de diversas sociedades. Liliam *et al*., (2013) refletem que, as experiências adquiridas, e o aprendizado de diversos saberes, desenvolve o protagonismo discente e a responsabilidade cidadã para a formação pessoal e profissional.

Acrescentando ao que já foi mencionado, a extensão universitária, enquanto prática educativa e social, exerce um papel transformador nas comunidades ao conectar o conhecimento acadêmico às demandas sociais. Mais do que uma simples transmissão de saberes, essa interação promove a mobilização de estudantes, professores e membros da comunidade em ações voltadas para o desenvolvimento

local, inclusão social e cidadania ativa. Assim, a extensão universitária não deve ser vista apenas como um complemento ao ensino e à pesquisa, mas como um eixo central na formação de indivíduos críticos e socialmente engajados.

Entre as abordagens teóricas que reforçam o impacto social da extensão, destaca-se a teoria da aprendizagem social, que valoriza a colaboração e a troca de saberes como pilares do processo educativo. De acordo com essa teoria, o aprendizado se constrói em interação com outras pessoas e com o ambiente social, dando relevância ao conhecimento coletivo. Sob essa perspectiva, a extensão universitária funciona como um "laboratório social", onde os estudantes têm a oportunidade de aplicar teorias e conteúdos acadêmicos em situações práticas. Essa experiência ajuda a desenvolver uma compreensão mais profunda e contextualizada dos desafios sociais. Pesquisas na área da saúde, por exemplo, apontam que a participação de estudantes em projetos de extensão contribui para formar profissionais mais empáticos e preparados para lidar com as diversidades sociais e culturais (Freire, 1992; Sampaio *et al*., 2018).

Além disso, o conceito de serviço comunitário é essencial para entender como a extensão impacta as comunidades. Suas ações vão além de beneficiar estudantes e a academia; elas geram transformações concretas na vida das pessoas envolvidas. Projetos voltados para saúde pública, educação inclusiva e desenvolvimento sustentável, muitas vezes surgem de demandas específicas identificadas junto às comunidades. Essas iniciativas não apenas promovem a troca de saberes entre universidade e comunidade, mas também despertam nos estudantes uma consciência crítica, incentivando-os a se enxergarem como agentes de transformação social (Lima *et al*., 2016; Moraes *et al*., 2016).

Na realidade da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-AL, as atividades extensionistas têm demonstrado sua capacidade de fortalecer o senso de responsabilidade social entre estudantes e professores. Essas experiências ajudam os participantes a compreenderem seu papel como cidadãos e futuros profissionais. Neto

(2021) ressalta que a extensão universitária proporciona vivências que extrapolam os limites da sala de aula, instigando os estudantes a refletirem de forma crítica sobre o mundo à sua volta e a se engajarem em iniciativas de impacto social. Essa integração entre ensino, pesquisa e extensão, como defendem as diretrizes do ensino superior no Brasil, é fundamental para consolidar o processo educativo.

Apesar de sua relevância, a implementação da extensão universitária enfrenta desafios significativos, como recursos limitados e falta de reconhecimento institucional. Fernandes *et al*. (2012) alertam que a extensão ainda ocupa um papel secundário nas universidades, recebendo menos atenção e financiamento do que o ensino e a pesquisa. Isso limita a continuidade e o alcance transformador dos projetos. Contudo, quando realizada de maneira integrada e com o devido apoio, a extensão universitária se revela um poderoso instrumento de transformação social e formação crítica dos estudantes.

Em síntese, a extensão universitária tem um impacto social profundo, seja pela capacidade de transformar realidades locais, seja por promover uma educação mais crítica e conectada ao contexto social. Ao valorizar o conhecimento popular e aplicá-lo na prática, a universidade cumpre seu papel de ser um espaço de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3. METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa básica, pois tem como objetivo principal o avanço do conhecimento científico, sem preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos. Conforme a abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois sendo conceitual, o estudo centrar-se-á na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e explicativa, já que, sendo assunto conhecido, preocupar-se-á com a descrição das características de determinada do objeto de estudo, a saber, como a

extensão universitária contribui para a formação dos discente e para a transformação social, além de buscar identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de tal fato.

Será utilizada a revisão bibliográfica como principal método de coleta de dados, a partir de estudos realizados e publicados de 2019 a 2024[6], em base de dados como google acadêmico, periódicos capes, banco de teses e dissertações, scielo, dentre outros que trazem pesquisas que tratam do tema do trabalho, sendo selecionados àqueles que possuem como principais descritores "extensão universitária", "poder transformador" e "comunidade". A análise dos dados será realizada por meio da técnica de análise temática, buscando identificar os principais temas abordados nos artigos e suas relações.

Também serão apresentadas em anexos os projetos realizados pelos docentes e discentes de 2023.1 a 2024.1, quando a extensão passou a fazer parte do currículo dos cursos da FRM-Penedo. Assim, conseguiremos ter uma melhor noção sobre quais são os problemas sociais que fazer parte dos estudos e práticas extensionistas que demandaram o esforço dos envolvidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos anexos A, B e C são apresentados os títulos dos projetos desenvolvidos pelos alunos sob a coordenação dos professores de 2023.1 a 2024.1, a partir deles, podemos notar que, dentro do programa de extensão intitulado Desenvolvimento econômico e social, as áreas que foram indicados pelo Conselho Superior de Educação (CSE), a saber, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho foram contempladas.

[6] Destacando que, os estudos seminais e de autores relevantes a temática, poderão ser citados, mesmo que estejam fora desse período, devido sua importância para a discussão.

Também pode-se inferir que diversas linhas de extensão como empreendedorismo; promoção, defesa e garantia dos direitos; saúde coletiva; educação em saúde; intervenção e primeiros socorros; intervenção e primeiros socorros; saúde e proteção no trabalho; alfabetização, leitura e escrita; infância e adolescência; promoção à saúde e qualidade de vida; questões ambientais e grupos sociais vulneráveis também foram trabalhadas pelos alunos e professores da FRM-Penedo (AL).

Assim, verifica-se que a extensão universitária, a partir da troca dialógica com a comunidade, desempenha um papel crucial na democratização do conhecimento e na promoção do desenvolvimento social. Conforme Gadotti (2017), a extensão não deve ser vista como um apêndice isolado das atividades universitárias, mas sim como parte integrante do ensino e da pesquisa. Ao levar o saber produzido na universidade para a comunidade, a extensão contribui para a resolução de problemas locais e para a formação de cidadãos mais críticos e engajados.

A extensão contribui para o desenvolvimento de um olhar crítico e científico sobre os problemas da sociedade por parte de toda comunidade acadêmica. Sendo importante destacar, que a enquanto prática pedagógica que conecta a academia com a sociedade, desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes. Ao transcender os limites da sala de aula, essa modalidade de ensino, podendo também ser chamada de pesquisa-ação, proporciona aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em contextos reais, desenvolvendo habilidades essenciais para o exercício da cidadania e da profissão.

Importante destacar que, a extensão universitária leva o aluno a ser protagonista do seu aprendizado, gerando também metodologias diferenciadas para trabalhar, por parte dos docentes, os conteúdos que fazem parte do currículo dos diversos cursos. Destarte, é unanime entre os profissionais da educação superior que, a extensão universitária vai além da mera transferência de conhecimento, visto que, ao participar de projetos de extensão, os estudantes são desafiados a sair da sua zona de

conforto e a lidar com situações complexas, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades como a resolução de problemas, a tomada de decisão e o pensamento crítico.

Constatação corroborada por Pereira et al. (2011), ao afirmar que os projetos de extensão proporcionam um ambiente propício para a construção de relações interpessoais e para o aprendizado de habilidades de comunicação e negociação. Pois, a extensão universitária fomenta o trabalho em equipe e a cooperação entre os estudantes, características cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho. Assim, vê-se que ao trabalhar em conjunto com outros estudantes e com membros da comunidade, os alunos aprendem a importância da colaboração e do respeito às diferenças.

Convém ressaltar que, o protagonismo do discente nas ações realizadas junto às comunidades atendidas, colabora para o desenvolvimento de outras habilidades, além das já citadas, como a liderança, pois quando eles assumem maiores responsabilidades dentro dos projetos, passam a ter oportunidade de liderar equipes, tomar decisões e inspirar outros colegas. Independente de sua área de atuação como profissional, essas experiências são fundamentais para a formação de futuros profissionais capazes de propor soluções inovadoras para os desafios da sociedade.

As ações realizadas pelos alunos não se restringiram a sociedade penedense, sendo também ampliadas às cidades vizinhas, como Neópolis (SE), Piaçabuçu (AL), Igreja Nova (AL), São Sebastiao (AL), dentre outras comunidades, a partir de um olhar dialógico aos problemas constatados pelos alunos e professores. Destaca-se que essa troca de ciência com as comunidades, pois os alunos e professores levam à elas o conhecimento obtido nas aulas e aprende com as experiências das pessoas envolvidas, gera um aprendizado mútuo, sendo determinantes para soluções criativas e inovadoras.

Em suma, a extensão universitária é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o processo de transformação social, pois como pode ser visto, a partir dos títulos dos projetos, dos diversos cursos, há uma preocupação com questões

problemas reais da contemporaneidade, sendo tratados de diversas formas, como através de campanhas de sensibilização, palestras, debates e discussões junto a órgãos competentes, levando informações a comunidades carentes e mostrando ao poder público, a partir de entregas de dados pesquisados, através de entrevistas e questionários, as reais necessidades da população.

5. CONSIDERACÕES FINAIS

Tendo em consideração que "a extensão é educativa" (FREIRE, 1992, p. 22), cabe a ela enriquecer o processo de ensino-aprendizagem para a qualificação de profissionais, cientistas e cidadãos, mormente concebendo o tripe acadêmico, ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto a extensão entendida como um processo de aprendizagem, reafirma o seu caráter acadêmico e viabiliza um percurso para que os projetos de ensino e de pesquisa revelem a possibilidade de inserir os atores em uma experiência significante.

A participação ativa do indivíduo na construção do conhecimento é fundamental para uma aprendizagem significativa e contextualizada. Conforme os princípios de Paulo Freire, este processo envolve a conscientização da realidade e a capacidade de transformá-la, destacando a importância de uma educação dinâmica e interativa. As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel crucial ao promover projetos de extensão que integraram ensino, pesquisa e extensão. Esses projetos são essenciais para a formação de profissionais capacitados para enfrentar diversas situações, promovendo a interdisciplinaridade e o trabalho interprofissional, fomentando os aspectos educativo, cultural e político.

Além disso, a extensão proporciona aos estudantes uma experiência prática e enriquecedora, complementando sua formação acadêmica com aprendizados que vão além das salas de aula e dos laboratórios. Ao participarem de projetos de extensão, os alunos têm a chance de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática, desenvolver

habilidades interpessoais e cívicas, e cultivar uma consciência cidadã e responsabilidade social.

A consolidação da extensão universitária na legislação brasileira, especialmente a partir da Constituição de 1988, reforça a importância dessas atividades como parte integrante da missão das IES. É uma manifestação visível do compromisso das instituições de ensino superior com o discente e a sociedade, é um testemunho do poder transformador da educação quando aplicada em prol do bem comum.

Com este estudo, deseja-se que a extensão seja ampliada, possibilitando parcerias colaborativas para desenvolver saberes locais. Trazendo do meio acadêmico conhecimentos que favoreçam um empoderamento individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rubya Mara Munhóz de; MOROSINI, Marília Costa; WIEBUSCH, Eloisa Maria. **Desafios contemporâneos da extensão universitária:** da invisibilidade a curricularização. Disponível em: https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/177.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 09 out 2024.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária**: Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

PAINI, L. D.; COSTA, L. P. A Função Social da Universidade na Contemporaneidade: algumas considerações. **Eventos Pedagógicos**, v. 7, n. 1 (18. ed.), p. 59-72, jan./maio 2016. Acesso em: 06 nov. 2024.

PETERSEN, Cristina Buischi; TIMAZELLI, Andréa Cristina; PAPA, Patrícia Rodrigues Miziara; PARACCHINI, Valéria Tomás de Aquino. **Extensão curricularizada na prática: desafios, dificuldades e possibilidades**. Disponível em: https://periodicos.baraodemaua.br/index.php/transicoes/article/view/758/684. Acesso: 18 out 2024.

PEREIRA, Stela Márcia, *et al*. **Extensão universitária e trabalho voluntário na formação do acadêmico em Odontologia**. Arq. Odontol. vol.47 no.2 Belo Horizonte Abr./Jun. 2011. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-09392011000200007. Acesso em: 17 out. 2024.

PINHEIRO, Jonison Vieira; NARCISO, Christian Silva. A Importância da Inserção de Atividades de extensão Universitária para o Desenvolvimento Profissional. **Revista Extensão e Sociedade**, v. 14, n. 2, 2022.Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/28993/16563. DOI: https://doi.org/10.21680/2178-6054.2022v14n2ID28993 Acesso em: 16 out. 2024.

RAMOS, M. M. S.; ISMERIN, A. B.; MONTEIRO, A. M. D.; SANTANA, E. L. de; SANTOS, F. L. C. dos; SIMÕES, F. X. P. C.; EÇA, L. T. C. de; RIBEIRO, L. V. S.; ANDRADE, R. de C. D. V.; FREITAS, M. da C. A. de. A importância da extensão universitária na formação acadêmica do discente: relato de experiência. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. e3055, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n3-043. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3055. Acesso em: 17 out. 2024.

RODRIGUES, Valéria Maria. A extensão universitária como prática acadêmica educativa: uma experiência comunitária para além da assistência. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 22, n.3, p. 248-270, set-dez, 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/70566/37570. Acesso em: 16 out. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2020. Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v. 1, n. 0, Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2020.

ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Orgs.). Incubadoras tecnológicas de economia solidária. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018.

Deus, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios / Sandra de Deus. – Santa Maria, RS: **Ed. PRE-UFSM**, 2020. 96 p.

HENRIQUES, R. L. A Universidade brasileira e sua inserção social. In: **Tommasino**, H.; Castro, J. (Org.). Los caminhos de la extensión en América Latina y el Caribe. La Pampa: EdUNLPam, 2017, v. 01, p. 77-91.

Oliveira, David Augusto dos Santos; Bernet, Renata Reis; Hoyos, Daniela Chemim de Melo. The transformative integration of university extension and education in communities. **Focus on Education:** Academic Research. Seven Editora: 2024.

FFD, Meireles; HCADG, Afonso. **A extensão universitária obrigatória voltada para a educação básica como recurso para atingir metas do plano nacional de educação**. 2024.

FERNANDES, M. C et. Al. A Universidade e a Extensão Universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, p. 169-194, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BISCARDE, D. G.S.et al. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface–Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014.

CÉSAR, S. A gestão do conhecimento na indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão: estudo em universidade brasileira. **Revista Gestão e conhecimento**, Minas Gerais, p. 1–134, 2014

Lilian, Andréia; Rodrigues, Lima; Santana Prata, Michelle; Taila, I; Batalha, Beatriz Silva. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação-Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n.16, p. 141-148, 2013.

LIMA, G. Z. et al.. A Percepção de Acadêmicos de Enfermagem sobre o Cuidado em Saúde Mental em Domicílio. **Revista de Pesquisa:** Cuidado é Fundamental Online, v. 8, n. 2, p. 4255-4268, 2016.

NETO, S. B. C. et al.. A Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação e Realidade**, v. 46, n. 2, p. 1-17, 2021.

SAMPAIO, J. F. et al. A Extensão Universitária e a Promoção da Saúde no Brasil: revisão sistemática. **Revista Portal:** Saúde e Sociedade, v. 3, n. 3, p. 921-930, 2018.

ANEXO A: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SENDO REALIZADAS EM 2023.1 DA FRM PENEDO

TÍTULO	CURSO
Preço de venda: Você sabe formá-lo?	Administração
Logística Reversa a favor da sustentabilidade.	Administração
Informática inclusiva.	Administração
Gestão Ambiental nas empresas – Pequenos gestos definem o futuro.	Administração
Acessibilidade de alunos com deficiência ao transporte público escolar: Direitos Constitucionais.	Direito
Políticas Públicas como medida contra a evasão escolar na EJA.	Direito
Água em Piaçabuçu: Reflexão sobre a qualidade do serviço prestado e direitos da população.	Direito
Preservação do Meio Ambiente: Direito de ter, dever de cuidar nas escolas municipais da cidade de Penedo/AL.	Direito
Adoção e Alienação Parental.	Direito
A responsabilidade do diretor/gestor escolar com verbas públicas e o cometimento de crimes na cidade de Penedo/AL.	Direito
O respeito a liberdade das mulheres no ambiente familiar.	Direito
Papilomavírus Humano – Sociedade e Saúde: Conscientização e compartilhamento de fundamentos relacionados ao papiloma vírus humano (HPV).	Enfermagem
A importância da Ginecologia: os cuidados para saúde da mulher.	Enfermagem
Educação sexual no âmbito escolar: contraceptivos, gravidez na adolescência e IST'S.	Enfermagem
Mulher grávida, cuide-se!	Enfermagem
Nutrindo com Alegria.	Enfermagem

ANEXO A: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SENDO REALIZADAS EM 2023.1 DA FRM PENEDO (Cont.)

TÍTULO	CURSO
Toque do Sim e o Toque do Não: Sinal Vermelho, Amarelo e Verde.	Enfermagem
Operação dentinho: Aprendendo de forma lúdica sobre higiene bucal.	Enfermagem
Tipagem sanguínea: a influência da identificação dos grupos sanguíneos e como interfere na doação de sangue.	Enfermagem
Doação de sangue: um ato de amor e cuidado.	Enfermagem
Índice de hipertensos na faixa etária de 20 a 50 anos das USF'S de Penedo/AL.	Enfermagem
Prevenção ao suicídio: informação e cuidado é a melhor opção.	Enfermagem
O envelhecer no contexto da saúde e qualidade de vida.	Enfermagem
Práticas em fisioterapia: o protagonismo de extensionistas na promoção e prevenção em saúde no Hospital Regional de Penedo, na Santa Casa de Misericórdia, no Lar dos Idosos e nas unidades básicas de saúde.	Fisioterapia
Conhecendo nosso corpo.	Pedagogia
Desenvolvimento de Materiais e recursos pedagógicos para inclusão dos alunos surdos da EJA.	Pedagogia
Projeto de vida: saúde, bem-estar e autoconhecimento.	Psicologia
Por mais sorrisos – Promovendo uma melhor qualidade de vida a idosos acolhidos na Casa de Raquines.	Psicologia
Saúde Mental na escola municipal de educação básica José da Costa Mangabeira.	Psicologia
A Importância da Radiologia no Diagnóstico da Osteoporose	Radiologia

ANEXO B: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SENDO REALIZADAS EM 2023.2 DA FRM PENEDO

TÍTULO	CURSO
Inovação e Criatividade.	Administração
A comunidade apoiando a manutenção do centro juvenil Nossa Senhora Auxiliadora: Nota Fiscal Cidadã.	Administração
A importância da radioproteção na realização do exame de mamografia.	Radiologia
Por mais sorrisos: promovendo uma melhor qualidade de vida a idosos acolhidos na casa de Ranquines.	Psicologia
Projeto de vida: Saúde, bem-estar e autoconhecimento.	Psicologia
Saúde mental e educação: tecendo cuidados e saberes na escola.	Psicologia
Discussões acerca da proteção do trabalho da mulher.	Direito
Incidência de assédio/crime sexual no transporte público do Baixo São Francisco.	Direito
O tratamento dado a idosos no transporte público do Baixo São Francisco.	Direito
Acúmulo de pessoas no transporte público do Baixo São Francisco.	Direito
O patrimônio tombado da cidade de Penedo e sua importância na sociedade.	Direito
Violência física e psicológica contra crianças e adolescentes.	Direito
Violência doméstica contra a mulher: Uma análise das vivências e experiências de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Sistema Municipal de Educação de Penedo/AL.	Direito
A importância da regularização do estado civil como instrumento para garantia de direitos e exercício da cidadania: uma intervenção junto aos alunos da EJA do sistema municipal de educação	Direito

ANEXO C: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SENDO REALIZADAS EM 2023.2 DA FRM PENEDO (Cont.)

TÍTULO	CURSO
Artigo 26-A LDB: Cultura afro-brasileira e indígena nas comunidades quilombolas do Oiteiro e Tabuleiro dos negros.	Pedagogia
Aplicação da lei 14.407/22 no Centro Juvenil Maria Auxiliadora para formar bons leitores	Pedagogia
Brinquedoteca Inclusiva.	Pedagogia
Construindo Pontes de Compreensão: A Sexualidade e o Universo da Criança.	Pedagogia
A leitura como forma de intervenção nos preconceitos do Centro Juvenil Maria Auxiliadora.	Pedagogia
Atuação do enfermeiro na prevenção de doenças sexualmente transmissível na gravidez.	Enfermagem
Práticas de promoção à saúde do adulto na perspectiva das Teorias de Enfermagem.	Enfermagem
Saúde mental: uma visão interdisciplinar.	Enfermagem
Prevenção e educação na atenção da saúde da mulher: uma intervenção na realidade escolar.	Enfermagem
Sensibilização sobre o uso de cigarros eletrônicos entre os alunos da 1ª e 2ª série do Colégio Imaculada Conceição – Penedo/AL.	Enfermagem
Saúde do Homem: a importância do exame de prevenção contra o câncer de próstata.	Enfermagem
Prevenção e educação na atenção da saúde da mulher.	Enfermagem
A sistematização da assistência de enfermagem através da consulta de enfermagem em pacientes de instituições de longa permanência.	Enfermagem
Hanseníase na adolescência: prevenindo sequelas	Enfermagem
Gravidez e seus cuidados na infecção com o HPV	Enfermagem
Avaliação da satisfação de saúde de usuários da rede de APS nos bairros Conjunto Velho Chico 1 e Vale Marituba da cidade de Penedo/AL.	Fisioterapia

Percepção de saúde dos usuários do SUS dos bairros Monterrey e Cohab do município de Penedo/AL.	Fisioterapia
Avaliação da satisfação de saúde de usuários da unidade básica de saúde dos bairros Senhor do Bonfim e Nossa Senhora de Fátima da cidade de penedo/al.	Fisioterapia
Avaliação da satisfação dos usuários nos serviços de saúde ofertados pela APS no bairro Santo Antônio, na cidade de Penedo/AL	Fisioterapia

ANEXO D: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SENDO REALIZADAS EM 2024.1 DA FRM PENEDO

TÍTULO	CURSO
Recicle Hoje	Administração
Informática Básica: qualificando para inclusão digital	Administração
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS 4) – como direito à educação de qualidade	Direito
Ampliação da Visibilidade Jurídica Para as Pessoas com Deficiência no Baixo São Francisco	Direito
A prevenção e o combate aos crimes de bullying e racismo em escolas públicas municipais de Penedo-AL: o papel da escola e respectivos servidores na manutenção de um ambiente seguro.	Direito
A prevenção e o combate aos crimes de bullying e racismo em escolas públicas municipais de Penedo-AL: consciência dos alunos acerca dos respectivos crimes em ambiente escolar.	Direito
Direito Fundamental à Educação: uma intervenção na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros	Direito
Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado - Conscientização e Expressão Criativa	Direito
Acolhendo Vidas	Enfermagem
Amamentação, quando o amor transborda em forma de alimento	Enfermagem
O ser idoso em seu contexto multidimensional.	Enfermagem
ANJOS DA ENFERMAGEM: A Inclusão da Criança Autista na Promoção das Ações de Saúde no Ambiente Escolar.	Enfermagem
Cuidados de Enfermagem em Usuários com Pés Diabéticos da Rede de Aps	Enfermagem
Mãos Que Salvam: Primeiros Socorros No Ambiente Escolar	Enfermagem
A qualificação da saúde na Aldeia indígena Karapotó Terra Nova situada em São Sebastião – AL.	Enfermagem
VIVÊNCIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ASSENTAMENTO 1° DE MAIO: a falta de saneamento básico como fator principal do agravamento dos casos de dengue.	Enfermagem

Práticas integrativas, complementares e outros saberes para a promoção da saúde mental.	Enfermagem
Palhaço & Terapia: Promovendo Humanização e Bem-Estar no Ambiente Hospitalar	Fisioterapia
O Papel da Fisioterapia No Desenvolvimento e Bem-Estar de Indivíduos Com Transtorno do Espectro Autista (Tea).	Fisioterapia

ANEXO E: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS SENDO REALIZADAS EM 2024.1 DA FRM PENEDO (Cont.)

Fisioterapia domiciliar Aplicada na Saúde dos Idosos no Município De Penedo Al	Fisioterapia
Fisioterapia Pediátrica: o Desenvolvimento Neuropsicomotor de Crianças Matriculadas em uma Creche Municipal na cidade de Penedo/Al	Fisioterapia
Prevenção e Tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTS) e do HIV: PAPEL do PREP e PEP	Fisioterapia
Sons do Silêncio: Promovendo a Comunicação e a inclusão por meio da Língua de Sinais.	Pedagogia
Conhece o Museu do Paço Imperial?	Pedagogia
Aprendendo através do lúdico	Pedagogia
Dança na EJA: conectando corpos e mentes	Pedagogia
Decodificar e Codificar as Palavras Através dos Jogos e Brincadeiras	Pedagogia
Dinamismo com Gêneros textuais para superar os desafios da alfabetização no CJMA	Pedagogia
Importância da Atenção Psicológica no Processo de Aprendizagem da E.M.E.B Josef Bergmann	Psicologia
Colorindo o futuro, construindo novos horizontes.	Psicologia
Por mais sorrisos	Psicologia
Saúde mental e educação: tecendo cuidados e saberes na escola.	Psicologia
Controle de radiação pessoal na radiologia: um diálogo com os pais de alunos da Escola Irmã Jolenta na comunidade Quilombola do Oiteiro.	Radiologia
Proteção Radiológica: desmistificando Mitos e Verdades Sobre a Radiação com alunos da EJA E.M.E.B Josef Bergmann	Radiologia

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM USUÁRIOS ACAMADOS E DOMICILIADOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Adriana Maria Moura Nunes[1]
Anny Gabrielle Rocha Alves[1]
Cibele Farias Bastos[1]
Damilly Metódio da Silva[1]
Ellen Thayná Fontes da Silva[1]
Emilly Kaillane Dantas Matos[1]
Greyce Kelly Soares Santos[1]
João Paulo Cazuza dos Santos[1]
José Daniel Silva[1]
Karine Higino dos Santos[1]
Lauren Camargo Silva[1]
Maria Eduarda dos Santos[1]
Thayssa Emanuelly dos Santos Rocha[1]
Danilo Barbosa Morais[2]

RESUMO

O projeto extensionista, acompanhado da temática "Cuidados de Enfermagem em usuários acamados e domiciliados da rede da Atenção Primária à Saúde" tem a pretensão de promover conhecimentos sobre cuidados e higiene para pacientes acamados e domiciliados e seus cuidadores. Importante para auxiliar no bem estar dos pacientes acamados, através de visitas domiciliares para verificar as situações de cada paciente, analisando como estão sendo cuidados, observar os cômodos de cada residência e assim averiguar se estão de acordo com suas necessidades. Com perguntas direcionadas para os acamados e os seus cuidadores para ter um direcionamento adequado do modo de vida do paciente, suas medidas, refeições feitas por dia, se está totalmente

[1] Graduandas do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo (FRM).
[2] Docente e Coordenador do Núcleo de Iniciação Científica e Monitoria da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Fisioterapeuta. Especialista em Ortopedia, Traumatologia e Esportes. Especialista em Educação em Saúde. Mestre em Educação Física. Doutorando em Saúde Coletiva.. E-mail: danilomorais.uefs@gmail.com

restrito ao leito, deambulando ou sem dificuldades, avaliação de seus estados nutricionais. Serão direcionados ensinamentos aos cuidadores e familiares dos acamados os cuidados da enfermagem, ajudando nos cuidados básicos da saúde deles, no físico, emocional e psicológico.

Palavras-chave: Enfermagem. Acamados. Atenção Primária à Saúde.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Braga *et al* (2016), os serviços de cuidado domiciliar tendem a expandir-se atualmente. Por isso o projeto se torna tão importante, pela maior decorrência de pessoas sendo acamadas em casa. No Brasil, notou-se o crescimento desses serviços principalmente a partir da década de 1990. A demanda pela atenção em domicílio aumentou devido ao processo de envelhecimento populacional brasileiro, que tem provocado um incremento no número de pessoas idosas que sofrem de doenças crônico-degenerativas, portadores de patologias que necessitam de cuidados paliativos e portadores de incapacidade funcional, provisória ou permanente, sendo também priorizados os atendimentos a idosos com dificuldades especiais, que denotam necessidade de atendimento domiciliar.

> Apesar de os idosos representarem maioria da população acamada, essa condição atinge todas as faixas etárias, em decorrência de doenças degenerativas ou acidentes. O Censo Demográfico de 2010 aponta que 3,6 milhões de pessoas no Brasil possuem grande dificuldade de locomoção. Esses números indicam a necessidade de os profissionais da Atenção Básica realizarem o cuidado domiciliar em suas rotinas de trabalho, de forma a garantir o acesso universal, equânime e integral a pessoas cujas deficiências dificultam o acesso a Unidade de Saúde (De-carli, 2015).

Segundo Silva *et al*. (2010),

> "os serviços de atenção domiciliar surgiram na década de 1960 e têm se expandido no País com maior força a partir da década de 1990, fazendo com que haja necessidade de

> regulamentação de seu funcionamento e de políticas públicas de modo a incorporar sua oferta às práticas institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS).”

Como uma forma de evitar superlotação de hospitais e de ter um cuidado mais humanizado em seu ambiente de conforto, a Atenção Domiciliar vem sendo um ponto bem importante na área da saúde, contribuindo para o cuidado dos pacientes em seus domicílios em conjunto com seus cuidadores.

> O sucesso do cuidado domiciliar está em olhar o indivíduo e sua família em seu contexto, visualizando e considerando seu meio social, suas inserções, seu local de moradia, seus hábitos e relações e qualquer outra coisa ou situação que façam parte de seu existir e estar no mundo. Autonomia, para os indivíduos e familiares terem condições para desenvolverem o cuidado no domicílio numa situação de adoecimento, é a possibilidade de estar capacitado a realizar o cuidado com ajuda do sistema de saúde, com profissionais que ensinem, orientem e acompanhem e principalmente com uma enfermeira que tenha sensibilidade e capacidade técnica-científica para estabelecer metas de cuidado factíveis à realidade de saúde-doença vivenciada. (Lacerda, 2010)

Segundo o Ministério da Saúde (2012), um dos eixos centrais da AD é a “desospitalização, que vem proporcionando um passo importante no processo de alta hospitalar com cuidado continuado no domicílio. Esse passo é necessário não só para diminuir a grande quantidade de pessoas em hospitais, mas evitar situações como riscos de infecções hospitalares para os pacientes que estão mais debilitados e mais propícios a essas. No caso de pacientes domiciliados e acamados, esses recebem um apoio emocional de parentes, vizinhos, entre outros, que servem como suporte nessa fase.

> “Dessa forma, a atenção domiciliar surge como alternativa ao cuidado hospitalar, provocando a possibilidade de retomar o domicílio como espaço para produção de cuidado e despontando como um “dispositivo para a produção de desinstitucionalização do

> cuidado e novos arranjos tecnológicos do trabalho em saúde" e trazendo grande potencial de inovação". "A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades." (BRASIL, 2011)

Tendo em consideração que os cuidadores são os responsáveis pela atenção ao cuidado diário contínuo e/ou regular com os acamados e domiciliados, é importante destacar que os mesmos saibam os devidos cuidados imprescindíveis para o bem-estar e manutenção de vida dos usuários, de acordo com as orientações dos profissionais da saúde, em específico a enfermagem.

Segundo Ministério da Saúde (2010), hábitos de higiene é um fator exclusivo e imprescindível para os bons cuidados aos acamados e domiciliados em seu cotidiano, desde o cuidado corporal com os cabelos, unhas, pele, barba, banho parcial ou completo, escovação dentária, trocas imediatas das fraldas e cobertores assim que necessário, mudanças de decúbito, limpezas das mãos sempre antes e após as refeições, entre outros, são indispensáveis para a prevenção de assaduras e lesões por pressão, que é uma grande causa devido à higienização incorreta e/ou acomodação.

Devem ser feitas orientações aos cuidadores sobre as lesões por pressão (LPP), onde ser explicado como são formadas e como prevenir, onde o cuidador entenda e possa agir nos cuidados do acamado. O cuidador deve entender que as mudanças de decúbito são importantes.

Segundo Sociedade Brasileira de Geriatria e do Grupo FAVI - Fundação de Apoio e Valorização do Idoso (2015), algumas áreas do corpo são mais propensas à UD, as áreas mais acometidas são aquelas regiões em que as proeminências ósseas ficam logo abaixo da pele, não havendo proteção de camadas de tecido muscular e de gordura exigindo que haja alguns cuidados específicos.

É necessário que o cuidador também estimule nas alimentações para que os usuários tenham mais aceitação na ingestão alimentar, como também nas locomoções para um outro lugar diferente, para que não tenha tanta limitação de convívio no domicílio, não deixando dispensar, os horários dos medicamentos essencialmente devem respeitá-los para que os organismos dos devidos usuários já estejam adeptos à eficácia com mais facilidade e sem motivos de mais agravos à saúde.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (2008), "o cuidador é definido como alguém que "cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida". É a pessoa da família ou da comunidade que presta cuidados a outra pessoa de qualquer idade que esteja necessitando de cuidados por estar acamada, com limitações físicas ou mentais, com ou sem remuneração."

Segundo o Ministério de Saúde (2012), ensinar cuidados de enfermagem para pacientes e cuidadores é importante para instruí-los cuidados com a higiene, alimentação e transporte, que são fundamentais para evitar problemas que podem surgir durante o tratamento. Ensinar ao cuidador como manter a limpeza do ambiente, do leito e o cuidado nas trocas de roupas, no banho e no preparo dos alimentos têm uma suma importância para que seja seguida uma rotina livre de infecções e complicações. Ter a ciência que não só o acamado que deve e os cuidados e a higiene, mas todos ao seu redor, como família e cuidador, mas todo ambiente a sua volta.

"Esse auxílio não é só para a saúde física, mas a psicológica também. Os pacientes precisam ter um apoio para que não se sintam um "peso" para seus familiares e cuidadores. Trabalhar a autoestima pode ajudar muito na melhora do estado do paciente. Por isso, é função de todos que convivem com ele garantir que se sinta sempre querido e, sempre que possível, integrá-lo às atividades da família." (BRASIL, 2012)

Segundo o Ministério da Saúde (2012), a atenção domiciliar pode incluir administração de medicamentos, curativos, monitoramento

de condições crônicas e educação do paciente e da família sobre os cuidados necessários. Além disso, os profissionais de saúde que atuam nesse ambiente podem identificar melhor as necessidades específicas do paciente e adaptar os cuidados de acordo com o ambiente domiciliar. Isso contribui para a melhoria da qualidade de vida do paciente e para a redução das internações hospitalares.

O Núcleo de Telessaúde da Bahia aborda que pacientes domiciliados são considerados indivíduos com diferentes graus de incapacidade temporárias ou definitivas que as impossibilitam não somente de ir à unidade de básica de saúde (UBS) como também de realizar atividades cotidianas básicas.

Segundo Malagutti, (2012), a importância da assistência em casa para profissionais de enfermagem. Esse tipo de cuidado humanizado reduz o tempo de internação, reintegra o paciente à família e ajuda a diminuir os custos hospitalares. A assistência domiciliar engloba desde procedimentos simples até internações em casa, sendo indicada para pacientes em todas as situações.

As visitas domiciliares adequadas e frequentes podem, portanto, constituir um intermediário precioso entre a equipe de saúde e a comunidade externa e os serviços disponíveis no Município visando melhorar a qualidade de vida da população assistida.

> "Domicílio designa o "local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos". A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes (muros ou cercas, entre outros) e coberto por um teto, permitindo que seus moradores se isolem, e cujos residentes arcam com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia." (BRASIL, 2003)

O Ministério da Saúde (2012), afirma que, além de acompanhar o paciente em questão de exames físicos, a visita domiciliar tem importância em verificar o ambiente o qual os pacientes vivem, podendo alertar caso haja algo incomum na casa, como obstáculos que possam impedir a locomoção e estadia do paciente. Averiguar se na casa

tem animais que entram em contato com o paciente, principalmente aqueles que possuem escaras e são restritos aos leitos, onde o enfermeiro pode aconselhar o afastamento desses do leito do paciente.

Observar também o saneamento do local, se a água do local está boa para o consumo, se o ambiente está limpo e adequado para a vivência. A iluminação e a circulação de ar também são importantes para o bem-estar dos pacientes, devendo-se alertar todas as coisas possíveis para seus cuidadores.

> A teoria ambientalista de Florence Nightingale está alicerçada em cinco pontos, os quais acreditava ser essenciais para se obter uma casa saudável, como água e ar puros, saneamento básico, limpeza e luminosidade, pois acreditava que um ambiente saudável era fundamental para a cura. Em seu tempo, relatava que o ruído era prejudicial e perturbava o repouso dos indivíduos, assim, a conversa dos cuidadores deveria ser evitada, bem como a agitação, as perguntas desnecessárias. Em contrapartida, Florence preconizava a alimentação nutritiva, leitos e roupas de cama apropriadas e higiene pessoal dos indivíduos. (RIEGEL, F. et al. 2020)

O objetivo do projeto de extensão foi avaliar as condições sanitárias, epidemiológicas nas casas dos pacientes acamados e domiciliados selecionados, continuando o cuidado e atenção domiciliar.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa no domicílio em pessoas acamadas e domiciliadas, tendo como objetivo experimental, tipo de pesquisa exploratória e investigativa, o método de abordagem qualitativa.

Foram realizadas visitas domiciliares em 4 pacientes, divididas em 4 equipes com 3 acadêmicos sendo três acamados e uma domiciliada, foram observadas suas condições físicas, psicológicas, padrões de higiene, alimentação, medicação, a atenção do seu cuidador, o atendimento da Equipe Saúde da Família (ESF) e de atenção

complementares tais como: fisioterapeuta, psicólogo e assistente social. Sendo detectados alguns fatores aos quais os levaram a tais condições como, erro alimentar ou a carência do mesmo, fator socioeconômico e educacional.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A visita às casas dos pacientes foi bem sucedida, a qual foi bem importante para a contribuição de ensinamentos aos cuidadores dos pacientes e a mobilização da paciente Maria Ana, onde foi conversado a importância de ajuda familiar.

VISITAS EM DOMICÍLIO PARA AVALIAÇÃO DOS ACAMADOS

Visita do dia 26/03/2024, 14:30.

Paciente: Joel Ferreira Santos, 85 anos.

Trabalhou 30 anos em salinas e agricultura, chegando a se aposentar como agricultor. O paciente teve AVC há três anos, ficando com algumas sequelas; MSD atrofiado, lábios tortos, MMII fracos. Logo em seguida, começou os sintomas de Alzheimer, onde ele ficava inquieto andando na rua para cima e para baixo, ele que era uma pessoa amorosa e educada passou a ser agressivo verbalmente e começou as perdas de memória frequente, a doença foi se agravando cada vez mais ao pouco de hoje ele necessitar totalmente do cuidado da esposa e filha.

Esposa do paciente queixa que o paciente teve diabete e pressão alta durante 15 anos e fazia o uso dos medicamentos captopril e insulina 2x por dia para o controle das doenças e após ele ficar acamado não foi preciso continuar o uso deles, porque não apresenta mais os sintomas e hoje ele não tem diabetes e nem pressão alta.

O paciente só come com ajuda da esposa, usa fralda geriátrica para as necessidades, não toma banho sozinho, não fala, só enxerga um pouco através do olho esquerdo, mostra sinais de desnutrição, há um

mês está defecando sozinho, antes era preciso fazer lavagem intestinal (esposa que fazia em casa)

Fazia acompanhamento com fisioterapeuta;

Faz acompanhamento com nutricionista;

Não faz uso de nenhum medicamento, apenas suplemento alimentar.

Visita do dia 26/03/2024, 9:00.

Paciente: Maria Ana, 92 anos.:

A paciente enfrenta desafios de saúde, como um desvio na coluna, dificuldade auditiva, visão embasada e um quadro preocupante de prolapso uterino, que causa dores recorrentes. Devido à sua idade avançada, os médicos não recomendam cirurgia, mas ela recebe o suporte de sua família. Sua magreza sugere uma alimentação restrita, e as condições de higiene e acessibilidade em sua residência não são ideais. Essas circunstâncias demandam cuidados especiais e atenção redobrada para assegurar o conforto, saúde e qualidade de vida da paciente.

Atualmente recebe cuidados domiciliares. É capaz de realizar atividades diárias de forma autônoma, tais como tomar banho e se alimentar. Além disso, demonstra habilidade para realizar tarefas domésticas, como varrer. No entanto, há a necessidade de assistência no momento de se vestir. A paciente apresenta independência e autonomia em suas atividades diárias, respeitando suas capacidades e limitações. A assistência necessária para o processo de vestimenta é crucial para garantir o seu bem-estar e conforto.

Faz acompanhamento médico de 3 em 3 mês.

Faz uso de medicamentos, 3 comprimidos por dia.

Visita do dia 25/03/2024, 14:30.

Paciente: Elias Bezerra Dos Santos, 72 anos.

O paciente encontra-se acamado há sete anos devido a um AVC que sofreu, resultando em um estado de saúde muito debilitado. Ele

perdeu parcialmente sua capacidade de movimento e adquiriu diversas sequelas decorrentes do AVC. Após o evento, o paciente ficou sem assistência por três dias, sendo descoberto com desidratação. Ele apresenta problemas cardíacos e é epilético controlado.

Apresenta marcas de escaras passadas e recentes devido ao calor e pressão. Atualmente mais difícil de cicatrizar devido a alguns estresses do paciente, provavelmente causado pelo calor. Cuidadora queixa que ele acordava à noite estressado, mas nunca questionou se ele apresenta algum problema neurológico devido ao seu quadro. Apresenta também edemas em seus MMSS E MMII.

O paciente morava sozinho e enfrentava problemas de consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Ao longo do tempo, desenvolveu hipertensão arterial, além de dificuldades na alimentação. Mantinha animais em sua residência. Quando foi encontrado, apresentava uma ferida na perna que não sabe ao certo o que causou e se foi um dos animais que ele criava.

Depois de alguns anos, o paciente se internou a espera de um marca passo que utiliza até hoje e devido a espera em um leito que não era adequado, desenvolveu uma úlcera. Paciente demonstrou capacidade de visão e audição, porém, devido ao quadro, apresentou dependências na fala, não apresenta movimentos no MSD e MID, não toma banho sozinho e nem se alimenta. Seus remédios são dados com auxílio de mingau.

Após o acidente, ficou sob os cuidados de seu irmão que não tinha nenhuma experiência, como ele não fazia nenhum exercício para os nervos não atrofiarem, hoje nosso paciente tem algumas dificuldades com a movimentação. Após três anos, o cuidador faleceu e ele passou a ser observado pela sua sobrinha que também cuida sozinha, ela tem 10 anos de experiência em cuidados ao idoso e sempre que possível deixa-o tentar pegar a colher e se alimentar, faz também exercício com uma bola na mão e deixa ele um tempo sentado na cadeira de rodas.

Visita: 22/03/2024, 8:30.

Paciente: Juvenal Ângelo, 78 anos.

Usuário reside em sua própria casa, simples, porém zelada, pode transitar pela casa em sua cadeira de rodas, devido a sua condição de não deambular, o problema é que na frente da casa possuem degraus, mora com sua esposa, dois filhos e uma neta, totalizando 5 pessoas em sua residência. Bem tratado pelo seu filho, que se dedica muito ao bem estar e à saúde de seu pai. Se alimenta diariamente bem, podendo consumir frutas, vegetais e leite (na comida pastosa) tem uma boa ingesta hídrica, tem boas funções fisiológicas, apesar de ser na fralda. Segundo informações do seu filho, sofreu um AVC no ano de 2023, houve uma pequena perda de peso, pouco mais de três quilos, ficou internado no HGE por 15 dias há 4 meses atrás é hipertenso e cardiopata.

Verbaliza bem, porém tem algumas falhas de esquecimento. Ingere comidas pastosas, consegue segurar o copo, a colher com a mão, mas não consegue se alimentar sozinho por motivo do mesmo ser destro e o AVC ter afetado o lado direito, não deambula, mas muda de decúbito só em sua cama, faz fisioterapia uma vez a cada semana e é acompanhado por nutricionista. Faz uso de 3 tipos de medicamentos, quando necessário e Nistatina para usar nas trocas das fraldas para evitar assaduras.

Das informações oferecidas:

Cuidados de enfermagem aos cuidadores dos pacientes.

Alguns cuidados de enfermagem importantes foram ensinados, como averiguar a iluminação adequada da casa, estimular o paciente a fazer movimentos averiguar o horário correto da medicação, e sempre que possível, deixar o paciente sentado, manter sempre o paciente hidratado, oferecendo líquidos. Foi conversado com os cuidadores sobre a busca da consulta fisioterapêutica para auxiliar nos cuidados dos músculos dos pacientes com Acidente Vascular Cerebral, onde esses ensinarão alguns exercícios que possam ser feitos nos pacientes, estimulando a circulação sanguínea e que os músculos não atrofiem. E evitar conversas sobre problemas na presença do paciente, evitando angústia.

Higiene pessoal.

Os cuidados de higiene pessoal passados foram algumas coisas como troca de fralda a cada 3 horas e assim que o paciente defecar, que aumentará o conforto do paciente evitando surgimento de assaduras, lesões ou infecção urinária, escovar os dentes do paciente duas vezes ao dia com pasta de dente em uma quantidade de um grão de ervilha, sempre ao dar banho, averiguar a temperatura da água e passar hidratante na pele para mantê-la hidratada.

Mudança de decúbito.

A mudança de decúbito é necessária a cada duas horas, onde há várias posições para que o paciente fique confortável e sempre proteger o membro afetado para que ele não seja comprimido. A rotação de decúbito envolve movimentar o paciente que está deitado para mudar sua posição, visando aumentar o conforto e prevenir problemas causados pela falta de movimento prolongado, como aliviar a pressão sobre áreas ósseas salientes, reduzir o risco de complicações pulmonares e úlceras de pressão, além de promover a circulação sanguínea.

Foram ensinadas algumas posições, como decúbito dorsal ou supina (pessoa que deita com a barriga voltada para cima), decúbito ventral ou prona (pessoa que deita de bruços), Decúbito lateral (esquerdo ou direito), posição de Fowler (variável da supina, porém a cabeceira é elevada a um angulo de 45° a 60° e os joelhos são ligeiramente elevados).

Alimentação.

Na alimentação, foram dadas cestas de comidas saudáveis e coloridas, estimulando os pacientes e cuidadores a busca de alimentação saudável, importante para a saúde dos pacientes. Foi instruído que em toda a manipulação dos alimentos, o cuidador sempre mantenha as mãos higienizadas, na hora de dar os medicamentos e na hora de alimentá-los. E diminuir o uso de sal e açúcar na comida

daqueles que não só apresentam hipertensão arterial e diabetes, mas também os que não tem, evitando aparecimento de doenças e de edemas (causado também pelo consumo excessivo de sal).

RETORNO DAS VISITAS EM DOMICÍLIO PARA OS ACAMADOS

Paciente: Elias Bezerra dos Santos.
Dia: 18/04/2024, às 15:00.

Devido o paciente ser dependente de sua cuidadora todas as orientações foram passadas para ela. Foi falado sobre a higiene, como deve ser a limpeza bocal e corporal. Na alimentação, com o passar do tempo o idoso fica mais sensível, alertamos que ela deveria verificar sempre a temperatura e ter cuidado caso ele fique muito tempo com a comida na boca para evitar engasgos e após toda refeição ficar um tempo sentado. Na mudança de decúbito, foi instruído sobre a maneira certa de virar o corpo do paciente, as posições adequadas e que cada duas horas precisaria trocar a posição, evitando escaras e úlceras por pressão. Com orientações do professor, também foi comentado sobre o uso da bola fisioterapêutica, que no caso do paciente não é recomendado, já que apresenta dificuldade para abrir a mão, devido o constante uso. A bola fisioterapêutica auxilia nos músculos que fecham as mãos.

Paciente: Maria Ana.
Dia: 23/04/2024, às 10:00.

Foi levada uma cesta com diversas frutas e sucos que são indicados para casos de constipação intestinal, ao mesmo tempo que trata da reposição de vitaminas, líquidos e nutrientes perdidos pela falta de ingestão na alimentação da paciente. Existiu uma conversa com a paciente, alertando-a sobre os riscos de uma alimentação fraca em nutrientes essenciais, também foi observado que a paciente rejeita idas a hospitais para realização de exames de rotina. Portanto, é esperado que os responsáveis da paciente a levem a fazer exames de

ultrassonografia e sangue para uma identificação do que pode ser o incômodo sentido em seu esôfago, afim de que seja melhorada sua qualidade de vida e principalmente sua alimentação, que é reduzida devido a queixa de dor e ardência neste local.

Paciente: Juvenal Ângelo.

Dia: 23/04/2024, às 08:00.

Foi ofertado uma cesta com frutas, cereais e líquidos propícios para a ingestão contínua do cotidiano do mesmo, ofertando também organizadores com seus respectivos turnos para a organização e separação dos seus medicamentos, onde havia desorganização anteriormente. Ademais, foi notório a percepção de melhoria no semblante do paciente, comparando à primeira visita ao paciente há um mês atrás, 22/03/24, onde pôde observar a evolução, sentado por mais tempo na sua cadeira de rodas e poltrona, conseguindo com o auxílio caminhar até a porta para entrar no carro no dia em que vai para a clínica para a fisioterapia, é clara a evolução do paciente.

Paciente: Joel dos Santos

Dia: 23/04/2024, às 10:00.

Foi orientado como realizar a higiene bucal corretamente, onde foi necessário colocar uma gaze em um dos dedos para limpar a língua e outras regiões (uma vez que o paciente não tem dentes) evitando infecções intestinais. Foi orientado também fazer a hidratação e massagem nos membros afetados pelo AVC para evitar possíveis edemas e até mesmo ressecamento da pele. Foi explicado as prevenções do decúbito lateral a cada duas horas pra evitar lesões por pressão ou escaras. Foi orientado tirar os lençóis ásperos por que poderia machucar a pele sensível do paciente. Colocar travesseiros entres as pernas na região do joelho e nos cotovelos, uma vez que o paciente sofre com desnutrição e essas partes encostam uma na hora levando a um ferimento. E também foi orientado sobre deixar a cabeça sempre em elevação ao corpo, evitando assim possíveis refluxos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de continuidade dos cuidados de saúde aos pacientes domiciliados, onde esses foram desospitalizados para terem um menor risco de infecções hospitalares e terem um apoio familiar, que contribui para manutenção da saúde do paciente e uma melhor qualidade de vida por estar em casa. Tivemos um bom alcance nos resultados esperados, que foi uma contribuição dos pacientes e cuidadores ao aceitar os ensinamentos, entendendo sua importância e escutando as orientações informadas de acordo com o quadro clínico de cada paciente.

Conclui-se então, que o ensino de cuidados de enfermagem aos cuidadores e pacientes acamados e domiciliados na rede de APS teve bastante relevância na aprendizagem dos cuidadores dos pacientes que apresentam atividades motoras reduzidas e que precisam de apoio total de sua ajuda, e da paciente domiciliada que apresenta problemas de saúde, a qual foi aconselhada diretamente. Sendo assim, faz-se necessário que o SUS se prontifique para que esses cuidados sejam continuados.

REFERÊNCIAS

Biblioteca Virtual em Saúde. BVS Atenção Primária em Saúde. **Qual a definição do paciente acamado e domiciliado?** Disponível em: <https://aps-repo.bvs.br/aps/qual-a-definicao-do-paciente-acamado-e-domiciliado/> Acesso em: 25 de mar 2024.

Braga, Patrícia Pinto et al. Supply and demand in home health care. Ciencia & saude coletiva, v. 21, n. 3, p. 903-912, 2016. Acesso em: 16 de mai 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar /

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar – Brasília-DF. 2 volumes; 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_domiciliar_melhor_casa.pdf; Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad_vol1.pdf Acesso em: 25 de mar 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. Atenção Domiciliar na Atenção Primária à Saúde. Brasília-DF. (Acesso em 13/07/2021). 2020:98p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_domiciliar_primaria_saude.pdf> Acesso em: 25 de mar 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. Grupo Hospitalar Conceição. Manual de assistência domiciliar na atenção primária à saúde. Experiência do serviço de saúde comunitária do Grupo Hospitalar Conceição; organizado por José Mauro Ceratti Lopes [Internet]. Porto Alegre: Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Manual_Cuidadores_Profissionais.pdf> Acesso em: 25 de mar 2024.

De Athaides, F; Alves, M. Capa > v. 1, n. 1 (2015). **Assistência de enfermagem associada a mudança de decúbito em pacientes acamados**. Disponível em: <https://www.ulbracds.com.br/index.php/rmic/article/view/58>. Acesso em: 16 de mai 2024.

De-Carli, Alessandro Diogo et al. Visita domiciliar e cuidado domiciliar na Atenção Básica: um olhar sobre a saúde bucal. Saúde em Debate, v. 39, p. 441-450, 2015. Acesso em: 16 de mai 2024.

Malagutti, W. **Assistência Domiciliar – Atualidades da Assistência de Enfermagem**. [s.l.] Editora Rubio, 2012.

Nogueira, Roberto Passos. A segunda crítica social da saúde de Ivan Illich. Interface: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 185-190, fev. 2003.

Secretaria da Saúde do estado da Bahia. **Atenção à saúde, atenção básica**. Disponível em: <www.saude.ba.gov.br> Acesso em: 27 de mar 2024.

Silva Junior, Aluísio Gomes da. Modelos tecnoassistenciais em saúde: o debate no campo da saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG. [internet]. Prevenção de Úlcera por Pressão em ILPIs: Guia para Cuidadores de Idosos. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/11/1449493143_Guia-UP-Web.pdf>. Acesso em: 16 de mai 2024.

Viver bem. Unimed BH. **Guia prático do paciente pós AVC**. Disponível em: <https://viverbem.unimedbh.com.br/prevencao-e-controle/reabilitacao-pos-avc/>. Acesso em: 16 de abr 2024.

Riegel, F. et al. A teoria de Florence Nightingale e suas contribuições para o pensamento crítico holístico na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 2, 2021. Acesso em: 16 de abr 2024.

APÊNDICE 1 - *REGISTRO FOTOGRÁFICO*

Fonte: Autores, 2024

Fonte: Autores, 2024

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: Conscientização e Expressão Criativa.

Kleytto William dos Santos[1]
Ulysses Xavier Pinheiro[2]

RESUMO

A extensão universitária é uma das bases fundamentais da universidade, junto ao ensino e à pesquisa, e desempenha papel crucial na responsividade social das instituições de ensino superior. O projeto de extensão "Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Conscientização e Expressão Criativa", desenvolvido por acadêmicos do curso de Direito da FRM (Faculdade Raimundo Marinho), teve como foco conscientizar crianças de faixa etária entre 8 a 9 anos, alunos de uma escola municipal de tempo integral em Penedo-AL, sobre a importância da preservação ambiental. Realizado no antigo SESI (Serviço Social da Indústria) em 23 de maio de 2024, o projeto usou atividades educativas e recreativas para ensinar cuidados com a natureza e práticas de renovação da flora. A metodologia qualitativa adotada permitiu analisar direitos difusos e coletivos, com foco nos direitos transindividuais relacionados à preservação do meio ambiente. Essa abordagem proporcionou uma compreensão profunda do tema e uma análise crítica fundamentada. Além disso, na atividade prática, os acadêmicos do 7º Período de Direito da FRM, sob orientação de um professor extensionista, atuaram como monitores das atividades. O êxito do projeto destaca a relevância de práticas pedagógicas ambientais

[1] Acadêmico do 7º Período do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.
[2] Docente do Ensino Superior em Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas. Graduado em Direito e Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal do Pampa. Mestrando pela Universidade Federal de Sergipe.

no currículo acadêmico, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. A continuidade de iniciativas semelhantes é crucial para ampliar a educação voltada à sustentabilidade, com resultados promissores na sensibilização de jovens para a preservação ambiental.

Palavras-Chave: conscientização ambiental, direitos difusos e coletivos, interdisciplinaridade, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão denominado "Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Conscientização e Expressão Criativa" teve o intuito de proporcionar um entendimento de caráter educacional e interdisciplinar, no qual foram inseridos conteúdos relacionados ao meio ambiente de forma recreativa. Essas atividades têm como foco principal desenvolver um entendimento nas crianças a respeito da conscientização na preservação do meio ambiente.

Os principais objetivos do projeto são conscientizar, incentivar e ensinar as crianças do 3º ano do ensino fundamental municipal sobre o meio ambiente e suas diversas vertentes. Para isso, foi realizada uma ação de plantio de sementes em vasos de barro, incentivando-as a se politizarem em relação à preservação ambiental. A atividade ocorreu no período vespertino, no ginásio do prédio onde abrigara o SESI (Serviço Social da Indústria) e hoje abriga a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e envolveu aproximadamente 55 crianças matriculadas em escola de ensino em tempo integral do município de Penedo.

Com o uso de materiais lúdicos, como jarros de barro e sementes, a ação buscou não apenas ensinar o plantio, mas também desenvolver um movimento educacional voltado à conscientização ambiental. O objetivo foi unir a criatividade e o aprendizado das crianças a uma causa maior, promovendo, de forma prática e recreativa, a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente

e estimulando o desenvolvimento de uma mentalidade sustentável desde cedo.

Sendo assim, o grande desafio é o de se planejar e executar movimentos de prumo educativo de maneira interdisciplinar. As ações desenvolvidas pelo projeto extensionista contam com que essas atividades oportunizem a ampliação da articulação e diálogo, permitindo a formação de uma consciência socialmente responsável pelo meio ambiente capaz de mudar de alguma forma o futuro.

O acesso ao meio ambiente não só reduz a possibilidade de desenvolver transtornos mentais futuramente, como também fortalece significativamente os laços entre as crianças e o meio ambiente, resultando em uma sociedade mais consciente e em um meio ambiente equilibrado e saudável. Movimentos como este, além de despertar o interesse das crianças, que são o público-alvo, impactam de forma significativa toda a sociedade, devido à sua grande relevância e ao potencial de transformação social que possuem.

Segundo o artigo 225 da CF, "*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*". Neste sentido, entende-se que é um direito nosso o acesso à um meio ambiente preservado, limpo e onde haja uma boa qualidade de vida. Delimitando ao poder público a responsabilidade de garantir que este direito seja assegurado a nação futura.

1. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

1.1 Definição e características dos direitos difusos e coletivos.

Na complexa teia de direitos que permeia a sociedade, os direitos difusos e coletivos se destacam como instrumentos jurídicos essenciais para a proteção de interesses indivisíveis, transindividuais e de grupos específicos. Compreender suas nuances e características é fundamental para garantir a efetividade da justiça e a promoção do bem-estar social.

Segundo Richard Pae Kim, 2012, p.15, tem seguinte definição de direitos transindividuais:

> Impende salientar (...) que a doutrina tem sustentado que os direitos transindividuais não pertencem a ninguém de forma isolada. Em tese eles transcendem o indivíduo e são conhecidos como direitos metaindividuais na medida em que atendem a direitos que estão 'além do indivíduo' ou, ainda, que são supraindividuais, pois se encontram 'acima do indivíduo isoladamente considerado.

Os direitos difusos, também chamados de direitos de terceira geração, tutelam bens jurídicos indivisíveis e de titularidade indeterminada, cuja proteção abrange toda a coletividade. Esses direitos afetam a todos, sem se restringir a indivíduos específicos. Exemplos incluem o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que garante a preservação do ar, da água, do solo, da fauna e da flora para as gerações presentes e futuras; o direito à saúde pública, que assegura acesso universal a serviços de saúde de qualidade; a segurança pública, que protege a ordem social e a integridade física dos cidadãos; o patrimônio cultural, que preserva bens tangíveis e intangíveis representativos da memória e identidade de um povo; e o acesso à informação, que garante o direito de receber informações verídicas e relevantes, promovendo transparência e participação social.

1.2 Importância desses direitos no contexto ambiental.

No contexto ambiental, os direitos difusos e coletivos assumem um papel fundamental na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, um direito fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988. O meio ambiente, por sua natureza indivisível, não se limita a propriedades ou indivíduos específicos. Sua proteção se estende a toda a coletividade, presente e futura, caracterizando-o como um bem jurídico de uso comum do povo. Nesse sentido, os direitos difusos e coletivos se tornam instrumentos jurídicos indispensáveis para garantir

a fruição desse bem por todos, assegurando a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras.

Hugo Mazzili (2014, p. 28) explica que os direitos ou interesses transindividuais são aqueles cujos titulares (grupos, classes ou categorias de pessoas) são difíceis de identificar ou mesmo impossíveis de serem identificados:

> Os interesses transindividuais são aqueles que reúnem grupos, classes, ou categorias de pessoas, como são os moradores de uma região no que diga respeito a uma questão ambiental; os consumidores do mesmo produto; os trabalhadores da mesma fábrica; os alunos do mesmo estabelecimento de ensino.

O direito ao meio ambiente é associado a uma ótica atomística, a determinada individualidade, conquanto, ele apresenta uma configuração indiscutivelmente metaindividual. Nas palavras de Leite (2003, p. 293) - "*atinge-se concomitantemente a pessoa no seu status de indivíduo relativamente à cota-parte de cada um e, de uma forma mais ampla, toda a coletividade*".

Dessa forma, insta salientar que, o direito a um meio ambiente dignificante é assegurado no art. 1°, inciso III, e art. 225, caput, da carta magna brasileira, que se categoriza entre aqueles emergentes de uma nova ética. Esse conteúdo jurídico é marcado em sua essência pela trans individualidade, característica que, quando conjugada com o aspecto imaterial das lesões ambientais, justifica o reconhecimento do dano ambiental coletivo extrapatrimonial. Steigleder (2004, p. 164), tem o seguinte pensamento:

> O fundamento para a admissibilidade do dano moral coletivo é que a coletividade, como conglomerado de pessoas que vivem em determinado território, unidas por fatores comuns, é norte ada por valores, os quais resultam da amplificação dos valores dos indivíduos componentes da coletividade. 'Assim, como cada indivíduo tem sua carga de valores, também a comunidade, por ser um conjunto de indivíduos, tem a sua dimensão ética'. Os valores coletivos dizem respeito à comunidade,

> independentemente de suas partes, o que lhes confere um caráter nitidamente indivisível.

Dessa forma, os direitos individuais e coletivos atuam como mecanismos eficazes no combate à degradação ambiental, combatendo ações danosas como a poluição, o desmatamento ilegal, a exploração predatória de recursos naturais e outras práticas que coloquem em risco o equilíbrio ecológico. Através de ações judiciais como a ação civil pública, é possível responsabilizar os causadores dos danos ambientais e exigir medidas de reparação e prevenção.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1 Análise das legislações nacionais que amparam os direitos difusos e coletivos ambientais.

A legislação nacional serve para proteger os interesses individuais que abrangem toda a coletividade e as futuras gerações. Trazendo como objetivo a proteção do meio ambiente e a garantia da saúde pública. No artigo 170, inciso VI da Constituição Federal, é citado a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica: "*defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação*"

Já no artigo 225 da Constituição Federal, fala-se sobre o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, tal artigo tem a seguinte redação:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No Código de Defesa do Consumidor temos a definição dos interesses difusos no artigo 81, parágrafo único, inciso I, que tem a seguinte redação:

> Parágrafo único: A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - Interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fatos. (...)

Nessa mesma toada, Cláudia Lima Marques afirma que os direitos difusos "*são os que têm como titulares grandes parcelas de pessoas não representadas adequadamente por porta vozes unívocos e individualizados*" (MARQUES, 2010, p. 66).

Por fim, no artigo 2º da Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente:

> A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental para propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Ante o exposto, a legislação nacional é crucial para proteger os interesses coletivos e das futuras gerações, focando na preservação do meio ambiente e na saúde pública. Ela assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe deveres ao poder público e à sociedade. Do mesmo modo que os direitos difusos representam interesses de grandes grupos, que não são bem representados por indivíduos específicos. Por fim, a Política Nacional do Meio Ambiente visa garantir a qualidade ambiental e a dignidade da vida humana, promovendo um desenvolvimento socioeconômico sustentável para as gerações atuais e futuras.

2.2 O papel do Estado e das instituições educativas na promoção da educação ambiental.

Os dois órgãos têm um papel crucial para promover uma sociedade com práticas sustentáveis e uma maior consciência ecológica. De um lado, o Estado têm como papel criar políticas públicas e legislações que venham a incentivar em todos os níveis de ensino a educação ambiental, este órgão pode designar recursos financeiros para programas de educação ambiental, tendo como garantia que as escolas e qualquer outra instituição de ensino tenham acesso à materiais, treinamentos e infraestrutura necessária para esses projetos, bem como, campanhas de conscientização e programas de reciclagem onde tem por objetivo a participação da sociedade na preservação ambiental.

> A educação ambiental, devidamente entendida, deveria constituir uma educação permanente, geral, que reage às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas ambientais do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos, qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos. (FREIRE, 1993, p.62)

Por outro lado, as instituições educativas ficam com o papel de desenvolver projetos e atividades práticas, como por exemplo, hortas nas escolas e programas de reciclagem para preservação do meio ambiente, e com isso, envolvendo os alunos de uma forma mais ativa na preservação do meio ambiente. Esse órgão tem como responsabilidade capacitar os educadores e todos os profissionais da educação para que eles fiquem aptos a promover projetos sobre práticas ambientais sustentáveis, é de suma importância que essas instituições tenham parcerias com ONGs, empresas ou alguma organização para desenvolver projetos comunitários com o objetivo de falar sobre a educação ambiental.

3. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE

3.1 Princípios e disposições constitucionais relacionadas ao meio ambiente.

A proteção ambiental é uma das inovações mais importantes da Constituição de 1988. Ela integra a preservação do meio ambiente ao conceito de desenvolvimento sustentável e à promoção da qualidade de vida.

3.1.1 Princípios constitucionais relacionados ao meio ambiente:

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (Art. 1º, III, CRFB) consagra a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, estabelecendo que essa dignidade só pode ser plenamente realizada em um ambiente saudável. Isso significa que a proteção do meio ambiente é indispensável para garantir condições adequadas de vida para todos os cidadãos, vinculando diretamente a qualidade ambiental à qualidade de vida humana.

O Princípio da Função Social da Propriedade (Art. 5º, XXIII, CRFB) determina que toda propriedade deve atender a uma função social, o que inclui o uso responsável dos recursos naturais. A propriedade privada, além de servir ao interesse do proprietário, deve ser gerida de forma a beneficiar a coletividade, especialmente no que tange à preservação ambiental e à exploração sustentável dos recursos, respeitando os direitos difusos da sociedade.

O Princípio da Prevenção impõe que medidas sejam tomadas para evitar a ocorrência de danos ambientais antes que eles se manifestem. Esse princípio promove a antecipação de problemas ambientais e incentiva ações preventivas, assegurando que os impactos sejam minimizados ou evitados completamente, antes de prejudicar o meio ambiente e a saúde pública.

O Princípio da Precaução, por sua vez, aplica-se quando houver incerteza científica sobre os potenciais danos ambientais de determinada ação. Nesse cenário, o princípio exige que, mesmo diante da falta de certeza absoluta, sejam adotadas medidas preventivas para

evitar riscos que possam comprometer o meio ambiente, garantindo uma postura prudente em situações de incerteza.

O Princípio do Poluidor-Pagador estabelece que quem causa danos ambientais deve arcar com os custos de sua reparação. Esse princípio busca responsabilizar diretamente o poluidor pelas consequências de suas ações, incentivando o uso mais consciente e sustentável dos recursos naturais e promovendo a justiça ambiental ao exigir que os danos sejam corrigidos pelos responsáveis.

3.1.2 Disposições constitucionais

O Art. 225 da Constituição Federal é o principal dispositivo constitucional relativo ao meio ambiente. Ele define o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito de todos e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Além disso, em seu Art.170, VI, a CRFB prevê que a ordem econômica deve observar a defesa do meio ambiente, incluindo a responsabilidade social e ambiental das atividades econômicas.

> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências dignas, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (…) VI - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (…).

Por sua vez, o Art.186, II, também da nossa Carta Magna relaciona a função social da propriedade rural com a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

> Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: (…) II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

Os dispositivos constitucionais brasileiros estabelecem uma robusta estrutura de proteção ao meio ambiente e juntos, não apenas reconhecem a importância do meio ambiente para a qualidade de vida, mas também estabelecem obrigações claras para assegurar um desenvolvimento sustentável e responsável.

3.2 Deveres do poder público e da coletividade na defesa do meio ambiente

3.2.1 Deveres do Poder Público

Os deveres do poder público em relação ao meio ambiente são fundamentais para assegurar a sustentabilidade e a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Primeiramente, cabe ao Estado criar e implementar políticas públicas e programas voltados à preservação e restauração dos recursos naturais. Isso inclui ações concretas, como o reflorestamento de áreas degradadas, a recuperação de ecossistemas e a gestão sustentável dos recursos hídricos, visando mitigar os impactos das atividades humanas no meio ambiente.

Além disso, o poder público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, integrando essa temática ao currículo escolar e à formação de educadores. A conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental é crucial para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e proteção ao meio ambiente. Campanhas de sensibilização e projetos comunitários podem

mobilizar a sociedade, fortalecendo o engajamento dos cidadãos na proteção dos recursos naturais.

Por fim, a proteção da fauna e da flora é uma responsabilidade essencial do poder público. Isso implica a criação e a fiscalização de legislações que previnam práticas nocivas, como a caça ilegal e o desmatamento, além de ações que garantam o bem-estar dos animais e a conservação das espécies ameaçadas. Ao cumprir esses deveres, o poder público não apenas promove a preservação da biodiversidade, mas também assegura um ambiente saudável e equilibrado, beneficiando toda a sociedade. A atuação proativa do Estado é, portanto, um pilar fundamental para a construção de um futuro sustentável.

3.2.2 Deveres da Coletividade

Os deveres da coletividade em relação ao meio ambiente são cruciais para a construção de uma sociedade sustentável e responsável. Em primeiro lugar, a participação ativa dos cidadãos na defesa do meio ambiente é fundamental. Isso pode ocorrer através de denúncias de práticas prejudiciais, envolvimento em audiências públicas e apoio a organizações de proteção ambiental. Essa mobilização não apenas fortalece a fiscalização dos governantes, mas também promove uma cultura de responsabilidade compartilhada em que todos se sentem parte da solução para os desafios ambientais.

Além disso, o consumo consciente é um dever importante da coletividade. Ao adotar práticas de consumo sustentável, os cidadãos podem reduzir o desperdício e optar por produtos e serviços que causam menor impacto ambiental. Isso inclui a escolha de itens com embalagens recicláveis, a redução do uso de plásticos descartáveis e a preferência por produtos locais e orgânicos. Ao mudar seus hábitos de consumo, os indivíduos não apenas minimizam sua pegada ecológica, mas também incentivam o mercado a se adaptar a práticas mais sustentáveis.

Por fim, o apoio a iniciativas sustentáveis é uma responsabilidade coletiva que deve ser estimulada. Promover e participar de ações como reciclagem, uso de energias renováveis e conservação dos recursos naturais contribui para a criação de um ambiente mais equilibrado. As comunidades podem se unir para desenvolver projetos que visem a sustentabilidade, fortalecendo laços sociais enquanto cuidam do meio ambiente. Ao assumir esses deveres, a coletividade desempenha um papel vital na proteção do planeta, assegurando um futuro saudável e sustentável para todos.

4. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Constituição Federal de 1988 incorpora a educação ambiental como um componente essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente. Este aprofundamento examina as disposições constitucionais que amparam a educação ambiental, a relação entre os direitos fundamentais e a educação ambiental, e o papel do Estado na promoção da educação ambiental conforme a Constituição.

4.1 Disposições constitucionais que amparam a educação ambiental

A educação ambiental é estabelecida pela Constituição como um direito e um dever, sendo essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis pela preservação ambiental, conforme art. 225, §1°, inciso VI, que diz:

> Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A competência comum dos entes federativos para proteger o meio ambiente implica que a educação ambiental deve ser uma

prioridade em todas as esferas de governo, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada, tal entendimento vem do art.23° inciso VI: “é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”.

A educação ambiental, como parte integrante do direito à educação, contribui para o desenvolvimento integral dos indivíduos, preparando-os para a cidadania ativa e sustentável, isso é o que disciplina o art.205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação ambiental é um direito e um dever estabelecido pela Constituição, sendo fundamental para formar cidadãos conscientes e responsáveis pela preservação do meio ambiente. Para garantir a efetividade desse direito, é responsabilidade do poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientizar a população. A competência comum dos entes federativos para proteger o meio ambiente reforça que a educação ambiental deve ser prioridade em todas as esferas de governo, promovendo uma abordagem integrada. Além disso, a educação ambiental contribui para o desenvolvimento integral dos indivíduos, preparando-os para uma cidadania ativa e sustentável, promovendo, assim, o pleno desenvolvimento da pessoa e sua qualificação para o trabalho.

4.2 Relação entre os direitos fundamentais e da educação ambiental

A educação ambiental está intimamente ligada a diversos direitos fundamentais previstos na Constituição, promovendo a realização de direitos humanos e sociais. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assegurado pelo Art. 225, destaca a

importância da educação ambiental para informar e capacitar a população na defesa desse direito, incentivando práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais.

Além disso, a educação ambiental é uma dimensão do direito fundamental à educação, que amplia a compreensão sobre a interdependência entre o ser humano e o meio ambiente. Essa abordagem prepara os indivíduos para atuarem de forma consciente e responsável em relação ao ambiente, fortalecendo a cidadania e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

4.3 Papel do Estado na promoção da educação ambiental conforme a constituição

A Constituição Federal confere ao Estado um papel central na promoção da educação ambiental, definindo responsabilidades e competências específicas para essa tarefa. Nesse contexto, o Estado deve formular e implementar políticas públicas que integrem a educação ambiental em todos os níveis de ensino, promovendo uma abordagem interdisciplinar que incorpore questões ambientais nas disciplinas tradicionais e fomente uma cultura de sustentabilidade.

Além disso, a capacitação contínua de professores e educadores é essencial para o sucesso da educação ambiental, garantindo que eles estejam preparados para abordar esses temas de forma eficaz. A promoção da educação ambiental também exige a cooperação entre diferentes níveis de governo—federal, estadual e municipal—e parcerias com a sociedade civil, incluindo ONGs, instituições de ensino e o setor privado. Essa colaboração é fundamental para criar uma rede de apoio e recursos que fortaleça as iniciativas de educação ambiental.

Por fim, além da educação formal, o Estado deve promover campanhas de conscientização pública para sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação ambiental. Essas campanhas são cruciais para incentivar a participação cidadã e a adoção de práticas

sustentáveis no cotidiano, consolidando um compromisso coletivo em prol de um meio ambiente equilibrado e saudável.

5. DIREITO DAS CRIANÇAS E O MEIO AMBIENTE

5.1. Análise dos direitos ambientais das crianças conforme tratados internacionais (como a convenção sobre os direitos das crianças)

De acordo com os tratados internacionais, em se tratando especificamente da Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), são estabelecidos um alicerce de suma importância para a efetiva garantia aos direitos das crianças, incluindo aqueles relacionados ao meio ambiente. A convenção sobre os direitos da criança, reconhece de forma contida o direito das crianças a um ambiente saudável em seus artigos sobre saúde e bem-estar.

Ademais, mesmo com esses dispositivos infralegais, existem inúmeros desafios na prática. Muitas vezes a maioria das crianças não possui o devido entendimento em se tratando das preocupações ambientais que cerca todo o planeta e em participar de processos de decisão. Então surge a educação ambiental (EA), como um processo educativo que leva essas crianças a um conhecimento ambiental, sendo fundamental para os valores éticos e sociais de um futuro mais preservado.

De acordo com a Lei n° 9795/1999 que dispõe sobre o assunto em comento (EA) e institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a Educação Ambiental pode ser compreendida como:

> [...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL,1999).

Nesse sentido, é de suma importância que os estados e toda a sociedade em conjunto ajam de acordo com esses tratados, para garantir que os direitos ambientais das crianças sejam respeitados.

5.2. Direito ao ambiente saudável como direito humano das crianças

O direito ao ambiente saudável aborda não apenas o bem-estar imediato das crianças, mas também seu futuro e o futuro do planeta. Primeiramente, é importante entender que as crianças são vulneráveis aos impactos negativos do meio ambiente devido ao seu desenvolvimento físico e imunológico ainda em processo, além de sua dependência dos adultos para atender às suas necessidades básicas.

Um ambiente saudável para as crianças implica não apenas a ausência de poluição do ar, da água e do solo, mas também o acesso a espaços verdes, seguros e estimulantes para brincar e explorar. A poluição atmosférica, por exemplo, pode levar a uma série de problemas de saúde, como doenças respiratórias, alergias e até mesmo problemas neurológicos em desenvolvimento. Da mesma forma, a contaminação da água pode causar doenças gastrointestinais e afetar o crescimento e o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Além dos impactos diretos na saúde física, um ambiente degradado também pode ter consequências psicológicas e emocionais nas crianças, causando estresse, ansiedade e até mesmo depressão. A falta de acesso a áreas verdes e espaços abertos para brincar e interagir com a natureza pode privar as crianças de oportunidades essenciais para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Portanto, garantir o direito ao ambiente saudável para as crianças não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma medida crucial para proteger seu desenvolvimento e garantir um futuro sustentável para todas as gerações. Isso requer políticas públicas que promovam a redução da poluição, a proteção dos ecossistemas naturais e o acesso equitativo a espaços verdes e saudáveis nas comunidades urbanas e rurais. Além disso, é essencial envolver as crianças e suas

famílias na promoção da conscientização ambiental e na adoção de comportamentos sustentáveis que contribuam para a preservação do meio ambiente e para o bem-estar de todos.

5.3. Implementação de direitos ambientais infantis em legislações nacional

A implementação de direitos ambientais infantis não se trata apenas de colocar palavras em papel. É sobre criar uma cultura em que as crianças não apenas aprendam sobre o meio ambiente, mas se tornem defensoras ativas dele. Isso significa incorporar educação ambiental no currículo escolar, promover atividades ao ar livre e estimular uma conexão emocional com a natureza desde cedo.

Além disso, as leis precisam ser claras e acessíveis, para que todos, incluindo as crianças, possam entender seus direitos e como protegê-los. Isso pode envolver campanhas de conscientização, materiais educativos e até mesmo programas de mentoria, onde as crianças possam aprender com adultos engajados na proteção ambiental.

Também é importante considerar a justiça ambiental, garantindo que todas as comunidades, independentemente de sua localização ou status socioeconômico, tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades de proteção ambiental. Isso significa combater a poluição em áreas urbanas, proteger terras indígenas e quilombolas e garantir que os recursos naturais sejam usados de forma sustentável para o benefício de todos, incluindo as gerações futuras. Nesse contexto, de acordo com Arnaldo e Santana (2018,604):

> [...]as políticas públicas de Educação Ambiental se manifestam nas escolas por meio de processos que são permeados por concepções, princípios objetivos ou, ainda, indicações sobre o modo de realização de trabalho com Educação Ambiental, explicitados nas políticas públicas.

Por fim, a implementação eficaz desses direitos requer uma colaboração entre governos, organizações da sociedade civil, empresas e, é claro, as próprias crianças. Ao trabalharmos juntos, podemos criar um futuro em que as crianças cresçam em harmonia com a natureza e se tornem líderes na proteção do nosso planeta.

6. METODOLOGIA

Foi adotada a abordagem metodológica qualitativa para a análise dos direitos difusos e coletivos, com foco nos direitos transindividuais relacionado a preservação do meio ambiente. A metodologia empregada visou proporcionar uma compreensão abrangente e aprofundada do tema, permitindo uma análise crítica e fundamentada.

Inicialmente, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica, abrangendo obras doutrinárias, jurisprudências relevantes e legislações nacionais e internacionais. Esta etapa foi fundamental para a construção de uma base sólida acerca dos direitos transindividuais e dos direitos difusos, com foco nas questões ambientais. Foram estudadas teorias jurídicas relacionadas aos direitos da personalidade, bem como a aplicação prática desses direitos no contexto da sustentabilidade e preservação ambiental.

Além disso, uma análise comparativa de diferentes ordenamentos jurídicos foi conduzida, visando identificar variações nas abordagens legais sobre a proteção ambiental e os direitos difusos. Isso permitiu ampliar a visão sobre as diferentes soluções jurídicas aplicadas à proteção do meio ambiente em nível global. Foram analisados também casos jurisprudenciais emblemáticos, nos quais questões ambientais foram levadas aos tribunais, proporcionando uma compreensão mais profunda dos desafios práticos na aplicação desses direitos.

A parte prática do projeto foi desenvolvida no formato de oficinas e atividades interativas com crianças de 8 a 9 anos, matriculadas em uma escola de tempo integral, nas dependências do

SESI, na cidade de Penedo-AL. Os acadêmicos de Direito, atuando como monitores, foram responsáveis por realizar atividades lúdicas e educativas voltadas para a conscientização ambiental e a promoção de práticas sustentáveis. Orientados por um professor extensionista, os monitores desenvolveram um conjunto de dinâmicas que incluíram o plantio de mudas, oficinas de reciclagem e atividades de expressão criativa, como desenhos e redações sobre a natureza.

Essas atividades foram desenhadas para promover o engajamento ativo das crianças, incentivando a reflexão sobre a importância de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e as responsabilidades individuais e coletivas na sua preservação. Ao associar a teoria dos direitos difusos com práticas recreativas e educativas, o projeto buscou facilitar a internalização dos conceitos ambientais de forma acessível e divertida para as crianças.

A execução do projeto foi monitorada de perto, com a coleta de *feedbacks* das crianças e dos profissionais envolvidos, o que permitiu uma análise crítica dos resultados. A avaliação contínua das atividades possibilitou ajustes em tempo real, garantindo que os objetivos educacionais e de conscientização fossem atingidos de forma eficiente.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

No dia 23 de maio de 2024, das 13h às 15h, foi realizada a ação de extensão "Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Conscientização e Expressão Criativa", promovida pela Faculdade Raimundo Marinho. A atividade, inserida no contexto do curso de Direito, durante o 7º período da disciplina de Direitos Difusos e Coletivos, teve como público-alvo crianças de 8 a 9 anos, estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I, em escolas municipais de tempo integral, localizadas no SESI, na cidade de Penedo-AL.

O evento foi estruturado em duas partes principais, visando combinar aprendizado teórico e aplicação prática de conceitos ambientais. A primeira etapa consistiu em uma palestra educativa, abordando o tema "A importância da sustentabilidade e da preservação

ambiental". Utilizando uma linguagem acessível e recursos audiovisuais, a palestra buscou sensibilizar as crianças sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente e a necessidade de adotar práticas sustentáveis desde cedo. A resposta das crianças foi muito positiva, com alto nível de engajamento e interesse no tema.

Na segunda etapa, as atividades práticas complementaram o aprendizado teórico. As crianças participaram do plantio de sementes em pequenos jarros, onde cada uma recebeu os materiais necessários e foi incentivada a cuidar de sua própria planta. Essa prática reforçou a ideia de responsabilidade ambiental, proporcionando um contato direto com a natureza. Além disso, as crianças participaram de dinâmicas de conscientização ambiental, que incluíram jogos educativos sobre reciclagem, economia de água e energia, e preservação da biodiversidade. Esses momentos lúdicos permitiram que as crianças consolidassem os conceitos de maneira divertida e interativa.

O impacto educacional foi mensurado através de questionários aplicados antes e depois do evento. Houve um aumento significativo na compreensão das crianças sobre a importância da preservação ambiental e das práticas sustentáveis. Além disso, foi observado que o aprendizado não ficou restrito ao evento: relatos de professores e pais indicaram que as crianças continuaram discutindo os temas abordados e começaram a aplicar, em suas rotinas diárias, atitudes aprendidas, como reciclagem e economia de recursos. Isso demonstra que o projeto atingiu seu objetivo de promover mudanças comportamentais a partir da conscientização ambiental.

Do ponto de vista organizacional, o evento foi considerado um sucesso, com todas as atividades ocorrendo conforme o planejado. A logística foi eficiente e não houve incidentes. A equipe organizadora, formada por acadêmicos de Direito e orientada por um professor extensionista, avaliou positivamente o impacto da iniciativa. Em termos de sustentabilidade do projeto, foi sugerida sua continuidade e ampliação, com a realização periódica de eventos semelhantes para reforçar os conceitos e expandir o impacto educacional e ambiental.

Em suma, o projeto "Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Conscientização e Expressão Criativa" demonstrou-se uma ferramenta eficaz na promoção da consciência ambiental entre as crianças. Ao unir teoria e prática de forma interativa e acessível, o projeto alcançou resultados expressivos, evidenciando a relevância de tais iniciativas no contexto escolar e o potencial de ampliação desse modelo de ação educativa em outras instituições de ensino.

8. IMPACTO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visou avaliar como a interação direta com a natureza influencia o comportamento e as atitudes das crianças em relação ao meio ambiente. O impacto do projeto foi mensurável tanto pela receptividade das crianças quanto pela avaliação dos professores das escolas participantes, que observaram um aumento no interesse dos alunos por temas relacionados à natureza e sustentabilidade, bem como a internalização daquilo que foi apresentado. Tal resultado corrobora a eficácia de métodos educativos que combinam teoria e prática, especialmente em faixas etárias onde a aprendizagem experiencial tem maior impacto.

Assim, claramente, foram vistas várias perspectivas sobre tal assunto, através da metodologia utilizada.

O sucesso deste projeto de extensão ressalta a importância de integrar atividades práticas e educacionais no currículo acadêmico, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com as questões ambientais. A continuidade e a expansão de projetos semelhantes podem fortalecer sobremaneira a educação para a sustentabilidade, preparando as futuras gerações para enfrentar os desafios ambientais de forma responsável e inovadora.

Desta forma, ao término dessa análise, podemos concluir que a hipótese levantada, a qual postulava que a exposição precoce das crianças à natureza e a inclusão de práticas de educação ambiental em seus currículos escolares, contribuem para o desenvolvimento de

comportamentos sustentáveis e uma maior conscientização sobre a importância da preservação ambiental foi confirmada.

De maneira geral, o projeto de extensão “Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Conscientização e Expressão Criativa”, contribuiu com o processo educativo, cultural e científico da demanda atendida, viabilizando a relação transformadora entre universidade e a sociedade.

Os acadêmicos de direito tiveram a oportunidade de vivenciar a realidade da sociedade e adquirir um aprendizado interdisciplinar que se incorpora ao conhecimento de tais estudantes, conhecimento adquirido pela troca de saberes sistematizados (acadêmicos e população), que terá como consequência a produção de conhecimento, produzida pelo confronto com a realidade da comunidade atendida.

REFERÊNCIAS

PIRES, M. M. **Educação ambiental e suas representações no cotidiano da escola**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

VERDERIO, L. Á. P. **O desenvolvimento da educação ambiental na educação infantil**: *importância e possibilidades*. Revista brasileira de educação ambiental (Revbea), São Paulo, v.16, N°1: 130-147,2021.

SAHEB, D.; RODRIGUES, D. G. **A Educação Ambiental na Educação Infantil**: *limites e possibilidades*. Cadernos de pesquisa, São Luís, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília, DF: CGEA: Secad: MEC, 1998a.

MARQUES, Claudia Lima. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.** 3. ed., São Paulo, RT, 2010, p. 66.

KIM, Richard Pae. **Titularidade dos direitos fundamentais difusos e**
coletivos (p. 11-24). In: I – KIM, Richard Pae.; II – BARROS, Sérgio Resende de.; III – KOSSAKA, Fausto Kozo Matsumoto. (orgs.). Direitos fundamentais coletivos e difusos: Questões sobre fundamentalidade. São Paulo: Verbatim, 2012.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Tutela dos interesses difusos e coletivos**. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FREIRE, G. D. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1993.

LEITE, J. R. M. **Dano ambiental**: *do individual ao coletivo extrapatrimonial*. 2. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

STEIGLEDER, A. M. **Responsabilidade civil ambiental**: *as dimensões do dano ambiental no Direito brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA TABULEIRO DOS NEGROS

João Batista Santos Filho[1],
Ana Beatriz de Melo Caetano dos Santos
Douglas Fernandes dos Santos
João Vitor Santana
José Leandro Firmo dos Santos
José Lucas dos Santos
Karoliny Steffany Dantas Gonçalves
Lorena Caryse Pereira dos Santos
Luana Lázaro dos Santos
Magaly dos Santos Lôbo
Rafaelle Maria Gomes Batista Tavares
Sibele Regina Raposo dos Santos
Tainá Jaine de Lima Santos Oliveira
Thalita Vieira Silva.[2]

RESUMO

O artigo trata do direito fundamental à educação na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, zona rural do município de Penedo, Alagoas, com a intervenção do projeto de extensão dos graduandos do 10º período do Curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho, matriculados na disciplina Direitos Difusos e Coletivos. A Extensão se deveu à observação de que a legislação que rege o ensino à comunidade

[1]Bacharel e Mestre em Direito Pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Promotor de Justiça do Estado de Alagoas MP/AL, currículo *lattes* http://lattes.cnpq.br/2797442149617061, Orcid - 0000-0002-9555-7842.
[2]Artigo produzido pelo orientador Professor Me João Batista Santos Filho e pelos alunos da turma do 10º Período do Curso de Direito, Disciplina Direitos Difusos e Coletivos, da Faculdade Raimundo Marinho-Penedo.

quilombola não era cumprida, pois a escola local de Ensino Fundamental somente funciona até o 5º ano, sendo que do 6º ao 9º ano, os alunos, crianças de até 10 anos, deslocam-se cansativos e arriscados 25 quilômetros até a zona urbana, recebendo educação que se afasta do escopo constitucional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das normativas do Conselho Nacional de Educação, em que há previsão do ensino de conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, além da obrigação de haver escola quilombola específica nesta comunidade rural. O problema da pesquisa questiona quais as possibilidades de a execução de uma extensão pedagógica legar efetividade para a carência da educação da comunidade se há mecanismos a serem propostos com esse fim. Na metodologia optou-se pelo tipo qualitativa, através dos dados coletados durante a execução da ação de extensão, legislação, doutrina e jurisprudência. O artigo confirma a hipótese de que a extensão logrou intervir na comunidade quilombola, exortando a participação cidadã e levando a comunidade a propor instrumentos jurídicos hábeis a fazer o poder público ter postura resolutiva do problema.

Palavras-chave: Tabuleiro dos Negros-Penedo; Direito Fundamental à Educação; Projeto de Extensão; Interesses Coletivos.

1. INTRODUÇÃO

O processo educativo é eminentemente humano. Dessa obviedade decorreu a necessidade de dar, ao ato pessoal e institucional de educar, o acolhimento normativo que se especializou desde o momento em que, na antiga Grécia, Platão dava o tônus da correta relação entre o mister pedagógico e a obrigação de o Estado prover o ensino e garantir a aprendizagem. Do século platônico à contemporaneidade, muitas mudanças foram estabelecidas, sempre a partir de grandes influências filosóficas, sociológicas e psicológicas.

No início da era cristã, viu-se um novo formato de educação ganhar relevo, aquela cuja educação permeava a vida na busca pela felicidade divina. Na idade Média, muitos campos de estudos foram se constituindo e até hoje são renomados como Oxford, Cambridge e o de Sorbonne, fundado em 1257 por Rogério de Sorbon, na França. A figura da igreja continua potencial e nomes como o de São Tomáz de Aquino, fundador da escolástica, proporcionou a criação de várias universidades. Adiante, temos os séculos das luzes ou Iluminismo e grande nomes e ideias adentraram a seara educacional, causando mais transformações aos modelos de educação, a exemplo dos grandes pedagogos, como Freinet, Froebel, Montessori e outros.

Os séculos XIX e início do XX foram marcados pela preocupação da psicologia com os processos de desenvolvimento humano, tendo em Piaget, Vygotsky e Wallon seus grandes contribuintes para pensar na interação entre os sujeitos aprendentes. Na mesma linha em que as ideias educacionais eram prospectadas e alinhadas, as legislações também caminhavam, os direitos eram construídos socialmente, a exemplo da infância, dos ciclos da vida que foram servindo de alicerce para pensar as peculiaridades das pessoas dentro do seu universo de existência e habitat. O Século XX foi importante para a solidificação dos conceitos e do arcabouço legal do direito educacional no mundo.

Com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, diante da revelação dos efeitos malévolos das atrocidades cometidas até a metade

daquele século, em que chamava atenção a necessidade de se proteger a humanidade com um anteparo legal internacional contra tanta peversidade e sangue derramado, em defesa também de direitos comezinhos que foram esquecidos em meio à violência, surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo documento de criação, a Carta das Nações Unidas, entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, iniciando a operação do organismo de direito internacional, com a missão de elevar os direitos do homem, dentre eles a cultura, a diversidade e a educação, tendo inicialmente 51 países signatários, sendo que atualmente conta com 193 Estados-membros.

Os países signatários, e o Brasil entre eles, se obrigam a colocar em vigor, como meta finalística, todas as cláusulas estabelecidas em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), em que a ONU estabelece um rol amplo de direitos humanos, dentre eles está no art. 26 que "Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório." (ONU, 1948). O mesmo artigo exorta os países convenentes no sentido de que a educação deve proteger a plena expansão da personalidade humana e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre os povos e todos os grupos raciais ou religiosos.

A DUDH também vincula à necessidade de os Estados-membros respeitarem a desinência cultural dos povos, com direito à manutenção dos laços culturais, de crenças e de modos de existência, o que veio a ser recepcionado, junto com o direito à educação, pelo texto da Constituição Federal de 1988 no Brasil, a reboque do aspecto da constitucionalização dos direitos, pelo qual os direitos fundamentais mudam seu *status* de mero enunciado ao passarem ao *standard* de garantidor de sua eficácia, na exata medida que Luís Roberto Barroso, em 2012, discorre sobre o fenômeno da Irradiação do Direito Constitucional por todo ordenamento jurídico e como diapasão interpretativo genérico e luz para o controle judicial em todas as instâncias.

O presente artigo trata do direito fundamental à educação com

reflexo genérico e numa inflexão específica ligada à educação quilombola. Compulsa a realidade de uma comunidade quilombola no município de Penedo, ao sul do estado de Alagoas, às margens do Rio São Francisco, com população de 64.000 habitantes, fundada em 1535, sendo cidade histórica com atrações turísticas, segundo IBGE (2021).

A Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, com cerca de 2.300 habitantes, na zona rural de Penedo, como foco deste estudo, é formada por remanescentes de escravizados que fugiram de diversos lugares em Alagoas e lá se organizaram para a resistência e mudança de vida. No solo do Tabuleiro dos Negros, como há de ser em toda e qualquer organização social de interesses congruentes, os quilombolas se fizeram protegidos em sua transmissão de cultura, vivências, danças, folguedos, enfim, afrodescendência com pertencimento comunitário desde o nascimento.

A escolha do objeto de estudo advém do trabalho em equipe feito pela turma do 10º período do Curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho em Penedo, na disciplina de Direitos Difusos e Coletivos, em que discentes e professor orientador, após discussão em meio a leitura de material para possível intervenção para a extensão, deparou-se com algo que causou o interesse da turma, sendo eleito um problema quanto ao direito fundamental à educação na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros.

A referida turma, depois do estudo sobre direitos transindividuais, dentre eles, os direitos ligados à educação, identificou no Trabalho de Conclusão de Curso da quilombola Maria Valquíria dos Santos, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus Penedo, o objeto sobre o qual poderia se debruçar para uma intervenção social da academia, como trabalho de extensão, do qual foi feito um projeto neste sentido, executado conforme será tratado neste artigo.

Houve a compreensão, diante do estudo do trabalho científico citado, de que, no Tabuleiro dos Negros, a DUDH, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Leis Estaduais e os princípios que regem a educação, muito especialmente a

educação quilombola, estão sendo descumpridos, pois a escola local do ensino fundamental é insuficiente para abarcar o desiderato de atuar como escola quilombola, da pré-escola ao 9º ano, ante a insuficiência de estrutura e de salas de aula com o mínimo conforto para os remanescentes.

Nesse estado de coisas, com tenra idade de 9 anos, as crianças são obrigadas a estudar cerca de 25 km longe da comunidade, enfrentando o perigo de uma viagem de ônibus em uma estrada de terra arriscada, sendo jogadas em uma experiência na zona urbana de Penedo, perdendo o contato com o conteúdo curricular que privilegia sua cultura, história e pertencimento, quebrando todos os princípios que legalmente norteiam a educação aos quilombolas.

Diante desse espectro, questionou-se acerca dos meios para que o trabalho pedagógico da extensão possa levar à comunidade do Tabuleiro dos Negros algum instrumento para resolver essas ilegalidades e propiciar um movimento social organizado, com amparo da academia e do estudo científico dos direitos difusos e coletivos, para mudar a realidade e pressionar pela construção de uma nova escola dentro dos parâmetros legais.

O problema faceado nesse estudo está colocado com um questionamento de ordem teórica em relação a como agir de maneira prática. Pergunta-se: para solução da questão educacional quilombola posta, quais as possibilidades de a execução de uma extensão pedagógica legar efetividade e apontar resolutividade para a carência da educação quilombola no Tabuleiro dos Negros? Qual mecanismo jurídico poderá ser proposto com o escopo de se alcançar tal propósito?

Como objetivo geral desse artigo está o estudo de meio prático para a realização de ação para analisar e dar instrumentos para, no futuro, servir como base jurídica com o fim de criar acesso aos direitos educacionais da comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros, com resolutividade.

Os objetivos específicos são postos em ordem de, 1 – refletir sobre a importância da escola e do ensino para o desenvolvimento da cultura quilombola desde a primeira infância, como importante

interesse transindividual; 2 – prospectar na comunidade a realidade da educação ofertada pelo poder público; 3 – discutir os sobre os eventos na execução do projeto de extensão realizado na Comunidade Quilombola; 4 – agrupar as informações colhidas e discutir sobre os resultados, tirando conclusões, analisando a efetividade das medidas adotadas na extensão; 5 – Avaliar a efetividade e resolutividade das atividades da execução do projeto de extensão, tirando conclusões positivas e/ou negativas.

Persegue-se esses objetivos na hipótese de que é possível executar um projeto de extensão de intervenção social, com a escuta e a permissão da comunidade, fomentando movimentos de cidadania, pertencimento cultural e comunitário com apropriação da afrodescendência, para a construção conjunta com quilombolas, de instrumentos jurídicos capazes de mover instituições oficiais no sentido de exortá-las à resolução do problema enfrentado nesse estudo.

Para concreção do artigo, como metodologia adotada, optou-se pelo tipo qualitativa, através dos dados coletados durante a execução da ação de extensão. Os momentos de prospecção de informações, preparação da aplicação de consulta popular, visita a comunidade Tabuleiro do Negros, relatório da ação de extensão, serviram de alicerce para o estudo, reflexão e proposições detalhadas ao longo desse texto.

Após esta parte introdutória o artigo tem a segunda seção que aborda a educação fundamental quilombola, trazendo a base legal da educação dos quilombos de hoje, elucidando a fundamentalidade do direito a educação dessa população no Brasil. A terceira seção descreve a educação fundamental no Tabuleiro dos Negros, trazendo dados históricos e estatísticos sobre essa comunidade quilombola, acerca da existência de escolas e eventuais retrocessos históricos, esmiuçando o problema de não haver ensino fundamental na forma expendida na lei, num prejuízo da educação quilombola dentro da comunidade. A quarta seção trata da execução do projeto de extensão, identificando suas fases, as razões, explicando o fluxo de execução e o êxito, ou não, de cada momento. Nesta parte há a discussão dos resultados efetivos, com a relatoria dos instrumentos jurídicos produzidos diante do querer da

comunidade, e endereçamento às instituições que podem dar a resolutividade por meio de políticas públicas, procedimentos e ações judiciais, bem como, instrumentos legislativos. Por último, há as conclusões para verificar a validade das hipóteses deste trabalho.

2. A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL QUILOMBOLA

A educação no Brasil é um direito social fundamental, previsto na Constituição Federal, em seu artigo 6º e no Capítulo III, Seção I, artigos 205 ao 214, sendo um dever do Estado e da família oferecê-la. Do mesmo modo, versa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90, ao ditar que a educação é direito de toda criança e adolescente, sendo um dever da família, da comunidade e do poder público efetivá-lo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394/96, estabelece as bases da educação brasileira, define princípios, objetivos e normas para a educação em todos os níveis, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. A LDBEN também regula aspectos como currículo, gestão escolar, financiamento da educação, formação de professores, entre outros. Resta evidente que a educação é fundamental na vida do cidadão, indo além de mera transmissão de conhecimentos, sendo imprescindível, especialmente para que a sua cidadania seja exercida. Tal lei, aborda a importância da valorização da diversidade cultural étnica no sistema educacional brasileiro, isso se conecta diretamente à educação quilombola, haja vista a mesma reconhece a necessidade de respeitar e promover as especificidades culturais e históricas das comunidades quilombolas em seus processos educativos. Dito isso, faz-se necessário destacar o que reza o art. 26-A, e seus §§ 1º e 2º, da Lei n. 9.394/1996:

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei no 11.645, de 2008).

> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei no 11.645, de 2008).
> § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

A educação quilombola valoriza a cultura, a história e as tradições das comunidades quilombolas, buscando garantir o acesso a uma educação de qualidade, respeitando e promovendo os conhecimentos locais e as práticas de ensino contextualizadas à realidade dessas comunidades.

2.1 Do direito a ser concretizado

Desde os registros mais antigos acerca do Brasil como nação, é observável que a população negra é alvo de diversos tipos de violências em virtude do preconceito direcionado à cor de sua pele. Os quilombos são comunidades constituídas durante o período colonial ocorrido no território brasileiro, formadas por africanos e seus descendentes que fugiam da escravização. Ao analisar a história brasileira, pode-se observar que a presença de comunidades quilombolas podem ser encontradas desde o início da exploração do território brasileiro por outros povos em meados do século XVI.

> Na atualidade é perceptível a luta dos quilombolas por questão territorial, que desde o princípio sofreram perseguições, desigualdades no meio rural, muitos buscam a cidade por não ter condição de sobreviver em outro meio e com anseio de melhores abrigos e

> remuneração de trabalho. Isso somada à questão da educação na zona rural, que não alcança as necessidades de concluir um ensino, seja fundamental ou médio, cometendo o êxodo para as cidades por partes de alguns jovens. (Sousa, et al, 2018, p. 3).

Um dos problemas para a sobrevivência das comunidades quilombolas rurais é o estabelecimento dos meios para que haja a fixação dos membros ao espaço territorial destinado ao seu desenvolvimento comunitário. Assim, o fomento à produção e consecução de bens de consumo na unidade, com respeito à cultura ancestral da arte de produção rural tradicional é essencial para que não ocorra a dispersão dos integrantes em busca de sobrevivência. Nesse sentido, a escola dentro do quilombo se revela forte atrativo para a manutenção da existência quilombola.

Ademais, o conteúdo programático do ensino direcionado para a cultura afro-brasileira e indígena, deve incluir vários aspectos da história e cultura brasileira, ou seja, deve haver pesquisa envolvendo a história da África, luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.

A Lei 9.394/1996 determina em seu artigo 28 que a educação básica ofertada para a população rural deverá sofrer adaptações de acordo com as necessidades dessa região. E quanto ao fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, com base no parágrafo único desse artigo 28, deve ser precedido de manifestação do órgão informativo do respectivo sistema de ensino, além de que precisa ser observada a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação.

2.2 Particularidades da educação quilombola

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos sociais ricos culturalmente e específicos em nossa sociedade, pois sua identidade étnica até hoje os distingue do restante da sociedade. Estas possuem dimensões educacionais, políticas, sociais e culturais peculiares, com traços no contexto geográfico e histórico brasileiro. Desta feita, em 20 de novembro do ano de 2012, o ministro da educação

homologou a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A educação do campo é diferente da educação na área urbana, sendo sumariamente coletiva se estendendo além das paredes da escola. A educação escolar quilombola é uma modalidade da educação básica, na qual ocorre em comunidades remanescentes de quilombo por meio do compartilhamento de conhecimento e saberes culturais. Para Souza (2012), a educação quilombola é vista como um processo de reconhecimento baseado na historicidade cultural de um povo, ela tem um papel fundamental na reafirmação da identidade. A educação quilombola acontece nas comunidades por meio do compartilhamento de conhecimentos e saberes entre todos, exigindo uma pedagogia própria em respeito à especificidade de cada comunidade baseada em valores civilizatórios, para que possa entrelaçar as práticas pedagógicas com os saberes históricos.

Desde os anos de 1980 a sociedade civil e os órgãos, buscam soluções para o fechamento de escolas públicas no campo com a justificativa de que a quantidade de alunos era escassa para a manutenção da estrutura escolar (Souza, 2012, p. 751). A educação em comunidades quilombolas visa atender as necessidades específicas, diante disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica ressaltaram que a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (Brasil, 2012, p. 42).

De acordo com art. 1°, inciso I, da resolução CNE/CEB n°08/2012, a proposta pedagógica voltada às escolas baseia-se a partir de alguns critérios como da memória coletiva, das línguas

reminiscentes, dos marcos civilizatórios, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país e da territorialidade (Brasil, 2012).

Todas essas particularidades da proposta pedagógica precisam ser observadas para que as comunidades remanescentes de quilombos possam garantir aos seus estudantes o direito de reconhecer e conhecer a sua ancestralidade e apropriar-se do seu legado cultural o preservando para gerações futuras.

3. A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NO TABULEIRO DOS NEGROS E O TRABALHO DE EXTENSÃO

Os objetivos deste artigo estão ligados à efetividade da execução de projeto de extensão realizado pelos alunos do 10º período do Curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho, em Penedo, numa intervenção acerca do direito fundamental à educação na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, tendo sido, antes da execução, prospectadas informações sobre o tema, mediante visita prévia para levantar informações que foram levadas ao projeto e trazidas para o presente trabalho científico. Tratou-se de imersão acadêmica em um problema educacional de interesse transindividual. Assim, na presente seção há, como objeto, as informações iniciais constantes no projeto de extensão com relação à realidade educacional da comunidade quilombola.

É de extrema importância que no processo educacional sejam contemplados atributos das comunidades remanescentes quilombolas, tendo em vista que elas são reflexo de toda a cultura brasileira, especificamente, no que dispõe à existência da escravização e do combate ao racismo no Brasil, uma vez que é uma forma de resistência da população negra dentro do território nacional.

As comunidades quilombolas possuem um amplo conjunto de saberes tradicionais e culturais, dos quais são produtos de toda uma

trajetória percorrida pela população negra no território brasileiro. Desse modo, é fundamental que exista uma proteção de todo esse arcabouço de saberes, e isso pode ser efetuado mediante ações voltadas para o setor educacional.

Ademais, é essencial existência unidades escolares para o desenvolvimento da cultura quilombola, uma vez que através delas pode ser preservada a identidade desse povo que por muitos séculos foi alvo de agressões alimentadas por preconceito e discriminação redundando numa forma de resistência consciente da escravização, tendo em vista que foi uma medida usada como mecanismo de organização perpetrada pela população negra no território brasileiro. (Victor *et al*., 2021). Gradualmente, essas estruturas foram crescendo no tocante à sua população, com isso, é possível encontrar comunidades remanescentes de quilombos em várias partes do Brasil.

É possível encontrar comunidades remanescentes de quilombos em várias localidades como, por exemplo, florestas e cavernas, e isso é consequência direta da necessidade da população negra fugir da escravidão. Mesmo nos tempos atuais é possível verificar que as comunidades quilombolas representam a luta do povo negro contra o preconceito e a discriminação que se instalaram na sociedade brasileira.

No Brasil, o racismo é estrutural, como reflexo direto do longo período colonial que foi realizado no Brasil, em que a população negra foi alvo de um sistema escravocrata cruel e desumano institucionalizado por mais de três séculos (Sousa e Brussio, 2023).

> O racismo, fruto das relações entre dominador e dominado, perpassou o tempo e se enraizou nas mais diferentes esferas da sociedade brasileira; política, econômica e social. Além disso, os indivíduos escravizados, além dos maus tratos físicos sofridos nas fazendas tiveram, que suportar os preconceitos e violências contra suas crenças, religiões e costumes (Victor *et al*., 2021, p. 6).

Com a população negra sendo alvo de perseguição e violência, tempos após a abolição, especificamente, ao final do século XX, foram

tomadas medidas normativas em favor da proteção dessa população, tal como os comandos constitucionais que determinam que o racismo é um crime imprescritível e inafiançável. Partindo desse pressuposto, é importante colacionar os dados do projeto de extensão acadêmica antes de sua execução sobre a educação fundamental no Tabuleiro dos Negros, em Penedo.

Quanto às características dessa comunidade remanescente de quilombo, podem ser visualizadas através da forma como eles plantam e colhem o próprio alimento, bem como pode ser observado através das cantigas e danças típicas (Santos, 2023). Mesmo o Tabuleiro dos Negros, sendo um quilombo tradicional que reflete uma importante herança cultural, é necessário mencionar que a estrutura básica da região é precária, pois faltam estradas pavimentadas, o que faz com que a vida dos moradores seja afetada negativamente. Ademais, muitos jovens acabam saindo da região em busca de melhores oportunidades para que tenham uma qualidade de vida adequada (Santos, 2023).

A comunidade é composta por cerca de 500 famílias e fica a uma distância de 25 km da zona urbana do município de Penedo/AL (Santos, 2023). Segundo informações do projeto de extensão, na localidade existe somente a Escola Municipal de Educação Básica Santo Antônio, num pequeno prédio de 317,7 metros quadrados, composta por 5 salas de aula, para 214 alunos, parte das pessoas é de outro povoado, o Sapé, que frequenta essa unidade educacional, oferecendo as séries do 1° ao 5° ano, fazendo com que os alunos do 6º ao 9º ano tenham que, muito novos, sair para estudar longe, na área urbana em Penedo.

Ainda sobre essa unidade, não existe espaço para recreio e nem refeitório. Não há climatização e as salas são quentes, o que demonstra uma precariedade quanto a estrutura do espaço. Existe uma sala para cada turma e não possui biblioteca para que os alunos possam ter contato com a leitura.

A educação fundamental nessa região é afetada pela estrutura do local de ensino, assim como em virtude da falta de infraestrutura no sentido de melhorar a pavimentação das ruas, posto que os alunos

precisam enfrentar a estrada sem asfalto para ter acesso à educação, pois a unidade escolar é precária e não oferta todos os níveis de ensino.

É fato que essa realidade contribui para que essas comunidades acabem enfrentado diversos desafios no diz respeito ao seu progresso. Além disso, essa realidade favorece que a identidade desse povo se perca, pois muitos precisam ir para outras localidades para que possam ter acesso a direitos básicos de todo e qualquer ser humano.

Todo esse cenário faz com que seja questionado os desafios a serem superados pela população negra, uma vez que mesmo após a abolição da escravatura, os povos negros foram alvos de discriminação estrutural ao não serem priorizados, pois mesmo que a Comunidade Quilombola seja de área rural afastada, deve o poder público levar políticas públicas e infraestrutura para garantir o viver e a permanência do seu povo em seu território (Sousa e Brussio, 2023).

4. A EXECUÇÃO DO TRABALHO DE EXTENSÃO – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O projeto de extensão compreende a ampliação do processo de ensino e aprendizagem para além das salas de aula, ou seja, é uma aplicação prática do conhecimento científico do ensino de acordo com as necessidades da comunidade em que a universidade busca se inserir, cujo intuito é melhorar a realidade social dessa comunidade (Tumelero, 2018).

No contexto da importância social, os projetos de extensão são de fundamental relevância, tendo em vista que contribuem para a promoção do conhecimento que é absorvido durante o ensino, além de que também faz com que seja estimulado o desenvolvimento social, especialmente, por envolver saberes populares.

Promover o compartilhamento dos saberes populares através do projeto de extensão é uma maneira de garantir a permanência do legado de valores democráticos que abrangem diversas culturas existentes no território brasileiro. E no que concerne à comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, é essencial que no projeto de extensão seja

inclusa a história e cultural afro-brasileira, como mecanismo de preservação da identidade cultural dessa comunidade.

A execução do projeto de extensão seguiu um cronograma, que englobou a realização da 1ª visita à comunidade Tabuleiro dos Negros, para que fossem escutados relatos quanto as necessidades dessa comunidade e da escola local, bem como foi realizada uma socialização com os moradores para que fosse possível realizar o projeto com o apoio dos habitantes. Colher informação de forma autorizada era o objetivo, que depois de conseguido gerou um documento com uma relação de demandas com acerca da educação, gerando um abaixo assinado com os pedidos da própria comunidade, com os seguintes pontos básicos:

> a) fornecimento da educação fundamental da pré-escola até o 9º ano, evitando que as crianças sejam obrigadas ao afastamento da comunidade para estudar no distante meio urbano, em Penedo, com pouca idade, perdendo seus laços socioculturais, sua noção de pertencimento racial, tendo um afastamento abrupto de suas raízes;
> b) construção de uma escola com estrutura de salas de aulas climatizadas para 35 alunos, em quantidade para abarcar da pré-escola ao 9º ano, com área de refeitório, lazer, quadra de esportes, sala de informática, sala de professores e atividades pedagógicas, ambiente para desenvolvimento de manifestações culturais de negritude, bom espaço externo para os intervalos, cozinha ampla e um ambiente que seja favorável ao bom clima de ensino/aprendizagem dos conteúdos permeados pelos temas da educação quilombola.

O abaixo assinado foi recepcionado pela comunidade com mais de 600 assinaturas, tendo divulgação por parte dos próprios quilombolas demonstrando o entendimento da importância do ensino para o desenvolvimento da cultura quilombola desde os primeiros anos de vida. Também foi importante avaliar as unidades educacionais ofertadas nessa comunidade, bem como criar um relatório sobre a realidade dos direitos coletivos da comunidade em questão.

A execução desse projeto de extensão se justifica diante da necessidade de ser melhorado o engajamento dos universitários no que concerne ao desenvolvimento de habilidades em equipe, além de também estimular a participação dos moradores da comunidade, que é relevante para que esses habitantes tenham consciência acerca de seus direitos. A intervenção, por outro lado, teve o condão pedagógico de trazer aos acadêmicos a vivência dos moradores da região em análise, o que foi uma medida necessária, uma vez que o território compreende um objeto indissociável dos grupos sociais que vivem em determinada região penedense.

Neste contexto, para execução houve estudo teórico, com abordagem empírica, em que foi possível entender o contexto histórico e social onde vivem os moradores da comunidade. Tornou-se necessária a realização de rodas de conversas com líderes e membros da comunidade, a fim de coletar informações sobre quantidade populacional e seus níveis de escolaridade e seus anseios na área da educação, assim como qual o nível de importância é dado ao estudo e à escola.

> A educação é um instrumento privilegiado para formar cidadãos capazes de conhecer e compreender, para saber discernir e, se necessário, mudar a sociedade em que vivem. É um meio de alcançar a liberdade intelectual, tornando o indivíduo capaz de tomar suas próprias decisões. Atentar para a composição multicultural do povo brasileiro é condição essencial quando se tem por objetivo formar alunos e professores para o exercício da cidadania (Sousa *et al*., 2018).

Nesse toar, verifica-se a importância da aplicação de políticas públicas para viabilizar o desenvolvimento de uma escola, com instalações adequadas e bem equipadas, assim, promovendo o compartilhamento de conhecimentos tradicionais e históricos, que atendam às necessidades específicas dos alunos quilombolas, com estratégias inclusivas e de valorização cultural.

Como medida para dar efetividade à execução do projeto de extensão, foram reunidos os trabalhos científicos que deram base teórica e legal, juntamente com o abaixo-assinado, foram redigidos documentos jurídicos como, uma representação ao Ministério Público do Estado de Alagoas, cobrando políticas públicas e exortação ao poder executivo municipal, bem como requerimentos ao Município e Câmara de Vereadores de Penedo, para agirem efetivamente diante do querer justo da comunidade, atendendo aos pedidos do abaixo assinado. Aqui reside o ponto de medida de eficiência do projeto de extensão, bem como o momento em que a discussão dos efeitos ganha relevo nesse estudo, ao apontar, de forma concreta, qual é efetividade da intervenção acadêmica.

O Ministério Público, como fiscal, é responsável por garantir que os direitos dessas comunidades sejam protegidos e respeitados e que a educação no quilombo seja de boa qualidade e atenda às necessidades daquela comunidade. Isto significa garantir que as escolas tenham o que precisam, como bons edifícios, livros e professores que sejam capacitados, numa resposta ao interesse coletivo da comunidade.

Nesta senda, o município tem que administrar os recursos a serem distribuídos às escolas quilombolas e garantir um ensino de qualidade de forma que as crianças recebam o que precisam para aprender e crescer dentro de suas origens. Já a Câmara Municipal, que deve ser a voz do povo, intermediando o diálogo do povo quilombola e o governo, fazendo com que eles ouçam as suas necessidades. Desta maneira, os vereadores devem verificar como está sendo utilizado o dinheiro para a educação garantindo o destino correto dos investimentos, bem como indicar ao executivo da obrigação de cumprir a lei com relação à educação quilombola.

Todavia, para que estas obrigações legais sejam definitivamente implementadas efetivamente, e assim possam surgir efeitos, o envolvimento ativo da comunidade e de seus representantes, no controle social dessas responsabilidades é primordial. Isso implica em acompanhar de perto as ações dos órgãos públicos, participar de

reuniões, audiências públicas e conselhos escolares, e cobrar transparência e prestação de contas, além de realizações.

Segundo Porfírio (2024), no entanto, apesar dos esforços de alguns governos em melhorar a educação oferecida às comunidades quilombolas, há ainda muito o que se fazer para que as condições dessa educação fiquem ao menos mais próximas do ideal.

Em suma, a educação fundamental no quilombo é um direito inalienável que demanda o engajamento conjunto do Ministério Público, do Prefeito, da Câmara de Vereadores e da própria comunidade para ser plenamente garantido. Somente através do controle social e da participação ativa dos cidadãos será possível assegurar que as responsabilidades legais sejam cumpridas e que a finalidade da educação seja verdadeiramente alcançada: o desenvolvimento integral e a valorização da identidade cultural das comunidades quilombolas. Assim a comunidade recebeu cópias de todo esse protocolo, com a finalidade de que possam cobrar das instituições a devida atenção, pois o controle e a pressão social são importantes para fomentar a execução de políticas públicas. Das instituições provocadas espera-se trabalho efetivo e resolutividade, respeitando-se o princípio da eficiência administrativa constante no art. 37 da Constituição Federal.

5. CONCLUSÃO

Considera-se que foi essencial compreender o arcabouço normativo que respalda o direito à educação, tanto em nível nacional quanto internacional, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos até as leis constitucionais e específicas, pois restou comprovado que há um reconhecimento claro da importância da educação como um direito fundamental, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como as comunidades quilombolas. A extensão se serviu a que se conseguisse tal fim.

A partir dessa base jurídica, necessária para a criação do projeto de extensão, e da análise detalhada sobre a educação fundamental na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, ficou evidenciada a

intersecção entre os princípios, as demandas educacionais específicas das comunidades quilombolas e a realidade vivenciada por essas populações historicamente marginalizadas, numa final reflexão sobre a importância da escola e do ensino para o desenvolvimento da cultura quilombola desde a primeira infância, como importante interesse transindividual.

O presente estudo demonstrou que, a extensão acadêmica foi capaz de trazer concreção à comunidade e aos acadêmicos acerca dos avanços legais e normativos no Brasil, especialmente no que diz respeito à inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, mas desvelou também que há uma lacuna significativa entre a legislação existente e sua efetiva implementação nas comunidades quilombolas.

O projeto de extensão permitiu uma análise das características peculiares da educação quilombola, ressaltou-se a importância da preservação da identidade cultural dessas comunidades, bem como a necessidade de uma abordagem pedagógica sensível e inclusiva, que reconheça e valorize os saberes locais. No entanto, a realidade observada na Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros revelou uma série de desafios estruturais e socioeconômicos que afetam diretamente a qualidade e o acesso à educação.

A precariedade das instalações escolares, a falta de infraestrutura básica, como estradas não pavimentadas, falta de acesso à água tratada e a ausência de políticas públicas efetivas para promover o desenvolvimento dessas comunidades são apenas algumas das questões identificadas neste estudo. Além disso, a necessidade de deslocamento dos alunos para outras localidades em busca de educação representa um obstáculo adicional à promoção de uma educação de qualidade e ao fortalecimento da identidade cultural quilombola, fizeram o caldo de informação amealhada para encontrar o ponto de objetivo de execução do projeto de extensão.

Diante desse cenário, o objetivo de efetividade do projeto de extensão tornou-se visível nas medidas concretas para enfrentar os desafios da Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros, pois o

projeto não somente se deu no âmbito interno da comunidade, ficando recôndito. Para além, foi lançado um abaixo-assinado vindo dos anseios do povo, rendendo, aos executores do projeto, material jurídico para compulsar os interesses transindividuais, na categoria coletiva, consubstanciado na materialização de petições jurídicas ao Ministério Público, Município e Legislativo Municipal, com vista a resolutividade, solucionando o problema educacional.

O projeto de extensão cumpriu também um desiderato de, na sua execução, ensinar a importância de a sociedade civil promover ações de conscientização e mobilização social, para garantir que os direitos educacionais das comunidades quilombolas sejam respeitados e efetivados. Além disso, ressaltou a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, envolvendo instituições de ensino, órgãos governamentais e lideranças comunitárias, na busca por soluções sustentáveis e de longo prazo para os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas.

Quanto à resposta problemática posta neste trabalho, qual seja, "quais as possibilidades de a execução de uma extensão pedagógica legar efetividade e apontar resolutividade para a carência da educação quilombola no Tabuleiro dos Negros?" responde-se que o objetivo foi alcançado dentro da esfera de abrangência acadêmica na intervenção proposta, criando-se os mecanismos jurídicos de provocação do Ministério Público, Município e Câmara de Vereadores, numa somatória de esforços com comunidade e academia.

Tal efetividade, no plano futuro, porém, dependerá do desempenho das instituições provocadas, o que nitidamente foge do escopo de um projeto de extensão que teve seu cronograma integralmente cumprido, numa experiência de fruição de direitos e princípios fundamentais da justiça social, da equidade e do respeito aos direitos humanos, especialmente no que diz respeito à promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, cultural ou socioeconômica. A Comunidade Quilombola Tabuleiro dos Negros é um microcosmo das lutas e desafios enfrentados pelas populações quilombolas em todo o

Brasil, e restou evidenciado que as necessidades e aspirações desses membros da sociedade precisam ser ouvidas e atendidas em conformidade com os princípios democráticos e constitucionais do país.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência / Luís Roberto Barroso. - 6. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 de amio de 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em:** https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. **Acesso em:** 20 de maio de 2024.

BRASIL**. Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília**, DF: CNE, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Escolar Quilombola**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/educacao-

escolar-quilombola. Acesso em: 20 de Maio de 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PORFÍRIO, Francisco. "Quilombolas"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm. Acesso em 21 de maio de 2024.

SANTOS, Maria Valquíria. **O Fechamento das Escolas Quilombolas no Âmbito da 9ª Gerência Regional de Educação de Alagoas.** Orientadora: Maria Lenilda Caetano França. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas. Ufal, 2023.

SOUSA, Eva Erlene Franco de et al. **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: Um direito a ser concretizado**. II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas- UFPI, 2018.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012 Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3QpDmM9tDDh4TWYh5CmmHpB/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 20 de Maio de 2024.

SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: 1ª ed. Nova Fronteira, 2012.

SANTOS, Maria Valquiria dos. **O FECHAMENTO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS NO ÂMBITO DA 9ª GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. 2023.

SOUSA, Janayna Alves de; BRUSSIO, Josenildo Campos. **Racismo estrutural no Brasil: a luta por uma sensibilidade do mundo decolonial**. ISSN 2525-4715 Vol 8, Nº 1, 2023, 264-284.

TUMELERO, Naína. **Projeto de extensão: o que é, definições, como criar e participar?** 2018. Disponível em: https://blog.mettzer.com/projeto-de-extensao-na-universidade/#:~:text=Os%20projetos%20de%20extens%C3%A3o%20s%C3%A3o%20aqueles%20que%20ampliam%20a%20atua%C3%A7%C3%A3o,e%20transformando%20a%20realidade%20social. Acesso em 21 de maio de 2024.

VICTOR, Marcelo *et al*. Povos quilombolas: vulnerabilidades, lutas e resistências. **Folha Pet Digital**, 2021. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Folha_PET._Abril_2021._povos_quilombolas_vulnerabilidades_lutas_e_resistencias._1.pdf. Acesso em 16 de mai. de 2024.

MÃOS QUE SALVAM: PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR

Bruna Ellen Dos Santos[1]
Cindy Yentl Pereira Martins[1]
Deisy Kelly Pereira Vicente[1]
Flávia Da Silva Lemos[1]
Gisele Dos Santos[1]
Ingrid Vitória Silva Santos[1]
Lilian Danyelle Santos Silva[1]
Marcos Vinícius Dos Santos Gomes[1]
Maryane Freire Fausto[1]
Maxsuel Alves Calumby[1]
Monike Grasiele Dos Santos[1]
Sabrina Silva Santos[1]
Suellen Santos De Melo[1]
Valdilene Dos Santos[1]
Valéria Santos De Assis[1]
Victoria Gislene Dos Santos Souza[1]
Danilo Barbosa Morais[2]

RESUMO

É inegável a elevada quantidade de acidentes que ocorrem em ambiente escolar e no dia a dia dos alunos, a exemplo de quedas, choques e queimaduras, os quais não possuem o devido suporte para amenizar os danos às vítimas haja vista que os primeiros a terem contato, geralmente, não são suficientemente treinados para prover os primeiros socorros no local ou durante o transporte dela. Esse lapso temporal até que haja a chegada de atendimento emergencial especializado pode significar salvar ou não uma

[1] Graduandas do Curso de Bacharel em Enfermagem da Faculdade Raimundo Marinho (FRM)
[2] Docente e Coordenador do Núcleo de Iniciação Científica e Monitoria da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Fisioterapeuta. Especialista em Ortopedia, Traumatologia e Esportes. Especialista em Educação em Saúde. Mestre em Educação Física. Doutorando em Saúde Coletiva. E-mail: danilomorais.uefs@gmail.com
E-mail: danilomorais.uefs@gmail.com

vida. É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. A implementação de treinamentos e práticas de primeiros socorros no ambiente escolar é fundamental, pois, em situações de emergência, o tempo de resposta imediato pode ser crucial para preservar a vida e minimizar danos. É importante que os profissionais da escola estejam preparados e capacitados para lidar com as situações de primeiros socorros no âmbito escolar.

Palavras-chave: Primeiros Socorros. Alunos. Ambiente escolar.

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros socorros são procedimentos de emergência, podendo ser realizados por pessoas consideradas leigas, ou seja, que não são profissionais da saúde, desde que sejam capacitados para realizar um atendimento pré-hospitalar, podendo assim, salvar vidas. Nas palavras de Soares, Magalhães (2012) os primeiros socorros, como a própria expressão nos remete, são procedimentos utilizados primariamente para se preservar a condição de vida de um indivíduo até a chegada de um médico ou profissional, ou uma equipe médica, para serem adotadas as medidas que a situação requer.

Os primeiros socorros (PS) são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, principalmente, ao atendimento temporário e imediato de pessoas que está ferida ou adoece repentinamente, são procedimentos de elevada relevância a serem considerados em todos os segmentos populacionais, casos que exigem a aplicação de PS são: Choques elétricos, envenenamentos, infartos, paradas cardiorrespiratórias, picadas de animais peçonhentos (incluindo cobras, aranhas, entre outros), asfixias por corpos estranhos, queimaduras, sangramentos, fraturas, luxações, contusões, entorses e queda (Brito *et al*., 2020).

Quedas, sufocamentos, queimaduras, afogamentos e intoxicações que ocorrem acidentalmente são as principais causas de morte infantil no Brasil na faixa etária entre 0 e 14 anos. De acordo com dados do DataSUS, do Ministério da Saúde, o país registrou 1.616

óbitos de crianças por acidentes domésticos nos anos de 2020 e 2021(DATASUS, 2022).

No Brasil, os acidentes são a maior causa de morte entre crianças de 1 a 14 anos, e no ambiente escolar, com maior frequência em creches e pré-escolas, entre a faixa etária de 0 a 6 anos de idade estas ocorrências vêm assumindo uma preocupação constante na sociedade fica clara a importância do preparo adequado de professores e funcionários das creches (Silva *et al.,* 2018). Em meio a diversas mudanças sociais, dentre elas a entrada da mulher no mercado de trabalho, surgiu à necessidade de aumentar os locais destinados para o cuidado com bebês e crianças enquanto os pais trabalham. Um deles é a Instituição de Educação Infantil, espaço especializado que cada vez mais é buscado e requisitado pela população aumentando significativamente o número de crianças que frequentam creches e pré-escolas desde os primeiros anos de vida (Polli e Lopes, 2017).

Sena, Ricas e Viana; (2011) afirma que:

> "O ambiente educacional é um espaço onde se localiza um amplo número de crianças em processo de interação e desenvolvimento, no qual se trabalha diferentes atividades esportivas. Por isso, o ambiente se torna favorável a acidentes".

O artigo 135, do Código Penal Brasileiro, versa que a omissão de socorro e a falta de atendimento de primeiros socorros eficiente são os principais motivos de mortes e danos irreversíveis nas vítimas. As primeiras horas após um acidente são as mais importantes para se garantir a recuperação ou a sobrevivência das pessoas feridas, de sequelas e danos. Para Bicudo, et al. (citado por Soares e Magalhães, 2012), a importância do tema se encontra no fato de ser o trauma, um dos resultados dos acidentes, a principal causa de óbitos entre 10 e 29 anos, representam 40% das mortes em crianças entre 05 a 09 anos e 18% entre 01 e 04 anos. Ressalta-se ainda que em menores de 10 anos, a mortalidade tem aumentado proporcionalmente nas últimas décadas

por causas externas; o mesmo fator que atinge quase metade das mortes de adolescentes de 10 a 14 anos no Brasil.

Segundo a Lei Federal nº 13.722, mais conhecida como Lei Lucas (2018):

> Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensinos públicos e privados de educação básica e estabelecimentos de recreação infantil. (Temer, Michel, 2018)

As creches constituem um ambiente em que se desenvolvem várias atividades, dentre elas, o ensino, a recreação, as brincadeiras e a socialização, a criança quanto mais nova e imatura, física e mentalmente, possui menor percepção de risco e maior vulnerabilidade, sendo dependente de terceiros em termos de segurança com isso esse ambiente tornando-se um local propício para a ocorrência de acidentes (Galindo *et al*., 2018).

Desse modo, acredita-se na necessidade de uma orientação educacional ao público leigo, principalmente para crianças escolares, com o intuito de despertar mudanças comportamentais e noções básicas de primeiros socorros que possam contribuir para a redução dos acidentes, bem como proporcionar conhecimentos suficientes para atuarem como agentes minimizadores de acidentes e situações emergenciais, diminuindo, assim, os agravos à saúde (Nardino *et al*., 2014).

O objetivo das atividades extensionistas foi desenvolver a compreensão e a aplicação de técnicas de primeiros socorros em situações de emergência no ambiente escolar.

2. METODOLOGIA

Visto a natureza do projeto proposto, e observando o que dispõe a Portaria nº 2048, de 5 de novembro de 2002 do Ministério da saúde, que normatiza o ensino em urgência e emergência para pessoas oriundas ou não das áreas da saúde, o estudo do mesmo será apresentado em uma

roda de conversa seguida de um minicurso, constituídos por uma parte teórica e uma parte prática referente aos ensinamentos teóricos, conforme códigos do protocolo.

1. Aspectos gerais de avaliação da segurança de cena;
2.Princípios gerais de primeiros socorros;
3.Acidentes: cuidados gerais e preliminares;
4.OVACE – Obstrução de vias aéreas por corpos estranhos no adulto, na criança, e no bebê;
5.Desmaios e convulsões;
6.Cuidados com lesões e sangramentos.
7.PCR adulto e pediátrico.

Assim, serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

1 – Os módulos foram fundamentados na abordagem teórico-prática, priorizando o aperfeiçoamento do componente prático;

2 - Capacitação dos ministrantes, que se deu por meio do minicurso referente à temática, através do estudo prático dos processos de atendimento nos primeiros socorros com uma enfermeira especializada na temática.

3 - Os extensionistas foram orientados através de técnicas pedagógicas e dinâmicas de grupo para a abordagem e transmissão do conhecimento de primeiros socorros ao público alvo.

4 - Preparação de material didático de apoio: dinâmicas a serem aplicadas no momento dos encontros com o público alvo.

5 - Os extensionistas foram divididos em grupos, sendo responsáveis por um número igualitário de funções e temáticas, de forma que ocorra um rodízio entre estes, possibilitando assim a participação em todos os aspectos do projeto.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Conscientizou- se os professores da Escola Municipal de Educação Básica Prof. Wilton L. Lucena, com o intuito de ajudá-los em situações de acidentes no âmbito escolar. Seguindo a metodologia, foi realizada uma roda de conversa, tendo como objetivo ofertar informações pertinentes à temática principal do projeto. Os executores da ação de extensão ministraram uma exposição teórica, dialogando sobre casos que poderiam acontecer no cotidiano dos mesmos. Os objetivos gerais e específicos foram alcançados, pois observou-se que a atuação das atividades lúdicas proporciona questionamentos, participação ativa e o aprendizado sobre o tema abordado.

Houve uma notória aceitabilidade por parte dos funcionários da escola, onde os mesmos obtiveram uma fala ativa, atuando com animação e disposição nas dinâmicas ofertadas. Após a interação, houve a abertura de um espaço para serem levantadas dúvidas e questionamentos sobre o tema, tendo em vista que muitas informações ainda não são amplamente difundidas. Consequentemente, foram relatados testemunhos sobre casos de acidentes com familiares, onde os mesmos relataram muitas superstições que a comunidade acreditava que era o certo, que através do projeto, conseguimos expor os verdadeiros mecanismos de cada situação. Dentre as dinâmicas oferecidas, cada uma delas possuíam uma resposta direta ao tema escolhido, uma em questão foi escolhida para um momento descontraído depois da exposição do tema, onde os participantes teriam que participar de cada oficina apresentada. Entre as oficinas apresentadas, estão em destaque: manobra de Heimlich, desmaios e convulsões, cuidados com lesões e sangramento, PCR adulto e pediátrico, entre outras. A fim de proporcionar uma continuação da temática, um kit de primeiros socorros foi presenteado à escola, assim os funcionários utilizarão sempre que necessário. Por fim, foi ofertado um momento para perguntas sobre o tema em questão, abordando assuntos já dialogados na roda de conversa, e todos os participantes obtiveram uma excelente performance.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto foi uma iniciativa bem-sucedida para promover o bem-estar e Através deste projeto foram desenvolvidas ações de prevenção e promoção de saúde na escola, a fim de minimizar danos advindos da incorreta manipulação com a criança e/ou a falta de socorro imediato, evitando contribuir com o agravamento do estado da criança. Ao decorrer da apresentação do projeto, observou-se o aprendizado dos participantes, tendo em vista que a maioria demonstrou conhecimento frente às situações de primeiros socorros.

Este projeto expõe a importância da educação em saúde, na comunidade, especialmente no ambiente escolar. Conclui-se que é de extrema importância o treinamento e aperfeiçoamento dos professores e mostrar o conhecimento quanto às práticas de primeiros socorros, sendo este um ambiente onde se tornam responsáveis pelos alunos no período em que se encontram na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.722, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm>. Acesso em: 17 de março de 2024.

Brito, J. G., Oliveira, I. P. D., Godoy, C. B. D., & França, A. P. D. S. J. M. (2020). Efeito de capacitação sobre primeiros socorros em acidentes para equipes de escolas de ensino especializado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 73. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1057775

Carmo, Hercules et. al. Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro – RECOM**. Divinópolis, v. 7, p. 1-7, jul-dez. 2017. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-908313#:~:text=faz%2Dse. Acesso em: 24 de março de 2024.

Coelho, Jannaina. Ensino de primeiros socorros nas escolas e sua eficácia. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.8, n.1, Pub.7, Janeiro 2015. ISSN 1983-6708. Disponível em: https://s3.us-east-1.amazonaws.com/assets.unitpac.com.br/arquivos/coppex/revista%20volume%208/artigo7.pdf. Acesso em: 23 de março de 2024.

Galindo, N. M., Caetano, J. Á., Barros, L. M., Silva, T. M. D., & Vasconcelos, E. M. R. D. (2017). Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, 30, 87-93. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-837835

Ministério alerta para prevenção de acidentes domésticos envolvendo crianças. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/11/ministerio-alerta-para-prevencao-de-acidentes-domesticos-envolvendo-criancas>. Acesso em 22 de março de 2024.

Nardino, J; et al. Atividades Educativas em Primeiros Socorros, 2012. **Rev. Contexto e Saúde.** Disponível em: https: // www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoe saude/article/view/949/2545. Acesso em: 17 de março de 2024.

Polli, R. G., & Lopes, R. D. C. S. (2017). Do que o bebê precisa? A função de cuidar na perspectiva das educadoras de berçário. **Interação em Psicologia**, 21(2). https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1021341

Sena, S.; Ricas, J.; Viana, M. A Percepção dos acidentes escolares por educadores do ensino fundamental, Belo Horizonte. **Revista Med. Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://rmmg.medicina.ufmg.br/index.php/rmmg/article/view/127/109. Acesso em: 21 de março de 2024.

Silva, D. P., Nunes, J. B. B., de Farias Moreira, R. T., & Costa, L. C. (2018). Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores. **Revista de Enfermagem UFPE** online, 12(5), 1444-1453. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-9808

Soares, M. C.; Magalhães C. M. Artigo extraído da dissertação de mestrado em Gestão Social, **Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA de Belo Horizonte** MG, portando o mesmo título atribuído ao presente texto. (2012). Disponível em: http: //periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemul tipla/article/view/3031/5012. Acesso em: 17 de março de 2024.

APÊNDICE 1 - *REGISTRO FOTOGRÁFICO*

Oficinas

Fonte: Autor (2024)

Fonte: Autor (2024)

Fonte: Autor (2024)

Roda de conversa

Fonte: Autor (2024)

Extensionistas e orientador de extensão

Fonte: Autor (2024)

Extensionistas e participantes do projeto

Fonte: Autor (2024)

Oficinas

Fonte: Autor (2024)

Lembranças e Kit de Primeiros Socorros

Fonte: Autor (2024)

O PAPEL DA FISIOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

Alana Cerqueira Souza Monte[1]
Emannuelly Almeida dos Santos[1]
Evelyn Kamily da Silva Santos[1]
Julia Vitória Santos de Oliveira Silva[1]
Laura Lúcia Batista dos Santos[1]
Letícia Costa Silva[1]
Letícia Maria Medeiros Vasconcelos[1]
Luany Lara Vieira Lima Vasconcelos[1]
Marcelle Maria Vitor Santos[1]
Nivia Hevellyn de Oliveira Santos Engrácio[1]
Patrícia Fernandes Ferreira[1]
Raiane Dantas Pereira[1]
Roger de Oliveira Moura[1]
Tayanne Marter Rodrigues[1]
Danilo Barbosa Morais[2]

RESUMO

O projeto de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Associação Pestalozzi de Penedo, realizado por acadêmicos de fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho, tem como objetivo promover o conhecimento e prática da fisioterapia para melhorar o desenvolvimento e bem-estar dessas crianças, visando à inclusão e

[1]Graduandas do Curso de Bacharel em Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM)
[2] Docente e Coordenador do Núcleo de Iniciação Científica e Monitoria da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – AL. Fisioterapeuta. Especialista em Ortopedia, Traumatologia e Esportes. Especialista em Educação em Saúde. Mestre em Educação Física. Doutorando em Saúde Coletiva. E-mail: danilomorais.uefs@gmail.com

qualidade de vida. A ação inclui palestras, workshops educativos, desenvolvimento de materiais para pais e cuidadores, e sensibilização sobre as necessidades das crianças autistas. A fisioterapia desempenha um papel crucial, abordando questões motoras e comportamentais. O projeto, realizado de março a junho de 2024, busca criar um ambiente acolhedor e inclusivo, adaptando atividades para atender às necessidades específicas das crianças autistas. Os resultados mostraram uma compreensão mais profunda das necessidades dos participantes, com impacto significativo na conscientização e aceitação do autismo pela comunidade.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Fisioterapia.

1. INTRODUÇÃO

A fisioterapia é uma área que atua na prevenção, recuperação e diagnósticos em pacientes com distúrbios cinéticos e em sistemas do corpo humano, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes. Ela aborda uma ampla gama de condições, incluindo aquelas resultantes de traumas, enfermidades adquiridas e alterações genéticas. Muitas vezes, essas condições não apenas afetam a funcionalidade do corpo, mas também têm impacto na estética e no desempenho das pessoas. Muitas pessoas acabam recorrendo a um profissional fisioterapeuta para ter uma qualidade de vida melhor, por conta das técnicas usadas pelos mesmos, fazendo com que o paciente tenha uma melhora de forma natural sem uso de medicamentos. (CIÊNCIAS MÉDICAS, 2021).

Para um fisioterapeuta iniciar o tratamento de um paciente, primeiro ele precisa fazer um diagnóstico fisioterapêutico avaliando laudos médicos para saber o estado de saúde do paciente e ter uma visão ampla do problema fazendo com que o mesmo saiba qual é a causa do problema e ele possa encontrar técnicas e formas de tratamentos para tratá-lo. Os métodos de tratamentos adequam-se ao nível de lesão do

paciente, métodos esses que podem ser pela aplicação de frio, estímulos elétricos, massagens, usos de materiais para auxiliar no tratamento ou até mesmo o uso do próprio corpo com movimentos e exercícios (Vitta, 2019).

O autismo é uma doença que vem sendo estudada há cerca de 60 anos e, foi descrita pela primeira vez em 1943, pelo médico Leo Kanner (Segura, Nascimento, Klein, 2011). Trata-se de um transtorno invasivo do desenvolvimento que pode ser identificado antes dos três anos de idade. As principais características consistem em comportamentos repetitivos, estereotipados, limitações de atividades e interesses, comprometimento no desenvolvimento da linguagem verbal e não verbal, déficit quantitativo na interação social e comunicação (Martins, Góes, 2013).

Machado (2015) descreve que o TEA é uma condição que envolve uma variedade de desordens neurológicas e comportamentais que englobam alguns fatores evidentes, como a dificuldade de socialização, transtornos na comunicação ou linguagem verbal e não verbal e padrões estereotipados repetitivos de comportamento.

As crianças autistas possuem um aspecto normal, porém cerca de 50% possuem o quociente de inteligência inferior a 50%. Sua manifestação é desenvolvida com a idade cronológica. A característica mais marcante do autista é a falta da tendência natural de juntar partes e informações para formar um todo, provido de significado e coesão central. A família deve ser esclarecida sobre o comportamento da criança, e como podem ajudá-la, diminuindo o estresse do convívio (Coelho, Iemma, Herrera, 2006).

O autista tem dificuldade para se relacionar com outras pessoas, não compartilha sentimentos, gostos, emoções, o que o impede de distinguir diferentes pessoas, e dificilmente compartilha a atenção com objetos ou acontecimentos, não fixam a atenção visual de forma espontânea, e nem conseguem atrair a atenção de outras pessoas para realizar algumas atividades em conjunto (Segura, Nascimento, Klein, 2011).

Para que o tratamento seja adequado, é necessário haver uma equipe multidisciplinar envolvendo: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educador físico e fisioterapeuta. Esses profissionais devem trabalhar diferentes habilidades como cognitiva, social e linguagem; redução da rigidez e das estereotipias, eliminação do comportamento mal adaptativo e diminuição do estresse em família. Métodos eficazes para o tratamento do autismo são descritos na literatura e utilizam a criatividade e comunicação por meio de jogos de sinais, e até dispositivos projetados para crianças autistas, além de materiais visuais para melhora da linguagem (Silva, Mulick, 2009).

Para Segura, Nascimento e Klein (2011), por meio da fisioterapia, a criança autista treina e trabalha suas capacidades em concentração, com o objetivo de clareza de raciocínio, ingressando na convivência social com maior habilidade.

É importante a família se empenhar na inclusão social desta criança, em união com os profissionais envolvidos, sendo estes conhecedores da patologia e de suas técnicas terapêuticas, incluindo tudo que cerca o cotidiano e que está sendo estudado e aprimorado nos últimos anos sobre estes indivíduos, desde técnicas que visam uma comunicação, até os meios que desenvolvam melhor a capacidade (Silva Junior, 2012).

Para intervir nas atividades de coordenação, equilíbrio e motricidade, a fisioterapia contribui por meio de dinâmicas de integração, atividades lúdicas com brinquedos coloridos, bolas, rodas de danças e movimentos corporais, exercícios de relaxamento associados à utilização de músicas, brincadeiras que trabalhem o equilíbrio e o contato tátil e que envolvam motricidade fina com prendedor de roupas, entre outros (Tomé, 2007).

Diante de um diagnóstico confirmado, espera-se a atuação de uma equipe multiprofissional que tenha um embasamento de conhecimento na área para oferecer o melhor prognóstico possível, o qual vai prosseguir com o tratamento idealizado; o papel do fisioterapeuta em conjunto com a equipe é de suma importância já que

contribui para o desenvolvimento da autonomia e qualidade de vida dos pacientes (García- parra; Costa; Rolim, 2016).

A intervenção fisioterapêutica também pode contribuir para a redução de comportamentos estereotipados e promover a independência funcional. Essa abordagem completa pode impactar positivamente a qualidade de vida das crianças com TEA.

O presente trabalho de extensão teve como objetivo a promoção e o conhecimento da prática da fisioterapia como uma intervenção eficaz para melhorar o desenvolvimento e o bem-estar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na infância, visando proporcionar maior inclusão e qualidade de vida para esses indivíduos.

2. METODOLOGIA

O projeto de extensão realizado pelos acadêmicos do curso de fisioterapia do 3° período da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo (FRM), executou uma avaliação para a escolha de locais para a realização da extensão, relacionadas ao TEA (Transtorno Espectro autista), onde foi escolhido a associação Pestalozzi de Penedo-AL.

A definição das atividades no projeto de inclusão das crianças com TEA na Associação Pestalozzi de Penedo abrange diversas etapas fundamentais para garantir uma experiência acolhedora e inclusiva aos participantes.

Em primeiro lugar, a organização do Coffee Break é essencial para oferecer momentos de descontração e socialização. Isso envolve não apenas a preparação e disponibilização de alimentos, como sanduíches naturais, bolos, sucos, refrigerantes, brigadeiros e salgados variados, mas também a atenção à diversidade de preferências e restrições alimentares dos participantes. A seleção criteriosa dos alimentos, a garantia de qualidade e higiene na preparação seguindo normas sanitárias e a apresentação atrativa e acessível durante a visita à Pestalozzi são passos importantes para o sucesso dessa atividade.

A Distribuição de Lembrancinhas também desempenha um papel significativo ao proporcionar uma lembrança simbólica e de apoio aos participantes. A entrega de crachás simbólicos representando o autismo para todas as crianças e adolescentes presentes não só é um gesto de carinho, mas também reforça a importância da conscientização e da aceitação da diversidade. A seleção cuidadosa dos crachás, sua eventual personalização e a distribuição organizada são aspectos que demonstram o cuidado e a atenção dedicados a cada detalhe do evento.

Além disso, a Seleção de Brincadeiras é um ponto crucial para promover momentos de diversão e interação entre as crianças autistas e os demais participantes. Essa etapa envolve uma pesquisa minuciosa sobre brincadeiras adequadas para esse público, levando em consideração suas necessidades, preferências e características específicas. A avaliação da viabilidade e adequação de cada brincadeira, juntamente com a preparação do ambiente e dos materiais necessários, contribui para criar um espaço inclusivo e estimulante para todos os envolvidos.

A análise dos resultados obtidos durante o evento é igualmente importante para avaliar o impacto das atividades. A satisfação dos participantes, incluindo pais, responsáveis, crianças, adolescentes e funcionários da Pestalozzi, é um indicador chave do sucesso do projeto. Além disso, observar a interação e diversão das crianças autistas nas brincadeiras selecionadas e verificar a percepção de acolhimento e segurança durante a visita são aspectos essenciais para garantir que os objetivos de inclusão e sensibilização sejam alcançados plenamente.

Dessa forma, a metodologia adotada visa não apenas oferecer um momento de descontração e diversão, mas também promover a conscientização, a aceitação e a inclusão das crianças com TEA na sociedade. Cada atividade planejada e executada dentro desse contexto reflete o compromisso e a dedicação em criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os participantes da visita à Pestalozzi.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Durante o evento na associação Pestalozzi as necessidades especiais das crianças com o transtorno do espectro autista foram compreendidas. A equipe presente usou uma abordagem muito cuidadosa, ajustando as atividades para cada criança de acordo com suas habilidades e sensibilidades. Isso fez com que todas as crianças pudessem participar das atividades e usar a imaginação e a criatividade.

O projeto foi capaz de identificar e compreender as necessidades únicas dos participantes autistas. Através de uma abordagem completa e empática, os realizadores envolvidos puderam adaptar as práticas de fisioterapia para estimular a imaginação e criatividade. O resultado da ação teve um impacto significativo, visto que, tanto os pais, quanto as crianças, sentiram-se compreendidas e acolhidas. o projeto teve um impacto significativo na conscientização por parte dos pais e familiares sobre o autismo e a importância da fisioterapia como uma ferramenta eficaz de intervenção. Através de eventos e atividades de divulgação, foi possível desmistificar conceitos injustos e promover uma maior aceitação e inclusão das pessoas autistas na sociedade. Embora tenha sido uma ação de extensão, teve um grande impacto na comunidade, mostrando como é importante ser sensível e compreensivo em relação ao autismo. Isso deixou uma marca que vai durar por muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do projeto de extensão foi visível observar que conseguimos levar a promoção e o conhecimento da prática da fisioterapia como uma intervenção eficaz no tratamento do TEA.

Foi possível identificar o bem-estar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), através da inclusão e qualidade de vida para esses indivíduos assistidos na Pestallozi.

REFERÊNCIAS

CIÊNCIAS MÉDICAS. “O que é fisioterapia: entenda como é esse curso da área da Saúde!” **Blog Ciências Médicas** – MG, 15 Junho de

2021. Disponível em: https://blog.cmmg.edu.br/o-que-e-fisioterapia/. Acesso em: 5 de março de 2024.

Coelho, A.C.C.; Iemma, E.P.; Herrera, A.S. Relato de caso: Privação Sensorial de Estímulos e Comportamentos Artísticos. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v.13, p.75-81, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script= sci_arttext &pid=S1519-03072016000200005 Acesso em: 5 de março de 2024.

García-Parra, Walter de Jesus; COSTA, Jaida Souza; ROLIM, Flavia Decaris. Determinação da incidência, dos níveis de gravidade e da realidade do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em usuários de instituições de apoio de um município do Amazonas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 11, p. e9245-e9245, 202. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/7a686a19-4e1c-462b-a0e3-d2da5ce153ab/download Acesso em: 6 de março de 2024.

Machado, T. Dançaterapia no autismo: um estudo de caso. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, Aracaju, v. 22, n. 2, p. 205-211, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex &pid=S1519-03072021000100008 Acesso em: 5 de março de 2024.

Martins, A.D.F.; Góes, M.C.R. O Brincar do Autista. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v.17, p.25-34, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000200005 Acesso em: 5 de março de 2024.

Segura, D.C.; Nascimento, F.C.; Klein, D. Estudo do Conhecimento Clínico dos Profissionais da Fisioterapia no Trabalho de Crianças Autistas. **Arquivos de Ciência da Saúde Unipar**, v.15, p.159-165, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000200 Acesso em: 5 de março de 2024.

Silva Cristiane Pavanello Rodrigues, Conceição Ana Paula da, Chagas Ana Paula dos Santos. Clown- o palhaçocomointervenção e

humanização em saúde / The clown as intervention and health humanization**. Journal of Health & Biological Sciences**. 2017;

Silva Junior, L.P. Avaliação do perfil motor de crianças autistas de 7 a 14 anos frequentadoras da clinica Somar da cidade de Recife - PE. Campo Grande. Monografia [Graduação de licenciatura em educação física] - **Universidade estadual da Paraíba**, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000200 Acesso em: 5 de março de 2024.

Silva MDB, Paiva MB, Silva LR, Nascimento MAL. Doença respiratória aguda na criança: uma revisão integrativa**. Rev Enferm UERJ** 2012;20(2):260-66.

Silva, M.; Mulick, A.J. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v.29, p.116-131, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000200 Acesso em: 5 de março de 2024.

Tomé, M. C. Educação Física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas. **Movimento e Percepção**, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 231-248, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072021000100008 Acesso em: 5 de março de 2024.

Vitta. “Fisioterapia: entenda o que é e para que serve! - Vitta.” **Blog Vitta**, 12 Dezembro de 2019. Disponível em: https://blog.vitta.com.br/2019/12/12/fisioterapia-entenda-o-que-e-e-para-que-serve/. Acesso em: 5 de março de 2024.

APÊNDICE – Registro Fotográfico

stalozzi

VIVÊNCIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ASSENTAMENTO 1° DE MAIO: a falta de saneamento básico como fator principal do agravamento dos casos de dengue.

Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araujo[1]
Maria Clara Leite Bastos[2]
Potira Monteiro de Moura[3]
Rafaela Iris Ferreira Silva[4]
Prof. Esp. Woshimgton Ribeiro Rocha[5]

RESUMO

O presente artigo tem como intento abordar questões atreladas a ação de extensão realizada por acadêmicos do 1º período do curso superior de Enfermagem, no povoado Assentamento 1º de Maio, localizado no município de Neópolis, estado de Sergipe. Sob esse ângulo, foi efetivada uma palestra voltada a conscientização dos riscos e as medidas de prevenção do vetor Aedes Aegypti, além de um mutirão de limpeza e, posteriormente, a aplicação de um questionário. Assim, constata-se que houve uma transformação plurissignificativa na comunidade, tendo em vista que, após a execução do projeto, os participantes sabem identificar os sintomas da dengue, bem como as medidas de prevenção (além da conscientização concernente ao descarte do lixo em locais adequados). Nesta conjuntura, conclui-se

[1] Acadêmica de Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM/ E-mail: deborahlidhiely@gmail.com
[2] Acadêmica de Enf. pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM/ E-mail: claraleitebastos2006@gmail.com
[3] Acadêmica em Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: potyrabatista12@gmail.com
[4] Acadêmica em Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: rafaelaires194@gmail.com
[5] Prof. Esp. Woshimgton Ribeiro Rocha da Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: prof.woshimgton.rocha@frm.edu.br

que a comunicação é um forte aliado para propagar informações no que tange a dengue, sendo, assim, a Extensão Universitária um meio para produzir, acumular e, sobretudo, disseminar conhecimentos.

Palavras-chave: Extensão Universitária; dengue; saneamento básico; comunicação; saúde.

1. INTRODUÇÃO

A Dengue é uma doença infecciosa febril aguda causada por vírus e transmitida por meio da picada da fêmea do mosquito do gênero Aedes, sendo o Aedes aegypti o principal causador da doença. Assim, não há registros de transmissões pelo contato direto com um enfermo ou suas secreções, tampouco por meio da água ou alimentos. Cientificamente, seu vírus pertence à família do Flaviviridae e do gênero Flavivirus, sendo, desse modo, classificado pela ciência como um arbovírus que possui quatro sorotipos: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Eles são os responsáveis por causar o tipo clássico da dengue ou evoluir para quadros mais graves como a dengue hemorrágica (Biassoti; Ortiz, 2016).

O Aedes aegypti possui uma particularidade denominada "discordância gonotrófica", isso significa que o mosquito é capaz de picar mais de um indivíduo para produzir um único lote de ovos, já que a fêmea necessita sugar o sangue para conseguir produzi-los. Há alguns casos registrados em que o mesmo mosquito infectado transmite a doença para mais de 4 pessoas de uma só família. Cada mosquito da dengue vive em média de 30 dias e a fêmea consegue colocar de 130 até 200 ovos nesse período. Elas põem seus ovos em recipientes ou ambientes que possam acumular água parada (Garcia, 2018).

Segundo Tauil (2002, p. 868) "o Aedes aegypti tem mostrado uma grande capacidade de adaptação a diferentes situações ambientais consideradas desfavoráveis". Nesse contexto, pode-se dizer que os mosquitos transmissores da dengue são capazes de resistir a situações

que parecem ser inadequadas. Os seus ovos são resistentes o suficiente para sobreviver até 365 dias em zonas secas à espera do próximo período de chuvas e temperaturas mais favoráveis para eles, além de que suas larvas podem evoluir em água contaminada.

Sob outro ângulo, o saneamento básico se caracteriza como um conjunto de serviços necessários para o desenvolvimento socioeconômico de um lugar específico, tais como: abastecimento de água, limpeza urbana, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem urbana e entre outros. Assim, o saneamento básico desempenha um papel relevante para a melhoria da qualidade de vida de uma população e tem ligação direta com a saúde pública e prevenção de doenças, tornando-se um dos principais fatores do aumento dos casos de dengue nos últimos anos, levando em conta que ele vem sendo negligenciado pela sociedade e pelos órgãos públicos de muitas regiões.

À vista disso, foi executado um projeto de extensão com o intuito de informar e antenar residentes do Assentamento 1°de Maio, povoado do município de Neópolis, situado no estado de Sergipe. Posto isso, o povoado suprarreferido é de difícil acesso e apresenta uma população equivalente a 40 famílias, enfrentando, assim, desafios na promoção de saúde, especialmente devido a falta de informação.

Portanto, o referido artigo tem como intento abordar questões atreladas a dengue e ao saneamento básico e, concomitantemente, evidenciar a ação de extensão executada por acadêmicos do 1º período do curso de Enfermagem, de modo a refletir sobre os impactos causados por meio da Extensão Universitária.

2 A DENGUE, O SANEAMENTO BÁSICO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No cotidiano, é comum os cidadãos cometerem o ato de negligenciar parâmetros importantes para combater a proliferação do mosquito Aedes aegypti (transmissor do vírus) e, consequentemente, a ausência de serviços fundamentais, como o saneamento básico, é mais um fator que contribui para que os casos de pessoas contaminadas

venham a aumentar. Segundo Guimarães, Carvalho e Silva (2007, p.04), ”sanear quer dizer tornar são, sadio, saudável. Pode-se concluir, nesse sentido, que saneamento equivale a saúde”. Desse modo, as condições de saúde pública, que deveriam ser um direito de todos, acabam não sendo efetivadas em determinados locais, nesses casos, os cidadãos expostos a essa tal carência acabam sofrendo com suas consequências, tornando-se mais vulneráveis a diversos problemas de saúde, como por exemplo, a dengue, que caracteriza-se como:

> Uma doença infecciosa febril aguda, de etinologia viral e de evolução benigna, na maioria dos casos, podendo apresentar duas formas clínicas: Dengue clássica e Febre Hemorrágica da Dengue/Sindrome do choque da Dengue 2. É causada pelo arbovírus, do gênero flavivírus, familia flaviviridade, transmitido pela picada do mosquito Aedes aegypti ou albopictus em águas sem vazão (Biassoti; Ortiz, 2016, p.01)

Emitida por meio das picadas dos mosquitos fêmeas infectadas, a dengue é uma doença que pode se agravar consideravelmente se o/a infectado/a não estiver bem informado/a sobre seu tratamento e principais medidas a serem tomadas no quesito higiene e saúde, portanto, tal doença se mostra um grande fator de risco para as pessoas que habitam determinadas regiões, principalmente, desprovidas de limpeza pública. Dessa forma, o saneamento básico assume um papel crucial na questão da saúde pública. Para além disso, vale discorrer que:

> No Brasil, o clima tropical favorece a proliferação do mosquito e, em consequência, a disseminação do vírus. Embora o ovo de Aegypti possa resistir no soco, quando as chuvas de verão chegam, o contato com a água permite que a larva do mosquito ecloda. Basta sete a dez dias para que o mosquito adulto esteja formado (Aguiar; Valle; Pimenta, 2015, p.4).

De acordo com o estado de Sergipe (2023), foram registrados cerca de 5 mil casos de dengue no último ano, isso leva a refletir que os meios de prevenção estão sendo negligenciados, também, pela

população, por isso, faz-se importante conscientizar a sociedade sobre os riscos eminentes dessa problemática. Assim, pontua-se também a importância da atenção aos possíveis sintomas afim de mitigar os registros de dengue.

Seguindo esse pressuposto, de acordo Siqueira *et al.* (2017), a extensão permite a conexão plurissignificativa entre a universidade e a comunidade externa, haja vista que por intermédio da efetivação de projetos extensionistas, há a possibilidade de gerar impactos positivos. Nesse sentido, a universidade deve estar ativamente no âmbito da comunidade, proporcionando a troca de experiências, re(construindo) conhecimento e, consequentemente, proporcionando mudanças significativas.

2.1 O saneamento básico como sinônimo de saúde

A execução do saneamento básico de forma eficiente no país, visando uma melhora na qualidade de vida e na redução dos índices de surgimento de doenças, trata-se de um direito indispensável ligado diretamente a saúde, mostrando-se, desse modo, um fator de extrema importância para a população como um todo. Logo, o saneamento básico caracteriza-se como:

> [...] o conjunto de ações para promover e assegurar condições de bem-estar e segurança de uma população, através de sistemas de esgoto, de abastecimento de água, de coleta e disposição final do lixo, de drenagem das águas e do controle tanto da poluição do ar como da produção de ruídos (Filho, 2004, p.22).

Sabendo que o saneamento básico se trata de um conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento de uma região, seja social e/ou econômico, e também como um fator fundamental para a melhoria na saúde de habitantes situados em regiões com condições ambientais favoráveis e tais serviços em dia, muitos locais, infelizmente, acabam retratando que esses mesmos serviços, que

deveriam ser um direito de todos, estejam sendo realizados de maneira inadequada ou até mesmo, nos piores cenários, ausentes. Segundo Carvalho (2012, p. 6-37), "o saneamento ambiental tem por objetivo promover a melhoria das condições de saúde e a qualidade de vida da população". Sendo assim, é inevitável que determinada região, apresentando essa negligência, torne-se mais vulnerável para o surgimento de doenças como, por exemplo, a dengue.

Nota-se também que, ao observar determinado local ocupado por seres humanos, é inevitável que alguns problemas ambientais surjam, isso significa que, o homem é o principal causador do desequilíbrio ambiental e consequentemente uma vítima das próprias ações. Assim, a destinação inadequada de resíduos, o surgimento de esgotos a céu aberto, a ausência de uma limpeza urbana eficiente, são alguns dos motivos que acabam contribuindo, negativamente, com a conjuntura do meio em que se vive. Nesse caso, evidencia-se que:

> A insuficiência dos serviços de saneamento, a aglomeração humana em determinadas áreas e a habitação inadequada colaboram para o surgimento das chamadas Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), que têm relação direta com o ambiente degradado (Fonseca; Vasconcelos, 2011, p. 10).

De acordo com Tedros Adhanom (2024), a dengue se trata de uma doença que apontou um aumento global, ultrapassando 500 milhões de casos registrados no ano anterior em 80 países. Por isso, para um controle mais competente no surgimento de novas doenças causadas por tais desserviços, assim como a dengue, apenas pode ser possível com a universalização dos serviços de esgotamento, coleta de lixo e a conscientização da população em relação das próprias ações, ou seja, por meio da propagação de conhecimentos, experiências/vivências, que contribuam positivamente no auxílio da educação ambiental, tornando-se mais viável a conservação e preservação de recursos naturais, sendo um resultado do estímulo da população na adoção de atitudes mais conscientes em relação ao meio

em que vive e, dessa maneira, salientando a importância do saneamento básico para a saúde e qualidade de vida.

2.2 O ciclo da dengue

Propagada pela picada de mosquitos fêmeas infectados (Aedes aegypti), a dengue é uma doença que tem maior incidência em locais tropicais e subtropicais, isso porque os principais focos da doença são em lugares/locais que possuam algum acúmulo de água, para que os ovos depositados por esses mosquitos se desenvolvam. Deste modo, quando um mosquito macho e um mosquito fêmea se acasalam, é necessário que a fêmea se alimente de sangue para que os frutos desse acasalamento sejam protegidos e postos em locais que possam serem preenchidos com água. Sendo assim, quando em locais favoráveis para o seu desenvolvimento, esses ovos podem sobreviverem por até um ano sem entrar em contato direto com a água, porém, quando esse contato ocorre os ovos se abrem e se desenvolvem, tornando-se larvas. Logo, ressalta-se que:

> O mosquito macho alimenta-se exclusivamente de frutas. A fêmea, no entanto, necessita de sangue para o amadurecimento dos ovos que são depositados separadamente nas paredes internas de objetos, próximos a extensas superfícies de água limpa, local que lhes oferece melhores condições de sobrevivência (Gomes; Thomé, 2015, pág. 02).

Em virtude disso, recipientes com água, sejam elas colocadas por alguém ou acumuladas por conta de chuvas, devem serem esvaziados e limpos, isso porque as larvas se alimentam dos materiais orgânicos que são acumulados no fundo desses recipientes e se desenvolvem em água limpa, por isso, é fundamental a limpeza desses depósitos, já que as matérias orgânicas são encontradas neles em abundância. Sendo assim, deve-se salientar que:

> [...] determinados tipos de recipientes podem assumir papéis diferenciados na produção de adultos em diferentes regiões, pode-se atribuir aos reservatórios domiciliares como sendo o principal criadouro de *Aedes aegypti,* em Potim. E, em se tratando de reservatórios permanentes para o consumo humano, propiciam excelentes condições para a criação do vetor, contribuindo assim para a manutenção de populações desse mosquito, mesmo em períodos não favoráveis, como nos meses de baixas precipitações (Forattini; Brito; 2003, p. 676-677).

Assim sendo, na fase de pupas, o Aedes aegypti já não se alimenta e sua metamorfose se inicia, durando cerca de dois a três dias para se tornarem adultos, evidenciando que, quando a fêmea do mosquito está infectada, ela pode transmitir para os ovos, ou seja, esses novos mosquitos já podem nascerem infectados com o vírus da dengue.

2.3 A ação humana para uma melhor qualidade de vida

Sabe-se que o saneamento básico tem grande influência na proliferação de doenças juntamente com as ações dos seres humanos, nesse caso, é fundamental um cuidado não apenas coletivo, mas também individual. De acordo com Santos *et al.,*(2011, p. 1319) "a baixa efetividade das ações de controle da dengue é justificada pelas autoridades sanitárias como de responsabilidade individual da população e da gestão municipal". Nota-se, portanto, a extrema importância da adoção de algumas medidas preventivas pessoais e coletivas para manter condições de vida saudáveis e longe de riscos que possam afetar negativamente essas condições, como por exemplo, o surgimento e/ou agravamento de doenças.

Quando bem cuidado, tanto o espaço pessoal como o espaço público de uma região, respondem com condições mais agradáveis para a sobrevivência, sendo assim, a dengue, por exemplo, doença que está ligada diretamente com a limpeza e hábitos sustentáveis, terá mais dificuldade de proliferar nessas condições. Desse modo, pode-se afirmar que:

> O problema diz respeito ao meio ambiente urbano, um problema de todos, população e autoridades, não apenas da área de saúde. É preciso envolver o setor de urbanismo das prefeituras de forma a evitar edificações com arquitetura que permitam possíveis criadouros, alertar e fiscalizar construções que são grandes geradores de criadouros, com seus entulhos e recipientes, exigir boa drenagem de superfícies impermeabilizadas como, por exemplo, lages (Penna, 2003, p. 305-309).

Com o descarte correto de lixos, principalmente daqueles com grande potencial em acumular água, limpeza correta nas residências e demais espaços como os quintais, local que indevidamente descartam objetos como garrafas, pneus e vasos, devem ser limpos adequadamente, visto que a água parada favorece na reprodução dos Aedes aegypti, sendo assim, vale pontuar mais uma vez que áreas que não contem com os serviços adequados de saneamento básico também é um problema, por isso, deve-se esclarecer que:

> O saneamento básico é um conjunto de medidas (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas) que tem como objetivo preservar o meio ambiente e promover a saúde coletiva bem como assegurar a qualidade de vida e o direito a uma vida digna (Bilibio *et al*., 2021, p. 243)

Nesse viés, quando conscientizados sobre hábitos de prevenções e sua importância, a população estará sendo mais estimulada para agir, pôr em prática, os seus conhecimentos que são necessários para que adquiram minimamente, pelo menos, seus direitos básicos de cidadãos, incluso como um desses direitos, a saúde.

3. METODOLOGIA

A ação extensionista foi efetivada por intermédio de três encontros no povoado assentamento 1º de maio. Todavia, primordialmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica com o objetivo

de construir a fundamentação teórica, bem como fomentar o conhecimento no que concerne à temática em questão. Sendo assim, no primeiro encontro foi realizada uma caminhada pela comunidade para entregar o convite para a ação de extensão. Seguindo esse viés, no segundo encontro foi realizada uma palestra voltada a conscientização dos riscos e as medidas de prevenção do vetor Aedes Aegypti, bem como, foram utilizados cartazes e panfletos para auxiliar no processo de assimilação do tema trabalhado.

Após isso, houve uma roda de conversa para que os moradores da comunidade se expressassem. Assim, ao término do segundo encontro, foi verbalizado um convite para a comunidade participar do mutirão de limpeza. Desse modo, no terceiro foi efetivado um mutirão de limpeza na comunidade, além da aplicação de questionário com perguntas objetivas para ter uma percepção da realidade do povoado, bem como o nível de conhecimento após a execução do projeto. Nesse sentido, o projeto foi pautado pelo viés da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1997), é um tipo de pesquisa social que está interligada com associação da ação e/ou resolução de um problema coletivo, visando, assim, que os participantes (nesse caso os extensionistas e o público-alvo) estejam envolvidos de modo participativo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

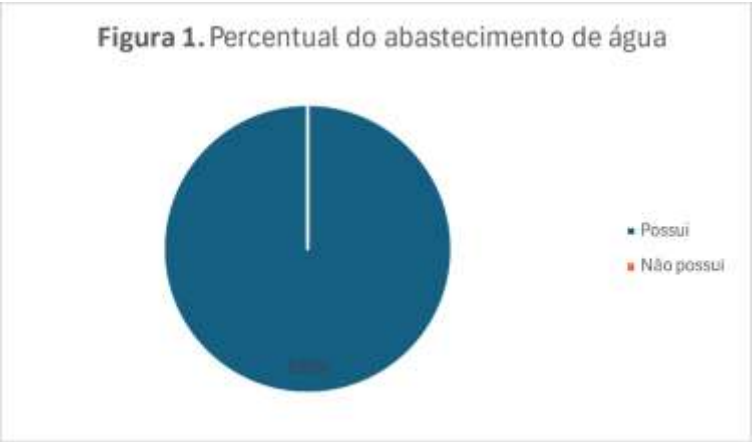
Os resultados foram obtidos mediante a execução do projeto extensão, nos quais os extensionistas aplicaram questionários e os moradores puderam responder questões importantes e necessárias, como, por exemplo, a frequência de abastecimento de água na região e a prestação de serviços de saúde, de acordo com a realidade vivida no povoado, além do nível de conhecimento após a participação no projeto. Nessa perspectiva, mostra-se fundamental a análise desses dados para uma melhor reflexão e discussão.

Quadro 1 – equipe técnica

Nome	Vínculo	Função
Woshimgton Ribeiro Rocha	Docente da FRM	Coordenador do Projeto
Angelica Trindade Henrique	Coordenadora de Extensão da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Mariana Pacheco	Coordenadora do Curso de Enfermagem da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Anderson Raoni Santos Lima	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Antonia Luiza Ferreira dos Santos	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Antonio Francisco Santos Ribeiro	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Bruno Santos Pereira	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araujo	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Jailsson Moura dos Santos	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Maria Clara Leite Bastos	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Rosa Araújo Freire Santos Lessa	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Mary Carmem Ferreira Santos da Silva	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Mayara Victória Araujo da Silva	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Potira Monteiro de Moura	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista
Rafaela Iris Ferreira Silva	Discente do Curso Superior de Enfermagem	Extensionista

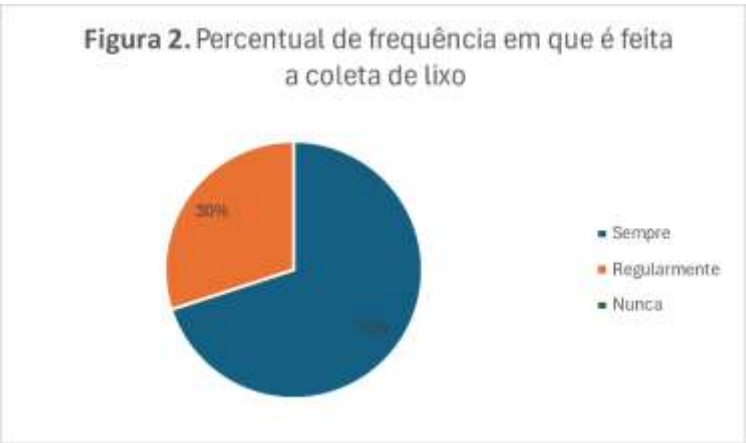
Fonte: Autores (2024).

A figura 1 apresenta 100% da satisfação dos habitantes questionados referente ao abastecimento de água, uma vez que todos responderam que tem o acesso. No entanto, é importante salientar que a comunidade não dispõe de água encanada, ficando, assim, à mercê de um caminhão-pipa (transportador de água) para realizar todas as necessidades.



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

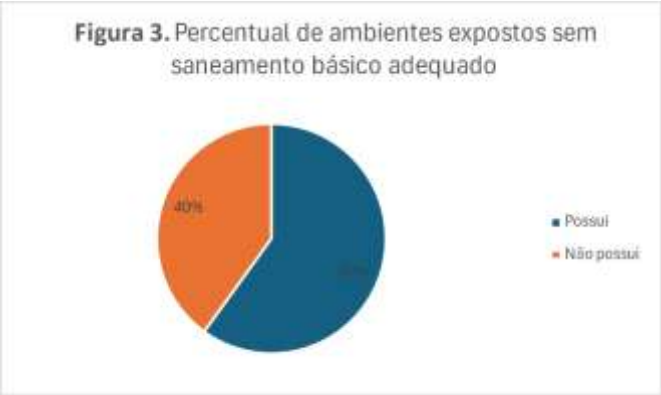
A figura 2 aponta a frequência que é feita a coleta de lixo no povoado, levando em consideração que é uma forma eficiente e significativa para que não venha ocorrer a proliferação dos mosquitos que transmitem a dengue. Segundo a pesquisa realizada, 30% dos questionados afirmam ter coleta regularmente, já 70% afirmam ter coleta de lixo sempre.



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

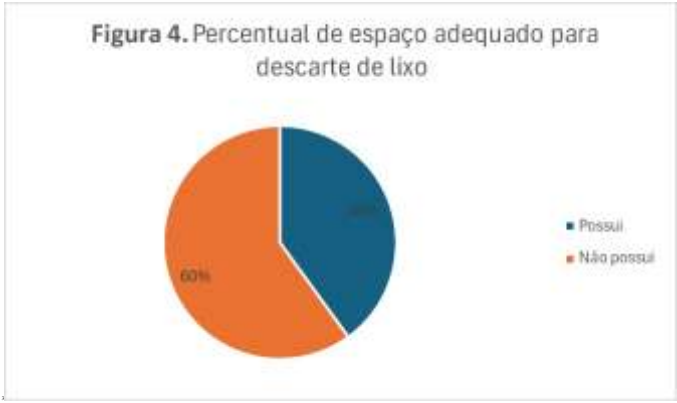
No que tange aos ambientes expostos sem saneamento básico adequado, a figura 3 mostra um percentual de 40% de satisfação dos

questionados, já 60% aponta a negligência do saneamento básico no povoado, concluindo que há espaços que apresentam riscos a saúde e são problemas que necessitam de resolução.



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

De acordo com a figura 4, 60% das áreas não possuem espaço adequado para o descarte de lixo, enquanto apenas 40% das áreas possuem um espaço adequado para essa finalidade. Essa distribuição indica um problema significativo na gestão de resíduos, uma vez que a maioria dos locais avaliados não está equipada adequadamente para o descarte de lixo. Sendo assim, para melhorar essa situação, é necessário implementar estratégias de gestão de resíduos que incluam a criação de mais espaços adequados.



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

A figura 5 indica um alto nível de conscientização e prática de cuidado entre a população no que concerne a limpeza do ambiente em que habita. Assim, cerca de 90% realizam a limpeza nos quintais (o que indica que, após o projeto, a comunidade se conscientiza da importância dessa limpeza para que não ocorra a dengue, bem como a adoção de medidas proativas para evitar a proliferação do mosquito. Além disso, os outros 10% fazem regularmente (o que também demonstra uma boa prática de limpeza).

Figura 5. Percentual de frequência em que os entrevistados fazem a limpeza dos quintais

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Ao indagar os moradores sobre a frequência que os agentes de saúde visitam suas casas, verificaram-se os seguintes resultados: 60% recebem às vezes, 20% quase sempre, 10% sempre e 10% nunca foi contemplado com a visita do agente. Seguindo esse viés, faz-se necessário uma maior organização do município para melhorar a cobertura e a regularidade das visitas dos agentes de saúde, visando garantir um acesso justo e contínuo aos serviços de saúde para todos os habitantes do povoado, uma vez que serviços esporádicos podem levar ao agravamento de condições de saúde que poderiam ser prevenidas ou tratadas com mais afinco e intervenções com antecedência.

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Os dados a seguir mostram que 50% dos entrevistados alegaram que nunca tiveram ciência de casos ou suspeita de dengue na comunidade, enquanto os 40% responderam que "às vezes" existem casos/suspeitas (determinando, assim, que uma proporção significativa enfrentam casos da dengue de forma intermitente e ainda há risco presente e recorrente). Além disso, 10% dos entrevistados relataram que "quase sempre" há casos de dengue no povoado, o que evidencia um grande risco e, por isso, a intervenção por meio do projeto de extensão foi de extrema importância.

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

As respostas apresentadas na figura 8 revelam uma divisão significativa nas experiências de agendar consultas ou obter atendimento médico. De acordo com o gráfico, 30% dos entrevistados consideram que é difícil agendar consultas ou obter atendimento, o que pode indicar problemas no acesso à saúde. Nesse sentido, dificuldades em agendar consultas podem levar a atrasos no tratamento de doenças, como, por exemplo, a dengue, resultando em piores resultados de saúde ou até mesmo em casos graves levar a morte. Assim, aderir estratégias para a melhoria do acesso e a conduta eficiência dos serviços pode ajudar a melhorar os resultados de saúde.

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Os percentuais apresentados por meio da figura 9 evidenciam que cerca de 70% responderam que há um hospital próximo para atendimento (o que facilita o diagnóstico e tratamento da dengue), enquanto os 30% alegaram que existem dificuldades no tocante à localidade do hospital e/ou UBS (o que determina uma situação preocupante concernente aos serviços de saúde direcionados aos moradores).

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

No tange ao percentual de avaliação (numa escala de 0 a 10) sobre a disponibilidade de transporte para levá-los a UBS e/ou hospital, 50% dos entrevistados responderam a escala entre 8 e 10, constatando-se, assim, que há fácil acesso a transporte adequado, enquanto os outros 50% avaliaram uma escala de 1 a 7 (relatando que há dificuldade no acesso ao transporte). Sob esse ângulo, evidencia-se que o acesso aos direitos acaba sendo seletivo.

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

As respostas apresentadas dos serviços de limpeza pública numa escala de 1 a 10 (figura 11), exibem que a grande maioria dos entrevistados possuem opiniões diferentes a respeito dos serviços, tendo avaliações com notas baixas, sendo assim o atendimento consideravelmente insatisfatório. Sendo mais de 50% das avaliações com um percentual baixo, é evidente que os moradores veem a necessidade de melhorias nos serviços de limpeza pública.

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Além disso, os participantes avaliaram/classificaram os seus conhecimentos no que diz respeito a identificação dos sintomas da dengue - após a execução da ação de extensão. Sendo assim, conforme mostra a figura 12, nota-se um percentual significativo (100%), o que reflete na construção e (re)construção de conhecimento atrelado a temática trabalhada, efetivando, assim, uma transformação na presente realidade. Logo, vale salientar que ao longo da palestra houve uma participação ativa da comunidade, tendo em vista que os extensionistas trabalharam toda a proposta com um viés didático.

Figura 12. Percentual de participantes que possuem conhecimento para identificar os sintomas da dengue após a execução do projeto de extensão

Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Em síntese, por meio da execução do projeto de extensão, observações e aplicações de questionários, evidencia-se que a comunicação é um fator primordial para preencher lacunas, haja vista que o conhecimento sobre os sintomas da dengue pode resultar em uma detecção precoce da doença, permitindo, assim, um tratamento imediato e adequado (o que pode reduzir complicações graves e até mortes).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da comunidade é essencial para o sucesso de qualquer iniciativa de promoção da saúde, uma vez que é necessário envolver os moradores nas decisões e ações relacionadas à sua saúde, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que sejam consideradas suas realidades e necessidades específicas. Para além disso, é fundamental que tais iniciativas sejam parte de um plano mais abrangente e que contemple as necessidades do povoado de forma contínua e estruturada.

Nesse sentido, a extensão universitária promoveu a interação entre os acadêmicos de enfermagem e a comunidade, efetivando, desse modo, a correlação entre a teoria e prática, além de contribuir para o desenvolvimento da comunidade atendida (trazendo visibilidade a atual conjuntura). Assim, o projeto extensionista não se restringe apenas a

uma iniciativa acadêmica, mas sobretudo a um compromisso ético e social com a promoção da saúde, bem como com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denise; PIMENTA, Raquel. **Lançando luz sobre a dengue.** São Paulo: Ciência e Cultura, 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v67n3/v67n3a02.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

BIASSOTI, Amabile Visioti; ORTIZ, Mariana Aparecida Lopes. **Diagnóstico Laboratorial. Diagnóstico laboratorial da dengue.** São Paulo: Uningá Review, v. 29, n. 1, 2017. Disponível em: https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/1921/1518. Acesso em: 17 maio 2024.

BILIBIO, ELAINE CLAUDIA FARINELI et al. SANEAMENTO BÁSICO UM DIREITO FUNDAMENTAL DA POPULAÇÃO. **Percurso**, v. 2, n. 39, p. 243-251, 2021. Disponível em: https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/5467/371373450. Acesso em: 17 maio 2024.

CARVALHO, Sonia Aparecida. O direito fundamental ao saneamento básico como garantia do mínimo existencial social e ambiental. **Revista brasileira de direito**, v. 8, n. 2, p. 6-37, 2012. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/286/236. Acesso em: 17 maio 2024.

COFEN. Aumento dos casos de dengue no Brasil é tendência global, diz OMS. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/aumento-dos-

casos-de-dengue-no-brasil-e-tendencia-global-diz-oms/. Acesso em: 17 maio 2024.

FILHO, José Daltro. Saneamento Ambiental: Doença, saúde e saneamento da água.Ed. UFS. São Cristóvão. 2004.

FORATTINI, Oswaldo Paulo; BRITO, Marylene de. Reservatórios domiciliares de água e controle do Aedes aegypti. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, p. 676-677, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/XVR5PVtFxdCb9Yzw3G4q5Yq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 maio 2024.

GARCIA, Paulo de Figueiredo. **Desenvolvimento e avaliação de plataforma de educação aberta para capacitação profissional em saúde pública.** Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-02032018-144849/publico/PaulodeFigueiredoGarciaORIGINAL.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

GOMES, Luísa Lopes Ferreira; THOMÉ, Roberto CA. Modelagem Matemática do Aedes aegypti com a utilização de mecanismos de combate à Dengue**. Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: https://proceedings.sbmac.emnuvens.com.br/sbmac/article/view/871/877. Acesso em: 17 maio 2024.

GUIMARÃES, Alexandre JOSÉ Athayde; CARVALHO, DF de; SILVA, LDB da. **Saneamento básico.** Rio de Janeiro: UFRRJ, p. 1-3, 2007.

MELO, Rute Gisele de; PASQUALETTO, Antônio. **O saneamento básico como forma**

preventiva da dengue em Aparecida de Goiânia-GO. Goiânia: Grupo A, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Pasqualetto/publication/242195754_O_SANEAMENTO_BASICO_COMO_FORMA_PREVENTIVA_DA_DENGUE_EM_APARECIDA_DE_GOIANIA_-_GO/links/5a380573a6fdccdd41fde263/O-SANEAMENTO-BASICO-COMO-FORMA-PREVENTIVA-DA-DENGUE-EM-APARECIDA-DE-GOIANIA-GO.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Combate à dengue:** Sergipe registrou, em 2022, 5,7 mil casos prováveis da doença. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/sergipe/2023/janeiro/combate - a - dengue –sergipe – registrou – em – 2022 – 5 – 7 – mil – casos – provaveis – da – doença. Acesso em: 17 maio 2024.

MOURA, Larissa; LANDAU, Elena Charlotte; FERREIRA, A. de M. Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado no Brasil. 2016.

PENNA, Maria Lucia F. Um desafio para a saúde pública brasileira: o controle do dengue. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 305-309, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/zn4tf9JbXNsVv6H8SFGx7bC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 maio 2024.

SANTOS, Fernanda Flores Silva et al. O desenvolvimento do saneamento básico no Brasil e as consequências para a saúde pública. **Revista brasileira de meio ambiente**, v. 4, n. 1, 2018.

SANTOS, Solange Laurentino dos; CABRAL, Ana Catarina dos Santos Pereira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Conhecimento, atitude e prática sobre dengue, seu vetor e ações de controle em uma

comunidade urbana do Nordeste. **Ciencia & saude coletiva**, v. 16, p. 1319-1330, 2011. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v16s1/a66v16s1.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

SIQUEIRA, Samylla Maira Costa et al. Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 21, p. e20170021, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/8JpTVtG3kzhMQPSNH6pnbMm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 maio 2024.

TAUIL, Pedro Luiz. Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 867-871, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/c98RZLMkn9MqxgBmHTZTSFD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 maio 2024.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

“POR MAIS SORRISOS”: RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM UMA CASA DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS

José Cicero dos Santos Júnior[1]
Gabrielle Nancy Soares Ferreira
Everton Henrique Vitorio Silva
Emylle dos Santos Martins
Kamila Valeska S. Almeida
Jessica Melo de Oliveira
Lucineide Cássia dos Santos
Maria Stephane Marinho Duarte
Brena Iara Ferreira dos Santos
Maria Julia Azevedo Pereira
Jhennifer Freitas da Silva[2]

RESUMO

Trata-se de um projeto de extensão realizado na *Casa de Ranquines* de Penedo (AL), serviço de acolhimento a homens idosos e/ou em situação de rua. Tem-se como objetivo principal promover a saúde mental e o bem-e[3]star dos idosos através de atividades integrativas e terapêuticas, estimulando a interação e o resgate de suas histórias e identidades. Para a produção do presente artigo, importa mencionar que nos debruçamos sobre material científico que discute a atuação do/a profissional da psicologia nos contextos de casa de acolhimento para idosos, de modo abordá-los ao longo do texto. Relata-se a história do projeto “Por mais

[1] Docente no Curso de Psicologia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Coordenador do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da FRM. Graduado em Psicologia pela UFAL. Mestre em Psicologia Social, pelo Programa de Pós-Graduação da UFAL.
[2] Discentes do 5º período do Curso de Psicologia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.

sorrisos" e as atividades realizadas ao longo do semestre, assim como seus objetivos e resultados observados. O projeto destaca a importância de intervenções interdisciplinares e do papel crucial da psicologia no apoio ao envelhecimento saudável e ativo.

Palavras-chaves: psicologia; idoso; casa de acolhimento; qualidade de vida.

1. INTRODUÇÃO

Situada ao lado da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) de Penedo (AL), próximo ao centro histórico da cidade, a *Casa de Ranquines* funciona como serviço de acolhimento para homens idosos e/ou que se encontram em situação de rua. Amparada em preceitos cristãos com a finalidade de ensino, beneficência e evangelização, a casa acolhe hoje cerca de 25 moradores, entre 29 e 78 anos de idade – em sua grande maioria os idosos.

O projeto de extensão aqui compartilhado, realizado na referida *Casa*, está situado nas áreas temáticas da educação e saúde, visando a promoção de saúde mental e qualidade de vida aos grupos sociais supracitados, muitos deles em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, tivemos como objetivos: 1) promover a saúde mental nos idosos, ao passo em que se estimula a interação e o resgate de suas histórias e identidades; 2) possibilitar o diálogo entre o saber científico e os saberes populares, utilizando-se de diferentes linguagens e métodos, de acordo com a demanda dos acolhidos; e 3) estimular a memória autobiográfica através de suas narrativas, na intenção de fortalecer vínculos de amizade e rememorar experiências passadas.

O projeto é coordenado pelo Professor Me. José Cicero Júnior, tendo como integrantes as/os alunas/os do 3º período do curso de Psicologia da FRM (ano 2024.1): Gabrielle Nancy Soares Ferreira, Everton Henrique Vitorio Silva, Emylle dos Santos Martins, Kamila Valeska S. Almeida, Jessica Melo de Oliveira, Lucineide Cássia dos Santos, Maria Stephane Marinho Duarte, Brena Iara Ferreira dos

Santos, Maria Julia Azevedo Pereira e Jhennifer Freitas da Silva. Na casa de Ranquines, contamos com o apoio técnico do Frei José, Frei Frederico, Themis (assistente social), Hugo (psicólogo) e Suzane (secretária). Ao todo, entre estudantes e profissionais, contamos com cerca de 20 participantes no desenvolvimento do projeto, que aconteceu entre março e maio do corrente ano. A Casa de Ranquines está localizada na rua Quinze de novembro, número 431 - Centro Histórico, Penedo - AL, CEP: 57200-000.

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, o índice de envelhecimento nos últimos 10 anos chegou a cerca de 55,2%, apontando o aumento significativo de 24,5% de pessoas idosas no país. Diante disso, é notório que há um crescimento elevado da população com mais de 60 anos, tornando a expectativa de vida cada vez maior, tanto nos países mais ricos como nos países em desenvolvimento, como o Brasil (França; Murta, 2014).

Ao analisar os discursos acerca da situação da população idosa no país, é possível perceber que há uma correlação entre as concepções de *envelhecimento*, sofrimento e dependência física, caracterizando a terceira idade como um estágio da vida em que o sujeito se encontra suscetível à depressão e a outros problemas psicológicos (Santos *et. al* 2022). Contudo, compreendemos aqui que não se trata de uma fase "do fim da vida", no sentido de que nada mais há de ser feito. Pelo contrário, com projeto intentamos realizar intervenções que sejam subjetiva e psicologicamente significativas na vida dos sujeitos envolvidos.

Para isso, as políticas públicas voltadas à população idosa são essenciais, visto que, por meio delas é possível desenvolver um trabalho multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, promovendo assim maiores condições de saúde à esta população (Gato, 2018). Nesse caminho, é importante lutar por meios que concedem ao idoso uma qualidade de vida, principalmente para aqueles que são mais solitários e não possuem assistência familiar, como alguns dos que pudemos acompanhar na Casa de Ranquines. Acreditamos que esta luta é uma tarefa de todos os cidadãos.

No Brasil, a população idosa brasileira tem acesso a direitos que são garantidos pela Lei número 10.741/2003, assegurados pela Constituição Federal. À pessoa idosa, é assegurado, com absoluta prioridade, o cumprimento do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (GATO, 2018).

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência em que são apresentadas as ações desenvolvidas pelo projeto durante o semestre, assim como seus objetivos principais, destacando também algumas ações realizadas anteriormente pelo projeto "Por mais sorrisos". Buscamos levar em consideração as pistas oferecidas pelo referencial teórico utilizado quanto à prática do/a psicólogo/a nos contextos de casa de acolhimento para idosos. Nesse sentido, o percurso metodológico deste trabalho de intervenção se organiza por meio das atividades que foram realizadas no campo.

Tendo em vista os objetivos a serem alcançados, as principais atividades realizadas foram: momentos de acolhimento e escuta; ações que envolvessem as mais variadas formas de arte: música, pintura, desenho e outras; atividades relacionadas à estimulação motora, ao resgate de memórias e interação entre os residentes. Apresentamos a seguir as intervenções com mais detalhes.

3. *POR MAIS SORRISOS*: A TRAJETÓRIA

Acerca do projeto *Por mais sorrisos*, é importante mencionar que sua trajetória se inicia antes mesmo deste semestre. O projeto vem sendo realizado durante os últimos três semestres, também nas disciplinas de *Atividade Extensionista I e II*, com o mesmo público-alvo, mas com a modificação de alguns estudantes integrantes da equipe e da professora da disciplina. Desde o início, visa-se atender as

demandas que são apresentadas pelo serviço, e assim continuamos neste semestre. A ideia foi avaliar todo o processo, dar continuidade ao que estava produzindo resultados satisfatórios, modificando o que não agregou para o desenvolvimento dos envolvidos. Para tal, nos baseamos nas respostas verbais e não verbais dos acolhidos e no *feedback* dos/as cuidadores/as da casa em relação às mudanças observáveis.

Tendo em vista que alguns membros da equipe já possuíam um conhecimento prévio sobre o trabalho realizado na Casa de Ranquines, o primeiro passo acerca das intervenções a serem realizadas foi uma visita inicial, para identificar as demandas atuais do serviço. Em reunião com o responsável pela instituição, Frei José, foi possível obter informações detalhadas sobre as necessidades materiais e psicológicas dos residentes. Observou-se a necessidade de maior assistência psicológica e acolhimento – para além do que é ofertado –, objetivando uma maior promoção de qualidade de vida e atividades que promovessem desenvolvimento cognitivo e motor, além de trabalhos que envolvessem a interação social e estímulos variados.

Em meio a conversa, destaca-se a fala do Frei José: “Vivemos da caridade. É um trabalho árduo. Graças a Deus não tem faltado comida, mas não conseguimos atender a todas as demandas, especialmente no que se refere a mantê-los alegres, dispostos e a desenvolver o lado emocional que eles precisam para não ficarem ociosos. A demanda é grande”. A partir desse depoimento, foi possível perceber que a escolha do local e do público ali presente seria bastante enriquecedor para ambas as partes – faculdade e serviço –, relacionando o conhecimento teórico adquirido em aula com a atuação em campo.

Dessa forma, decidiu-se então que as atividades deveriam focar em proporcionar momentos de interação social, em que os idosos residentes pudessem falar seus pensamentos e sentimentos ao compartilhar suas vivências de vida, possibilitando a potencialização do bem-estar e momentos de *lazer e alegria* – é daqui que resulta a escolha do nome do projeto, "Por Mais Sorrisos".

Na primeira edição do projeto, em abril de 2023, foram desenvolvidos 6 encontros, um encontro por semana, no período

noturno, onde contamos com a participação de 13 idosos do sexo masculino. Após o primeiro contato, o qual possibilitou conhecer os acolhidos, o ambiente e entender quais eram as necessidades e limitações, iniciaram-se as ações.

No primeiro encontro efetivo, foi realizada a primeira atividade, o objetivo foi proporcionar um momento acolhedor para conhecer um pouco de cada indivíduo através da escuta e da música, apresentando também a equipe proponente do projeto. No serviço de acolhimento para idosos, é fundamental focar na saúde mental e na qualidade de vida dos residentes. Os/as profissionais da psicologia podem desempenhar um papel crucial ao promover atividades que ajudem os idosos a lidar com essa fase da vida, prevenindo sentimentos de desistência, baixa autoestima, depressão e sentimentos de incapacidade/inutilidade (Gomes; Vasconcelos; Carvalho, 2021).

É nesse sentido que, ao decorrer de todo o semestre, a ideia foi realizar atividades que permitissem a externalização das emoções, sentimentos e pensamentos através das mais variadas possibilidades de expressão: pintura, música, contação de histórias etc. Com a utilização de tintas guache, por exemplo, foi proposta atividades de pintura em diferentes materiais, solicitando que expressassem o que gostariam de nos mostrar. Nesse momento, pôde-se perceber a grande importância da arte, visto que através desta atividade foi possível que cada indivíduo expressasse seus sentimentos mediante suas vivências.

Em outro momento, foram trabalhados as emoções e os diferentes tipos de sentimentos através de uma *minipeça* de teatro, baseada na fábula "ilha dos sentimentos". Realizamos também um bingo com cartela das emoções, onde pudemos perceber a alegria no rosto de cada um, assim como o conforto de compartilhar suas experiências de vida. Nessa ocasião, alguns ganharam mais de um prêmio no bingo e, ao perceber que outros não conseguiram, tiveram a atitude de partilhar o prêmio a mais conquistado.

Foi realizada a exibição de dois curtas-metragens: "Vida Maria" e "Qual o sentido da vida?", os quais trouxeram memórias e lembranças interessantes de suas vidas: à medida que envelhecemos, tendemos a

desenvolver um apego emocional às experiências e memórias de nossa juventude.

Dentre estes exemplos, importa mencionar que no momento de finalização do projeto naquele semestre, um dos acolhidos aproveitou o ensejo para agradecer em nome de todos os outros por termos os "escolhidos" para realizar esse projeto, pelas atividades desenvolvidas em cada encontro e nos convidou para voltarmos mais vezes. Percebendo a impacto positivo provocado pelo projeto, é daí que surge a inspiração em dar continuidade com as atividades neste serviço.

Tendo em vista as ações realizadas, os *feedbacks* obtidos e a análise do que foi desenvolvido, no semestre seguinte, ainda em 2023, seguimos com a mesma proposta: 6 encontros, um por semana no período da manhã, no entanto com novos integrantes na equipe. Dessa vez, já iniciamos os trabalhos com um objetivo maior a partir da necessidade que observamos no ambiente físico. Frente às altas temperaturas enfrentadas no dormitório dos residentes, percebemos a demanda de obtenção de um ar-condicionado, para o qual organizamos uma rifa solidária – que foi bem-sucedida.

Neste semestre, elaboramos um cronograma voltado para as atividades que obtivemos mais sucesso no semestre passado, adicionando novas propostas, com o objetivo de desenvolver cada vez mais as capacidade e habilidades individuais, fortalecendo as relações grupais e proporcionando melhor qualidade de vida. Dentre estas, destacamos a realização de um *karaokê*, atividade que havia produzido efeitos positivos no momento da primeira realização.

Com o intuito de estimular a atenção, raciocínio e concentração, elaboramos algumas atividades com jogos. Para estimular as habilidades motoras finas e a criatividade, realizamos atividades com o uso livre de massinha de modelar, todas elas envolvendo, concomitantemente, o compartilhamento de vivências e histórias pessoas por parte dos idosos. Nesta edição do projeto, uma demanda apresentada pelos moradores foi também um momento de lazer em um ambiente externo, apontando para a necessidade de sair do

recolhimento e desfrutar o sentimento de autossuficiência, podendo aproveitar a natureza e o convívio social.

Ao compreender que o envelhecimento é um processo natural e dinâmico influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, nota-se que a interação desses fatores ao longo da vida vai determinar a rapidez e a qualidade do envelhecimento (Ribeiro, 2015 *apud* Gomes; Vasconcelos; Carvalho, 2021). Assim sendo, levamos os idosos para um circuito de cinema e um passeio de ônibus pela cidade, despertando emoções pelo fato de terem saído do ambiente que residem e conhecerem novos espaços, estimulando outras sensações e proporcionando bem-estar físico e psicológico.

2.1 POR MAIS SORRISOS: 2024.1

Constatando os resultados benéficos evidenciados, pudemos concluir a importância da continuidade do projeto em 2024, visto que ainda havia demanda no local e não poderíamos interromper o processo, em razão da expectativa criada pelos acolhidos. Seguimos então com o planejamento de realizar 6 encontros, sendo 1 encontro por semana, alternando entre manhã e noite, conforme sugerido pela coordenação da Casa. Estando lá pela primeira vez neste semestre, fomos recebidos com bastante entusiasmo pelos moradores.

Dentro do novo cronograma, buscamos inserir novas atividades, dentre elas a proposta de no primeiro encontro realizarmos o plantio de plantas como referência às fases da vida, ressaltando a importância do autocuidado e da valorização dos processos, na qual obtivemos relatos importantes sobre a vivência dos novos integrantes da casa.

No segundo encontro, houve a realização do bingo das emoções, que é sempre acompanhado de muita animação e integração, permitindo a expressão cognitiva e emocional dos pensamentos, sentimentos e emoções do momento, além de reforçar o comportamento solidário. Estimular a motricidade fina, capacidade cognitiva e o raciocínio lógico foi o foco do terceiro encontro, em que trabalhamos dobraduras com papéis, enquanto realizávamos a escuta de suas histórias. Nessa ocasião,

ajudamo-los a construir um barquinho de papel, pacientemente e no tempo de cada um, pedindo que pintassem e escrevessem, de modo a trabalhar coordenação motora.

Enfatizar a importância da história de vida de cada indivíduo é fundamental no processo de autoconhecimento, logo, a autobiografia trabalhada no quarto encontro foi realizada através da pintura, com pincéis e tintas guache, onde puderam falar sobre seus desafios de vida, evoluções pessoais, conquistas, realizações e decisões importantes. Pensando que a psicoterapia se configura como um dos principais recursos no tratamento de problemas de natureza emocional e de transtornos mentais (GOMES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2021), nosso objetivo com a atividade era proporcionar uma escuta mais engajada acerca de seus processos de vida. Não se tratou, é claro, de um acompanhamento psicoterapêutico, mas de uma escuta atenta de seus pensamentos naquele momento, considerando as particularidades existentes dessa fase da vida, como também aponta Gomes *et. al* (2021).

A psicoterapia para idosos caracteriza-se como uma ação importante na terceira idade, visto que é capaz de proporcionar alívio sintomático dos sentimentos de insegurança, melhor adaptação à fase vivida, desenvolvimento a capacidade de falar sobre si e melhora da autoestima (FALCÃO, 2010 *apud* Ezirik et al., 1998). Compreende-se então que, além de estar atenta às problemáticas que são específicas dessa fase da vida, a psicologia deve contribuir para sua ressignificação em meio à sociedade, ajudando os/as idosos/as a redescobrir seu envelhecimento e a encontrar seu lugar na sociedade.

Apesar de tradicionalmente focada na clínica individual, a psicologia tem se expandido para outras áreas da saúde (e fora dela), oferecendo novas possibilidades de atuação. Este projeto destaca a importância da atuação da psicologia no trabalho com a população idosa, promovendo espaços de escuta e protagonismo para essas pessoas.

Tendo isso como um fato, existe a possibilidade de usar como um meio de socialização e comunicação a intervenção psicológica grupal, promovendo rodas de atividades, conversas, jogos, dança,

música e arte. Nesse contexto, intervenções psicológicas grupais podem proporcionar aos idosos um espaço acolhedor para criar vínculos e melhorar os relacionamentos de interação social com as trocas de experiências.

Ao considerarmos que a saúde e a qualidade de vida dos idosos são impactadas por variáveis físicas, psicológicas e socioculturais, entendemos que as intervenções voltadas às pessoas idosas requerem uma abordagem inter e multidisciplinar no contexto de cuidado a estas. Dessa forma, o quinto encontro teria a proposta de promover um momento de bem-estar físico, mental e social para os idosos através de atividades multidisciplinares, contando com a participação de estudantes voluntários de outras áreas da Faculdade Raimundo Marinho, como enfermagem e fisioterapia. Acreditamos que uma rede entre os cursos na promoção de intervenções extensionistas e, portanto, de maior integração entre faculdade e comunidade fortalecem ainda mais o fazer profissional dos/as estudantes.

Estamos aqui alinhados/as à uma perspectiva teórica que pensa a saúde mental e física como interligadas, uma vez que a doença mental aumenta o risco de doenças físicas e vice-versa. Pessoas com doenças crônicas, por exemplo, têm uma maior probabilidade de desenvolver doenças mentais como depressão e ansiedade (SILVA *et al*., 2017).

O referido encontro, entretanto, ficou impossibilitado de acontecer devido à realização de evento religioso na Casa, dentre outras questões. Trazemos destaque à não-realização desta atividade porque consideramos importante ter em mente que nem sempre conseguiremos realizar o trabalho planejado em determinado dia, já que os serviços funcionam de forma dinâmica e estão em constante movimentação. De qualquer forma, a ideia permanece de pé para intervenções futuras do "Por mais sorrisos".

Por fim, tendo em vista os bons resultados produzidos em experiências passadas, a proposta do último encontro do projeto consistirá em levar os moradores para vivenciar outros espaços pela cidade, na intenção de possibilitar outras sensações e, principalmente, interações.

Será também o momento de explorar as percepções dos idosos acerca das atividades realizadas com eles, relatando também a nossa satisfação em poder contribuir de alguma forma para o desenvolvimento do serviço.

Dito isso, nosso projeto, *Por mais sorrisos*, trouxe a ideia e o objetivo de proporcionar momentos de interação por meio da escuta, jogos, artes e conversas com os idosos acolhidos da Casa de Ranquines, mostrando que na terceira idade ainda existe vida que pode ser vivida. O nome do projeto representa a marca positiva que intentamos deixar em cada um dos idosos através da Psicologia, fazendo surgir neles aumento de autoestima e disposição motivada de sorrisos alegres e emocionantes/emocionados.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado da primeira edição, pode-se afirmar que, através de atividades integrativas, foi possível proporcionar acolhimento, diversão e momentos que estimularam não apenas o resgate de memórias afetivas, mas também o convívio entre os residentes. Ao analisar o comportamento dos acolhidos desde o primeiro até o último encontro, foi evidente a evolução significativa, especialmente na comunicação, tanto verbal como não verbal. Os participantes passaram a demonstrar maior empatia, ajudando uns aos outros a se deslocarem, inclusive aqueles que dependem de cadeiras de rodas para se locomover.

Assim, é crucial reconhecer que esses encontros criaram um ambiente acolhedor, onde os idosos puderam expressar seus sentimentos de maneira leve e confortável. As semelhanças em suas histórias de vida facilitaram essa expressão, promovendo um senso de proximidade e coletividade.

Na segunda edição, os resultados continuaram a ser satisfatórios. As atividades executadas proporcionaram mudanças perceptíveis no humor e nas relações entre os acolhidos, principalmente através das atividades lúdicas realizadas em cada encontro. O

acolhimento, a diversão e as atividades que estimularam o resgate de memórias afetivas e a socialização continuaram a ser os pilares do projeto.

Dentre as metodologias aplicadas, a *musicoterapia* se destacou, transformando a rotina dos idosos ao evocar lembranças marcantes e emoções, além de promover melhorias cognitivas. O repertório musical foi selecionado a partir das preferências dos acolhidos, o que despertou um forte componente afetivo. Além disso, as atividades relacionadas à comida, respeitando as restrições alimentares individuais, incentivaram a participação, já que muitos acolhidos foram atraídos pela oportunidade de consumir alimentos diferentes do cardápio semanal habitual.

Outra metodologia relevante foi a *arteterapia*, através da utilização de tintas guache e massas de modelar. Estas atividades permitiram que os idosos expressassem suas emoções e sentimentos de maneira criativa, contribuindo para a reconstrução e o significado de suas próprias existências, além de estimular a cognição.

As atividades extesionistas proporcionaram experiências significativas tanto para os acolhidos quanto para os estudantes participantes do projeto. Trabalhar com idosos revelou-se uma experiência valiosa, permitindo o desenvolvimento de paciência, empatia e habilidades de comunicação essenciais para atender às necessidades físicas e emocionais desta população. Criar um ambiente seguro e amigável durante as dinâmicas foi fundamental para ganhar a confiança dos acolhidos, que passaram a participar mais ativamente das atividades.

Diante das necessidades, estímulos e *feedbacks* recebidos por parte dos idosos, tornou-se necessário ajustar o cronograma de ações para atingir os objetivos do projeto de forma mais eficaz. Assim, destacamos a importância das intervenções em diversas áreas da ciência, das profissões e das políticas públicas, visando modificar a experiência do envelhecimento através de intervenções no plano psicológico, nas representações sociais e no exercício da cidadania.

O papel do/a psicólogo/a se faz fundamental neste contexto, pois suas intervenções podem possibilitar mudanças psíquicas que influenciam diversas dimensões da vida dos idosos, tendo em vista que os processos de envelhecimento são muitas vezes acompanhados pela ausência de familiares e sentimentos de incapacidade e estorvo (Gomes; Vasconcelos; Carvalho, 2021). Portanto, é essencial desenvolver alternativas que permitam lidar de maneira mais assertiva com essas questões, promovendo um envelhecimento mais saudável e ativo.

Nesta terceira edição, foi notável a diferença nos picos de energia dos idosos. Pela manhã, percebíamos que eles costumavam estar mais ativos, apresentando picos de energia elevados. À noite, por outro lado, eles geralmente estavam mais calmos, com um nível de energia mais equilibrado. Este padrão de variação nos níveis de energia durante o dia impactou positivamente a participação nas atividades, ao contrário dos baixos níveis de energia que anteriormente resultavam em desinteresse.

Trabalhar a responsabilidade e o cuidado foi um aspecto significativo neste semestre. Houve um amadurecimento notável quanto às atitudes empáticas entre os participantes do projeto. As atividades promovidas, que envolveram todos os residentes da casa, fortaleceram os vínculos entre eles.

As atividades que promoveram a saúde mental, incluindo artes, jogos, música e lazer, resultaram em respostas evolutivas positivas. Foi possível observar também a construção de uma área estrutural espaçosa, que proporcionou melhor acolhimento e permitiu a realização de várias atividades propostas, visando a melhor climatização e conforto para os idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o projeto "Por Mais Sorrisos" ao longo de suas três edições revela impactos significativos na qualidade de vida e no bem-estar físico e mental dos idosos acolhidos na Casa de Ranquines. As atividades integrativas implementadas conseguiram proporcionar

acolhimento, diversão e estímulo ao resgate de memórias afetivas, fortalecendo o convívio social entre eles.

A evolução observada desde o primeiro até o último encontro demonstrou uma melhoria notável nas habilidades de comunicação, convivência e na empatia. O ambiente acolhedor criado pelas atividades permitiu que os idosos se sentissem confortáveis para expressar suas emoções, promovendo um senso de comunidade baseado em suas histórias de vida semelhantes.

Os resultados positivos obtidos reforçam a importância de intervenções interdisciplinares e a necessidade de políticas públicas que promovam o envelhecimento saudável e ativo. O papel do/a psicólogo/a é crucial nesse contexto, facilitando mudanças psíquicas que influenciam diversas áreas da vida dos idosos. O projeto demonstrou que, através de ações planejadas e executadas, é possível transformar a experiência da terceira idade em contexto de casa de acolhimento, promovendo uma vida mais plena e significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Censo: número de idosos no Brasil cresceu 57,4% em 12 anos.** [Brasília]: Secretaria de Comunicação Social, 27 de out de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20envelhecimento%20sobe%20de%2030%2C7%20para%2055%2C2&text=Portanto%2C%20quanto%20maior%20o%20valor,de%200%20a%2014%20anos. Acesso em: 15 maio 2024.

FALCÃO, D. V. S.; ARAÚJO, L. F. **Idosos e saúde mental**, Tradução. Campinas: Papirus, 2010.

FRANÇA C. L; MURTA, S. G. **Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, n. 2, p. 318–329, 2014.

GATO, J. M. *et al* . **Saúde mental e qualidade de vida de pessoas idosas**. Bogotá, v. 36, n. 3, p. 302-310, Dez. 2018.

GOMES, E. A. P.; VASCONCELOS, F. G.; CARVALHO, J. F.. **Psicoterapia com Idosos: Percepção de Profissionais de Psicologia em um Ambulatório do SUS.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, 2021.

SANTOS, V. P. *et. al.* **Abordagens a saúde mental da pessoa idosa: interfaces entre a teoria e a prática**. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 14258–14271, 2022.Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/51145. Acesso em: 17 maio 2024.

SILVA, A. *et al*. Doenças crônicas não transmissíveis e fatores sociodemográficos associados a sintomas de depressão em idosos. **Jornal brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, p. 45-51, 2017.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA EXTENSÃO NA CIDADE DE PENEDO - AL

Vívia Pereira de Moraes Santos[1]
Erick de Oliveira Lemos [2]
Ana Victória Gomes dos Santos [3]
Aurea Maria Rocha de Carvalho [4]
Daniel Santos [5]

RESUMO

O artigo explora a crescente preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade dentro das instituições de ensino, destacando o projeto "Recicle Hoje" realizado na Feira Literária de Penedo-AL. Este projeto foi apoiado pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e a Prefeitura Municipal, contando com a participação de alunos do 7º período de Administração e uma equipe técnica, sob a orientação da professora Mestra Vivia Pereira de Moraes de Santos. O foco do projeto foi na Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, com ações baseadas na ISO 14001. A pesquisa justifica-se pela importância de as instituições de ensino fomentarem práticas de responsabilidade ambiental, promovendo uma cultura de educação ambiental centrada no reaproveitamento de recursos. O objetivo geral é compreender a relevância da inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino para promover o conhecimento e a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, através de palestras, aulas práticas, projetos

[1] Graduada em Administração. Especialista em Gestão de Pessoas, e Gestão da Qualidade. Mestra em Ciências da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
[2] Graduando em Administração pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.
[3] Graduanda em Administração pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.
[4] Graduanda em Administração pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.
[5] Graduando em Administração pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo.

e visitas técnicas. O artigo discute a necessidade de uma concepção ampliada de meio ambiente, que inclua aspectos socioculturais, para fortalecer a identidade territorial e a consciência ambiental crítica. A educação ambiental é vista como essencial para formar cidadãos conscientes e capazes de enfrentar desafios ambientais contemporâneos. A metodologia utilizada é descritiva, com abordagem qualitativa e natureza básica. Os resultados indicam que as ações pautadas nos princípios da ISO 14001 são eficazes para promover práticas ambientais nas instituições de ensino, destacando a importância de políticas públicas que suportem essas iniciativas sublimando a importância da educação ambiental e da responsabilidade social no desenvolvimento sustentável, incentivando a participação de todos os setores da sociedade na preservação ambiental, a partir das ações promovidas pelas instituições de ensino, como o projeto Recicle Hoje, despertando uma nova consciência sobre a importância da sustentabilidade e a preservação ambiental na comunidade de Penedo-AL.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Meio ambiente; Educação ambiental; FliPenedo.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade são elementos que vêm tendo um destaque significativo nas instituições de ensino, as quais possibilitam a criação de ambientes direcionados para o fomento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, observa-se que a educação ambiental visa desenvolver uma compreensão mais ampla e responsável do nosso papel como agentes de transformação no planeta.

Nesse contexto, o projeto Recicle Hoje foi executado na Feira Literária de município de Penedo-AL, mediante o apoio da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, Prefeitura Municipal de Penedo, Diretoria de Economia Criativa, Secretaria de Educação Municipal e a

Associação Recicla, no dia 14 de abril do presente ano, tendo como participantes organizadores os discentes do 7º período de Administração, e a equipe técnica formada por Administradores, Pedagogos e Turismólogos. A ação foi orientada pela professora Mestra Vívia Pereira de Moraes de Santos, professora da disciplina de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, amparado sob a temática principal de Meio ambiente e de forma secundária à educação, diante da linha de extensão relacionada à Gestão Ambiental.

A pesquisa tem como objetivo geral propor uma ação efetiva relacionada à gestão ambiental, abordando sua relação para a construção de uma sociedade sustentável, e para isso far-se-á necessário: pontuar sobre a concepção da conscientização da educação ambiental, relatar os impactos da responsabilidade social na formação do indivíduo, e caracterizar quais metodologias estarão direcionadas para a efetivação da proposta mediante a predisposição da ISO 14001.

Portanto, como a Instituição de Ensino pode fomentar ações direcionadas a práticas de responsabilidade ambiental na sociedade? A partir desse questionamento, a pesquisa justifica-se pelo posicionamento das instituições de ensino de forma mais direcionada para as temáticas de meio ambiente e sustentabilidade, o que, por sua vez, possibilita a promoção de uma cultura de educação para o meio ambiente, direcionada no aspecto do aproveitamento de recursos (SCHMITT; KITZMANN, 2021).

Concomitante ao exposto, é possível identificar que a proposta da pesquisa está direcionada para a formação do conhecimento teórico e prático sobre a responsabilidade ambiental como fator elementar para a sustentabilidade, estando embasado na disciplina de Gestão ambiental e Responsabilidade Social.

2 CONCEPÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE

As concepções sobre o meio ambiente são fundamentais para nortear as práticas de educação ambiental, um campo que busca promover a conscientização e ação em prol da sustentabilidade,

observando entendimento do meio ambiente que vai além da simples noção de natureza, englobando também aspectos sociais (VIVEIRO; SATO, 2020). Nesse sentido, destaca-se a relevância de incorporar às práticas de educação ambiental, de maneira mais efetiva, aspectos socioculturais, os quais podem contribuir para ampliar nossa compreensão sobre a relação do ser humano com a natureza e os diversos espaços por ele ocupados, em uma perspectiva histórica e cultural, favorecendo, inclusive, o fortalecimento de nossa identidade para com o território (ZANGRANDE; MONTEIRO; FERRAZ, 2023).

A educação ambiental busca explorar e discutir diferentes perspectivas sobre como os seres humanos interagem com o ambiente ao seu redor, desde uma abordagem antropocêntrica, que coloca o foco nos benefícios para as pessoas, até visões mais holísticas, que consideram a interconexão de todos os elementos da natureza (OLIVEIRA; ROYER, 2020).

Desse modo, ao integrar essas diversas concepções em suas práticas, os educadores ambientais podem incentivar uma reflexão crítica e capacitadora, preparando as pessoas para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos e contribuir para um futuro mais sustentável (VIVEIRO; SATO, 2020).

A Educação Ambiental (EA) tem como contribuições diretas a estruturação de atividades em torno dos problemas concretos da comunidade, auxiliando indivíduos e grupos sociais a adquirirem os conhecimentos necessários para compreendê-los e as habilidades necessárias para resolvê-los. Dessa forma, a sua principal função é de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem na realidade socioambiental, comprometidos com a vida e com o bem-estar de cada um e da coletividade, seja ela local ou global (MELO; KADYDJA; PINTO, 2023).

Analisando a Educação Ambiental sob uma ótica crítica e social, observa-se a abordagem dos resíduos sólidos a partir da reflexão e a colaboração coletiva, fortalecendo o progresso de uma Educação Ambiental mais crítica (ARRUDA *et. al.,* 2023), entendendo que essa abordagem visa capacitar indivíduos a buscar condições para uma

coexistência harmoniosa com o meio ambiente, preparando-os para agir em prol da sustentabilidade.

O meio ambiente é fundamental para a existência do que é vivo, garantindo o desenvolvimento da vida no planeta, possibilitando e garantindo meio e recurso para a continuidade das nações existentes e futuras, analisando a proteção ao meio ambiente pelo Brasil que tem evoluído apesar de toda desordem já passada pelo país (MESQUITA, 2022). Concomitante a isto, as leis e projetos em prol do meio ambiente, e a defesa ambiental brasileira é realizada através de leis na constituição federal e pelo ministério do meio ambiente, envolvendo também políticas desenvolvidas pelos governos dos estados e dos municípios (MESQUITA, 2022).

Segundo o Instituto Brasileiro de Florestas, o Brasil adotou medidas e ações visando a proteção ambiental e a redução das consequências de ações negativas e devastadoras, adotando consistência na criação da legislação ambiental considerada uma das mais completas e avançadas no mundo (IBF, 2020). As leis ambientais compostas são fiscalizadas por órgãos ambientais definindo regulamentação e atos de infração ao não cumprimento da mesma, os artigos das leis ambientais na constituição federal brasileira de 1988 definiu a importância de " manter o ecossistema estabilizado através da preservação e recuperação ambiental, tendo como principal objetivo a qualidade de vida que todo indivíduo é digno de ter" (IBF, 2020).

Em sua essência, a sustentabilidade gira em torno da ideia de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Esta abordagem holística da sustentabilidade muitas vezes é enquadrada dentro do contexto dos três pilares: ambiental, social e econômico (SILVA; MEDEIROS; JULIÃO, 2024). Para promover mudanças significativas, é vital compreender a resistência às transformações e fomentar uma reflexão embasada na educação ambiental e na pesquisa científica sobre degradação ambiental (FERREIRA, 2022).

Contudo, observa-se que a noção de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável vem sendo usada principalmente pelas

mídias para manipular a opinião pública e maquiar a atual realidade ambiental, em grande parte fruto da Indústria Cultural aliada ao interesse do capital (OLIVEIRA; GENOVESE; ARAÚJO, 2023).

Estes fatos devem causar uma consciência de preservação ambiental em todos os seres humanos, e a escola entra neste cenário, como uma instituição que fomenta a criação de hábitos e atitudes de sustentabilidade socioambiental. Existe um caminho de consenso da coletividade em direção ao reconhecimento da seriedade dos problemas ambientais, que estes são derivados de um padrão de desenvolvimento econômico de robusto impacto ambiental e que a Educação Ambiental e sustentabilidade é uma importante ação educativa para a mitigação destes problemas (MELO, 2024).

Assim, a EA é um elemento-chave na forja de um futuro marcado por práticas mais responsáveis e sustentáveis, que favorece a construção de uma realidade de maior equilíbrio. Essa abordagem não apenas contribui para a mitigação das mudanças climáticas, mas também fortalece a conexão entre as pessoas e a natureza, promovendo um maior respeito e cuidado pelo ambiente, aspecto essencial para enfrentar os desafios ambientais globais, no presente e no futuro (FERREIRA; SILVA; VOSS, 2023).

A educação ambiental desponta como uma fonte crucial de mudança, formando indivíduos comprometidos com a preservação ambiental e a sustentabilidade a longo prazo, sendo fundamental que as esferas governamentais adotem medidas para responsabilizar por impactos negativos ao meio ambiente, engajamento todos os setores sociais, políticos, governamentais e econômicos na defesa dos recursos naturais poderemos iniciar uma conscientização ambiental eficaz e implementar as mudanças necessárias para alcançar a sustentabilidade (FERREIRA, 2022).

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUA FORMAÇÃO NA COMUNIDADE

A responsabilidade social é um conjunto de práticas que beneficiam o meio social, sendo realizado ações por um indivíduo ou

empresa. Essa prática traz diversos benefícios para a sociedade, podendo ser alcançado através da proteção do meio ambiente, educando a comunidade local, incentivando a atividade física e até pequenas atitudes diárias, as quais devem assumir a responsabilidade de contribuir para o bem comum (POLMAN, 2020).

O interesse pelo compromisso com a sociedade surge a partir de discussões acerca da carência de execução dos direitos sociais, acréscimo da apreensão com bem-estar, e melhores qualidades de trabalho, a partir disso, observa-se que o desenvolvimento pode ser analisado como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, focando na atenção do desempenho humano, auxiliando na evidência da necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa, o qual leva em consideração a carência de execução dos direitos sociais, a apreensão com o bem-estar e a melhoria das condições de trabalho (SEN, 1999).

Pautando, as informações sobre as instituições de ensino superior têm um papel que vai além da mera educação e pesquisa. Elas possuem a responsabilidade de contribuir para a sociedade de maneira ética e transparente, promovendo a inclusão e respeitando os direitos humanos. Refletir sobre a Responsabilidade Social implica, portanto, considerar não apenas os deveres e encargos da universidade, mas também as incumbências inerentes à sua natureza institucional. Isso envolve a promoção da transparência e ética nas relações, o respeito à diversidade, a garantia de boas condições de trabalho e o cumprimento das normas democraticamente estabelecidas (SCHWAB, 2021).

Atualmente, a responsabilidade social no Brasil é amplamente discutida nos meios acadêmicos e empresariais e seus defensores alegam que o comportamento socialmente responsável é fator diferencial que ajuda a construir e a consolidar a marca empresarial, representando um investimento para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo, as relações entre as empresas e a sociedade são aprimoradas constantemente e, neste processo, questões sociais e ambientais influenciam diretamente a gestão dos negócios, um dos

tripés da sustentabilidade o que possibilita estabelecer uma relação entre sustentabilidade e responsabilidade social (MELO, 2024).

A responsabilidade social envolve o compromisso com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. No seu desenvolvimento na comunidade abrange diversas ações, assim, promovendo a educação e conscientização com sua importância, para incentivar a participação comunitária nos projetos sociais, estabelecendo parcerias entre setor público, empresas e ONGs, e capacitando os membros mais vulneráveis da comunidade. Além disso, as práticas sustentáveis devem ser implementadas para a preservação ambiental, e políticas públicas que incentivem a responsabilidade social que necessitam ser desenvolvidas, um dos fundamentos éticos do ensino superior e da responsabilidade social é oportunizar uma educação orientada para o desenvolvimento humano (JARA, 2017).

3 METODOLOGIA

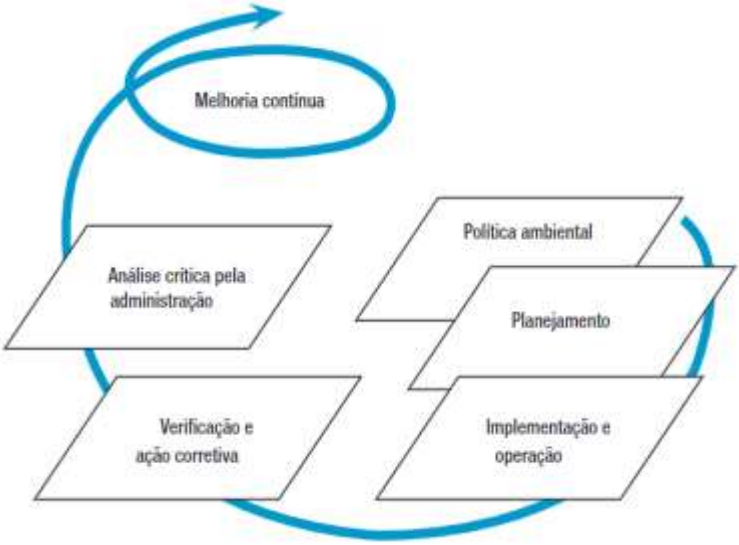
O estudo aborda uma fonte de pesquisa de modo descritivo, sob uma abordagem qualitativa estudo, da qual tem como foco compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural e em relação ao contexto (LUNETTA; GUERRA, 2023), diante do qual está apoiado e alicerçado a pesquisa. Desse modo, o artigo está embasado sob uma ótica de natureza básica (MARCONI; LAKATOS, 2022).

Para a efetivação do projeto, fora realizado em conjunto com os estudantes do 7º período de Administração da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo diversas reuniões, com o foco de propor estratégias elementares com fito do melhor desempenho na ação. As ferramentas adotadas para a execução das atividades foram: palestras, brinquedos lúdicos, jogos educativos, simulações, modelos interativos, e a implantação do coletor seletivo no evento, do qual teve seus resíduos recolhidos pela Associação Recicla, parceira desta ação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ISO 14001 tem como principal fundamentação prover nas organizações uma estrutura para a proteção no meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas. Diante disso, observa-se que o papel da universidade condiz realizar a promoção de ações impactantes direcionadas para a sociedade que está em seu entorno, objetivando um desenvolvimento no nível de conhecimento dos discentes e das pessoas envolvidas em todo o processo. A Figura 1 expressa o amparo sobre a organização do Sistema de Gestão Ambiental.

Figura 1: Sistema de Gestão ambiental



Fonte: Adaptado de VAZ (2010); ABNT NBR ISO 14001 (2015).

A ISO 14001 é composta pela Política Ambiental, Planejamento, Implantação ou Operação, Verificação e Ação Corretiva e pelas Revisões Gerenciais (ABNT NBR ISO 14001, 2015). A Figura 1

apresenta o Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001, assegurando, de acordo com Schmitt; Kitzmann (2021) alguns princípios, sendo eles:

a) Que sejam apropriados à natureza, às escalas e impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços;

b) Ter como foco a melhoria contínua;

c) Haver a inclusão do comprometimento com foco no legal e outros requisitos subscritos pela organização relacionados a seus aspectos ambientais;

d) Fornecer uma estrutura para análise dos objetivos e metas ambientais;

e) Que sejam documentadas, implementadas, mantidas e comunicadas a todos que atuem na organização.

A gestão ambiental é um conjunto de práticas e políticas que visam preservar os recursos naturais e minimizar os impactos das atividades humanas no meio ambiente, envolvendo a avaliação do impacto ambiental, planejamento de políticas, monitoramento, educação, gestão de resíduos, conservação da biodiversidade e auditoria, além de beneficiar o meio ambiente, traz vantagens econômicas e sociais. É crucial para garantir um futuro sustentável (SCHMITT; KITZMANN, 2021).

Dentre esses padrões, destaca-se a ISO 14001, referente ao Sistema de Gerenciamento Ambiental, que oferece uma estrutura para o gerenciamento visando aprimorar tanto o desempenho ambiental quanto o corporativo, proporcionando benefícios como ferramenta de marketing para empresas, valorização dos produtos e auxílio na conformidade com regulamentos ambientais (BENEDITO, 2021). Além da ISO 14001, existe o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), cujo propósito é promover a melhoria contínua do comportamento ambiental das organizações e a aplicação das melhores tecnologias disponíveis no mercado (BENEDITO, 2021).

A gestão ambiental é um processo que implica na coordenação e implementação de ações e políticas voltadas para a proteção, preservação e conservação do meio ambiente. Compreende a identificação e avaliação dos impactos ambientais das atividades

humanas, a definição de estratégias para minimizar tais impactos, o monitoramento contínuo dos resultados e a busca por soluções sustentáveis. Problemas ambientais decorrentes, como escassez de matéria-prima e poluição, tornam-se cada vez mais graves, demandando a criação e implementação de padrões para a proteção ambiental em prol da sustentabilidade (BARBIERI, 2017).

Os espaços formados de grupos sociais, como a escola, são ambientes propícios ao engajamento e a concepção de ações coletivas. Destacando o ambiente escolar como centro de atividades e relações que devem ser estimuladas para atitudes emancipatórias do consumismo e capitalismo. Contudo, a prática da educação ambiental é um fator essencial para a permanência de uma educação articulada devendo estar presente em todos os níveis educacionais e modalidades do processo educativo (SOUZA, 2020).

A poluição ambiental tornou-se tema de frequentes discussões nos mais diversos ambientes, extrapolando o espaço acadêmico, e meios de comunicação, ocupando espaço especial nos telejornais, diante da abrangência e complexidade cada vez maior de seus efeitos na vida das pessoas. A sociedade preocupada, entre outras coisas, com a qualidade de vida das gerações futuras, tem levantado questionamentos sobre os diversos problemas decorrentes desses efeitos (REINALDI *et al*., 2023).

Na gestão ambiental, os brinquedos lúdicos podem desempenhar um papel crucial na sensibilização e na educação ambiental. Projetados de forma atraente e divertida, esses recursos são valiosos em contextos educacionais para todas as faixas etárias, pois proporcionam oportunidades para explorar questões ambientais complexas de maneira acessível. Por exemplo, atividades que envolvem jogos educativos, simulações e modelos interativos podem ajudar a ilustrar conceitos como conservação de recursos naturais, poluição e biodiversidade de uma forma mais tangível e envolvente. Isso não apenas estimula a conscientização ambiental, mas também promove a compreensão dos desafios e das soluções necessárias para a sustentabilidade.

O ambiente escolar por ser considerado um local privilegiado para a aprendizagem e que possui capacidade de transmitir conceitos necessários para formação de alunos, tendo como fundamento socializar o conhecimento no dever de atuar na formação moral dos mesmos. Tendo em vista que, a educação ambiental nas escolas pode ser determinante para minimizar os problemas educacionais referentes ao comportamento do indivíduo (MARVILA, 2019).

As palestras continuam sendo uma ferramenta valiosa na disseminação de informações e na mobilização de esforços em prol da gestão ambiental. No entanto, para garantir sua eficácia, é essencial torná-las interativas e envolventes. Os palestrantes podem incorporar elementos como estudos de caso, histórias inspiradoras e exemplos práticos de sucesso em projetos de conservação e sustentabilidade. Além disso, ao invés de apenas transmitir conhecimento, as palestras podem se tornar espaços para o diálogo e o compartilhamento de ideias entre os participantes, incentivando o engajamento ativo e a colaboração na busca por soluções ambientais.

É observado, que as políticas públicas voltadas para educação ambiental desenvolvem esse conhecimento nas instituições de ensino de forma interdisciplinar de forma fragmentada, no entanto, permite que os alunos associem com maior facilidade o entendimento sobre as temáticas ambientais na sua vivência cotidiana (ARNALDO, 2019). Dessa forma, a iniciativa da universidade não apenas contribui no conhecimento sobre a reciclagem, no que trata a preservação ambiental, mas também na promoção de uma consciência responsável sobre um meio social sustentável, amparado sob os princípios da ISO 14001.

A partir disso, aponta-se para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos, o qual é um dos principais desafios das grandes cidades. Desse modo, a implantação de coletores de resíduos sólidos em pontos estratégicos, tais como áreas urbanizadas e escolas, incluindo a sensibilização da população são fatores que contribuem para que haja sucesso na etapa da coleta seletiva, e essa foi uma das ações realizadas pelo projeto, uma vez que o coletor seletivo foi posto em um local estratégico o qual dividia todo o evento.

Neste cenário, foram desempenhadas ações que objetivasse a informação, sensibilização e educação do público presente sobre a gestão dos resíduos sólidos, seu impacto e como podemos ter uma sociedade mais sustentável, das quais são imprescindíveis para o desenvolvimento de práticas efetivas resultantes.

O suporte visual também é uma ferramenta poderosa na comunicação eficaz de questões ambientais complexas. Apresentações de slides, infográficos, vídeos e mapas interativos podem ajudar a visualizar dados, tendências e impactos ambientais de maneira clara e acessível. Ao criar suportes visuais para apresentações sobre gestão ambiental, é importante selecionar cuidadosamente os elementos visuais para destacar os principais pontos e fornecer contextos relevantes. Além disso, é fundamental manter um design claro e conciso, evitando sobrecarregar o público com informações excessivas. Dessa forma, os suportes visuais complementam as palestras e promovem uma compreensão mais profunda e duradoura das questões ambientais em discussão.

Integrar essas metodologias na gestão ambiental pode enriquecer as experiências de aprendizado, engajamento e mobilização, capacitando os participantes a se tornarem agentes ativos na preservação e na sustentabilidade do meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que fora compreendido no decorrer do trabalho, observa-se que educar a população sobre a importância da preservação ambiental e práticas ecologicamente corretas, destacando a educação e a conscientização como pilares do desenvolvimento sustentável, é a base para a evolução de meio sustentável. No contexto de Penedo-Alagoas, essas iniciativas são essenciais devido à importância de preservar o ecossistema local, incluindo a Mata Atlântica e o Rio São Francisco. Dessa forma, as atividades extensionistas atribuem programas educacionais, ações de limpeza, campanhas de

conscientização e parcerias locais, são fundamentais para promover o engajamento social e a conscientização ambiental.

Os resultados dessas iniciativas incluem um aumento da conscientização ambiental na comunidade e um fortalecimento da responsabilidade social, com maior participação na proteção dos recursos naturais. É crucial, porém, garantir a participação de diferentes segmentos da sociedade, incluindo grupos marginalizados, e considerar os desafios socioeconômicos locais para desenvolver medidas de conservação inclusivas e sustentáveis. A educação ambiental e a responsabilidade social são ferramentas essenciais para a promoção da sustentabilidade em Penedo.

Após a informação da participação da instituição com a brinquedoteca na FliPenedo, a turma decidiu delinear um projeto direcionado para o público infantil, tratando sobre o meio ambiente e o descarte correto do lixo. O projeto inclui atividades lúdicas e educativas, como oficinas de reciclagem, contação de histórias com temas ambientais, e jogos interativos que ensinam a importância da conservação da natureza. Além disso, a iniciativa prevê a criação de materiais didáticos, como cartilhas e vídeos educativos, para distribuir entre as crianças e suas famílias, visando ampliar o alcance das mensagens de conscientização ambiental. A equipe também planeja parcerias com ONGs locais e especialistas em sustentabilidade para enriquecer as atividades e garantir o impacto positivo do projeto**.**

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 14001. **Sistema de Gestão Ambiental** – Requisitos com orientação para uso. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/slr/cel/N3127.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

ARNALDO, Maria Aparecida; SANTANA, Luiz Carlos. **Políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em**

escolas de Ensino Fundamental. Ciência & Educação (Bauru), v. 24, p. 599-619, 2019.

ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida; GRANDIZOLLI, Claudia Cristina T.; ARRUDA, Reinaldo Gomes de. Educação Ambiental e Cidadania: **Reflexões a partir do descarte de resíduos sólidos no Rio Diamantino(MT)**. Revbea, São Paulo, V. 18, No1:441-457, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14234/10379>. Acesso em: 09 maio 2024.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. Saraiva Educação SA, 2017.

BENEDITO, E. S. **Sistema de gestão ambiental (SGA)**: a evolução da certificação das empresas brasileiras na norma ISO 14001. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 6, n. 3, p. 54-67, mai-jun, 2021. Disponível em: https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/494. Acesso em: 23 mai. 2024.

FERREIRA, Willian; SILVA, Kátia; VOSS, Ericka. **Educação Ambiental: um caminho sustentável para combater as mudanças climáticas**. Revista Biociências, v. 29, n. especial, 2023. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/biociencias/article/view/3726>. Acesso em: 21 maio 2024.

FERREIRA, R. A. da S. **A importância da educação ambiental para a busca da sustentabilidade e construção da cidadania**. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 297-313, 2022. DOI: 10.47879/ed.ep.2022557p297. Disponível em:

<https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/506>. Acesso em: 14 maio 2024.

IBF. **As principais leis ambientais no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/leis-ambientais>. Acesso em: 14 maio 2024.

JARA, De La. **Responsabilidade Social Universitária**: uma experiência inovadora na América Latina. Revista Latina Estudos. Ano 24. No 36, 2017.

LUNETTA, Avaetê de; GUERRA, Rodrigues. **Metodologia da Pesquisa Científica e Acadêmica**. Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, 1(2), 149–159, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8240361>. Acesso em: 15 maio 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8ª ed. Barueri, São Paulo: Atlas, 2022.

MARVILA, NILZIANE. **Educação Ambiental e o processo de interdisciplinaridade no ambiente escolar**. 2019.

MELO, João; KADYDJA, Nascimento; PINTO, Josyanne. **Análise da realização de práticas em Educação Ambiental e sustentabilidade na educação básica**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 18, n. 6, p. 13–27, 2023. DOI: 10.34024/revbea.2023. v18.15153. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15153>. Acesso em: 22 maio 2024.

MELO, João. **Educação Ambiental e sustentabilidade**: recomendações para o desenvolvimento da práxis educativa. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 19, n. 2, p. 60–

70, 2024. DOI: 10.34024/revbea.2024.v9.15936. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15936>. Acesso em: 22 maio 2024.

MESQUITA, L. **Meio ambiente, prepara o Enem**. 2022. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/geografia/meio-ambiente.htm>. Acesso em: 09 maio 2024.

OLIVEIRA, Gyselle Nascente de; GENOVESE, Cinthia Letícia de Carvalho Roversi; ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**: uma leitura crítica da influência da mídia sob a ótica da indústria cultural. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 18, n. 3, p. 345–364, 2023. DOI: 10.34024/revbea.2023.v18.13976. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13976. Acesso em: 14 maio 2024.

OLIVEIRA, Elaine Toná de; ROYER, Marcia Regina. **A Educação Ambiental no contexto da BNCC para o Ensino Médio**. Interfaces da Educação, v. 10, n. 30, p. 57-78, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3717>. Acesso em: 09 maio 2024.

POLMAN, Paul. **Net Positive**: How Courageous Companies Thrive by Giving More Than They Take. Harvard Business Review Press, 2020.

REINALDI, M. A. A, SANTOS, R. O., FREITAS, c. C. G. **Dilemas éticos e desafios da formação contábil frente ao desenvolvimento tecnológico e a Educação Ambiental**. Revbea, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 09-25, 2023.

SCHWAB, Klaus. **Stakeholder Capitalism**: A Global Economy that Works for Progress, People and Planet. Wiley, 2021.

SCHMITT, Luciane; KITZMANN, Dione Iara Silveira. **Gestão ambiental nas universidades**: um olhar sobre as ações de gestão de resíduos na Universidade Federal do Rio Grande- FURG. In: Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade. 4 CONRESOL, v. 4. 2021. Gramado. Anais [...] Gramado/RS. 2021. Disponível em: http://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2021/VIII-004.pdf. Acesso em: 08 maio de 2024.

SOUZA, Fernanda Rodrigues da Silva. **Educação Ambiental e sustentabilidade**: uma intervenção emergente na escola. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 15, n. 3, p. 115-121, 2020.

SILVA, Marcos; MEDEIROS, Elane; JULIÃO, Milene. **O desenvolvimento de uma peça de vestuário a partir de resíduos têxteis** – Bonelaria. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, [S. l.], v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/52309>. Acesso em: 14 maio 2024.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Oxford University Press, 1999. Disponível em: < http://www.c3l.uni-oldenburg.de/cde/OMDE625/Sen/Sen-intro.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

VAZ, Caroline Rodrigues. **Sistema de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior**: uma revisão. Gestão da Produção, Operações e Sistemas – Ano 5, nº 3, p. 45-58, 2010. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/view/327/314>. Acesso em: 21 maio 2024.

VIVEIRO, R. A.; SATO, M. S. **Formação de professores em educação ambiental**: possibilidades didático-metodológicos para o desenvolvimento de um curso na modalidade EAD. Anais do

CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1391>. Acesso em: 09 maio 2024.

ZANGRANDE, Vinícius; MONTEIRO, Sabrina; FERRAZ, Renata. **Educação ambiental e paleontologia**: integrando aspectos socioambientais e culturais ao território. Geoambiente On-line, Goiânia, n. 47, 2023. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/76300. Acesso em: 21 maio 2024.

DINAMISMO COM GÊNEROS TEXTUAIS PARA SUPERAR OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO CENTRO JUVENIL MARIA AUXILIADORA

Maria das Virgens Nunes dos Santos[1]
Orlando de Barros Pimentel Neto[2]
Rodrigo Alberto de Paulo Rocha[3]
Orientadora: Profª Esp. Maria Lúcia Pereira Silva Lima[4]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o trabalho de extensão realizado no Centro Juvenil Maria Auxiliadora com a intenção de estimular, de forma dinâmica, o processo de alfabetização dos estudantes inseridos em um processo de reforço escolar naquela instituição. As atividades foram desenvolvidas a partir dos gêneros textuais, Contos, Fábulas, Histórias em Quadrinhos e Música. Esses gêneros foram trabalhados com uma didática pedagógica que permitiu despertar o interesse dos estudantes pela leitura e escrita, tais como leitura e recontação de Contos, dramatização, criação de história, leitura de tirinhas, leitura com balão estourado, caixa de surpresa com fatias de música, caça ao tesouro para encontrar a Fábula e ganhar um prêmio. A partir das atividades do projeto de extensão, foi percebido que os estudantes da instituição parceira, tinham muitas dificuldades de leitura e escrita, isso por vários fatores, entre eles a questão da família está inserida em umcontexto de vulnerabilidade social, o outro é a questão

[1] Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo- mariadasvirgens8203@gmail.com
[2] Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo - netobarros2001@gmail.com
[3] Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo- rodrigorocha061285@gmail.com
[4] Professora Mestra da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo – luciapereira.naty@hotmail.com

do dinamismo que precisa ser trabalhado de forma mais profunda no reforço escolar que o CJMA oferece. Então, com as atividades que foram desenvolvidas, notou-se que houve um despertar pela leitura e escrita, estimulando a alfabetização.

Palavras-chave: alfabetização; dinamismo; estímulo

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados do projeto de extensão realizado por estudantes do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, no Centro Juvenil Maria Auxiliadora (uma Instituição de apoio socioeducativo localizada na cidade de Penedo/AL), acolhe crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social e desenvolve atividades promotoras da melhoria da qualidade de vida, entre elas, o reforço escolar.

Trabalhar atividades dinâmicas em sala de aula é fundamental para promover a alfabetização dos estudantes, principalmente aqueles que já estão vindo de um sistema que não lhe concedeu condições de se alfabetizar de forma coerente como é o caso dos alunos que recebem reforço escolar no Centro Juvenil Maria Auxiliadora. Esse trabalho foi realizado a partir da dsiciplina de Atividades Extensionistas, pois, além de ser uma exigência do Curso Superior, a extensão, busca através das atividades de extensão, ampliar as habilidades pedagógicas e pôr em prática o que foi anteriormente adquirido, levando para fora da Faculdade o conhecimento que irá auxiliar a sociedade nas suas demandas e problemas. Isso ocorreu na instituição parceira por meio de diversas atividades que foram efetuadas.

A justificativa para essa dinâmica se deu pelo fato de haver no Centro Juvenil, grande quantidade de estudantes com faixa etária entre 8 e 12 anos que ainda não tem domínio da leitura e escrita.

Para tanto, foi utilizada como metodologia dinâmica a leitura e recontação de Contos, dramatização, criação de história, leitura de

tirinhas, leitura com balão estourado, caixa de surpresa com fatias de música, caça ao tesouro para encontrar a Fábula e ganhar um prêmio, distribuição de livros didáticos para reaproveitamento.

Nesse sentido, o desenvolvimento das atividades foram importantes tanto para nós alunos que conseguimos participar de um momento de interação fora da Faculdade e tentar auxiliar na resolução de um problema, quanto para os estudantes que foram estimulados no sentido da alfabetização.

2 OS GENÊROS TEXTUAIS NA ALFABETIZAÇÃO

O trabalho com gêneros textuais favorecem a aprendizagem efetiva da leitura e da escrita. Sobre o processo de leitura, a Base Nacional Comum Curricular apresenta estratégias e procedimentos de leitura da seguinte forma:

Selecionar procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses, levando emcontacaracterísticasdo gênero e suportedotexto, deformaapoder proceder a uma leitura autônoma em relação a temas familiares.

> • Estabelecer/considerar os objetivos de leitura.
> • Estabelecer relações entreo texto e conhecimentos prévios, vivências, valorese crenças.
> • Estabelecer expectativas (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre gênero textual, suporte e universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos.
> • Articular o verbal com outras linguagens – diagramas, ilustrações, fotografias, vídeos, arquivos sonoros etc. – reconhecendo relações de reiteração, complementaridade ou
> Contradição entre o verbal e as outras linguagens (Brasil,2017).

Então, essas estratégias mostradas pela BNCC, conduziram a refletir sobre a necessidade de trabalhar os gêneros textuais seguintes no Centro Juvenil Maria Auxiliadora e aqui foi feito uma reflexão teórica para embasar esse trabalho.

2.1 O dinamismo presente no trabalho com Contos de Fada

Realizar atividades com contos de fadas uma atividade que estimula a aprendizagem dos estudantes,principalmente noprocessode leitura e escritajá que é um gênerotextual degrande aceitação entre as crianças, que desperta interesse, envolvimento e participação dos mesmos.

Antes de iniciar o trabalho, foi desenvolvido um projeto, então, esse gênero foi escolhido para fazer parte das atividades de extensão pelo fato dele apresentar o poder de envolver tanto os estudantes que passam a viver como se fosse um dos personagens, quanto o incentivo para a leitura e escrita e além disso, trazem lições de vida.

> Refletir sobre os Contos de fadas como gênero requer uma leitura de mundo de uma perspectiva do maravilhoso, a qual se distancia dos pressupostos iluministas e positivistas – definidos pela determinação de compreender a realidade com base no materialismo, determinismo e outras linhas teórico-filosóficas ancoradas na tentativa racionalista de interpretar o mundo vivido. O conto de fadas (ou conto da carochinha) é singular e impactante, mantendo, porém, vínculos profundos com outros gêneros, gestados e disseminados pela tradição (Valenzuela, 2024, p. 121).

Diante disso, explorar a importância dos Contos para o desenvolvimento da alfabetização dos estudantes, é essencialmente importante, porque através da história os eles também liberam sua criatividade para reiventar o que escutaram e com isso, desenvolvem melhor a sua compreensão do mundo em que vivem se tornando não apenas alfabetizado mas também letrado.

2.2 Importância das Histórias em Quadrinhos para o processo de alfabetização

A história emquadrinhos é um gênero muito importante, pois a leitura de imagens em narrativas visuais tem um efeito positivo no sentido de estimular a aprendizagem dos estudantes.As histórias em quadrinhos, de acordo com Eisner (1989), surgiram em revistas no século XX, por volta dos anos 1934, mas Ramos e Vergeurio (2009) afirmam que os primórdios já utilizavam as historias em quadrinhos para se comunicar quando escrevia nas paredes das cavernas, mensagens por meio de símbolos e balões.

Carlos César Oliveira Campos concordava com Ramos e Vergeurio (2009), em sua pesquisa intitulada "Quadrinhos é o incentivo a leitura" afirma que a pré-história foi o berço para a chamada história em quadrinhos, pois os primeiros registros pictográficos foram encontrados no âmago das cavernas (Campos, 2013, p.39).

Na opinião de Campos, historicamente no Brasil a primeira revista dedicada inteiramente as histórias em quadrinhos foi a Revista Ilustrada a sua publicação no ano de 1883, escrita por Ângelo Agostine, pioneiro no país na arte emquadrinhos. E acrescenta:

> Os leitores depararam-se pela primeira vez com quadrinhos de grande sucesso nos Estados Unidos: Agente Secreto X-9,Flash, Gordon... Histórias inéditas de Walt Disney, que naquele momento começava a se destacar em cinema animação. (CAMPOS, 2013, p. 35).

Essas publicações de quadrinhos ocorriam no jornal "A nação", numa seção infantil denominada "Suplemento Infantil".O autor afirma que ao falar sobre histórias emquadrinho no Brasil é importante não falar em Mauricio de Sousa, que se caracteriza com um dos principais atores no processo de popularização desse gênero textual e como principal cartunista do país.

> Amante da arte dos desenhos desde a infância, publicou as primeiras tiras de quadrinho, em 1959, em formato de tablóide no jornal Folha da Manhã com as aventuras de Bidu, um simpático cãozinho azul, e seu dono – Franjinha. Depois disso, surgiram diversos outros personagens com destaque para Monica, Magali, Cebolinha, Cascão, Chico Bento, entre diversos outros. A partir de 1970, Mauricio Sousa publica suas histórias em quadrinhos no formato de revistas, ganhando assim o imaginário de criança e adultos. (CAMPOS, 2013, p.38).

Percebe-se que a partir das experiências positivas com esse gênero, o mesmo foi se modificando para acompanhar as demandas da sociedade sem perder sua característica própria. A seguir, uma demonstração de tirinha desse gênero:

Figura1–Minha História em Quadrinhos: Cebolinha em: Vamos Brincar!!!

Fonte: https://slideplayer.com.br/slide/12921306/

O trabalho com essas tirinhas tem reflexo positivo no incentivo do trabalho com alunos, pois é uma forma de ensino-aprendizagem divertida. E, o professor ao trabalhar esse gênero poderá destacar que é preciso possuir características próprias mas que alguns erros de leitura e escrita precisam ser Corrigidos no processo de aprendizagem.

2.3. O incentivo do trabalho com música no refrço escolar

A música é um gênero textual muito importante para ser trabalhado como alfabetização. Isso foi muito interessante no Centro Juvenil, local do desenvolvimento das atividades de extensão. Esse trabalho foi apoiado nas leis e documentos que trazem determinações a respeito disso, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN.

No Art. 26, essa lei determina que os currículos da educação básica (educaçãoinfantil, ensino fundamental e ensino médio), devem "[...] ter base nacional comum, a ser complementada, emcada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e doseducandos". No seu "§ 2º,o ensino daarte, especialmente emsuas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica", contemplandoas linguagens — artes visuais,dança e teatro (§ 6º) (Brasil, 1996).

Também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apresenta as competências da educação básica, sendo que estas competências direcionam o ensino aprendizagem,enfatiza que os educandos devem desenvolver ao longo da educação básica habilidades específicas para sua faixa etária e que. Das competências gerais da BNCC, cabe destacar aqui as duas seguintes:

> 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico- cultural.
> 4. Utilizar diferentes linguagens–verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (Brasil, 2017, p. 9)

Então, sendo a música uma expressão artística que se concretiza por meio dos sons, ganha forma, sentido esignificado no âmbito da sensibilidade enas interações sociais entre os estudantes, torna-se importante para ser utilizada como atividade de incentivo para a alfabetização. “O processo de ensino e aprendizagem de música deve valorizar uma visão globale integradora do mundo eos processos de escuta, experimentação e criação” (POUGY, 2017, p. 24). Essa foi a intenção das atividades desenvolvidas com os estudantes do Centro Juvenil Maria Auxiliadora.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste projetode extensão/intervenção,foi sistematizada em três eixos: identificação/diagnóstico preliminar sobre os problemas de aprendizagem no Centro Juvenil Maria Auxiliadora; o estudo de referencial teórico para embasamento; desenvolvimento de atividades com gêneros textuais de forma dinâmica. A partir dos gêneros escolhidos foram desenvolvidas atividades como, leitura e recontação de Contos, dramatização, criação de história, leitura de tirinhas, leitura com balão estourado, caixa de surpresa com fatias de música, caça ao tesouro para encontrar a fábula e ganhar um prêmio, exibição de vídeo, tapete de palavras que contextualizavam a fábula contada, distribuição de livros conseguidos por doação

.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As discussões sobre as dificuldades de concretização do processo de ensino- aprendizagem de língua materna, principalmente quando se trata da Língua Portuguesa, tem trazido muitas discussões para educadores que tentam buscar algumas estratégias pararesolver esse problema.

A realização desse trabalho possibilitou conhecer outras realidades fora do ambienteda faculdade para atuar com precisão estimulando a parceria FRM e comunidade local. As atividades

realizadas foram essenciais para compreender a importância dos gêneros textuais trabalhados de forma dinâmica na intenção da alfabetização, conforme as evidênciasseguintes:

Figura 2
Contação de história

Fonte:autores do trabalho (2024)

Figura 3
Dramatização

Fonte:autores do trabalho (2024)

Nessas atividades, foi percebido que os alunos interagiram de forma positiva, se interessarampelo conteúdo que estava sendo trabalhado e aprenderam com mais facilidade, já que havia uma reclamação da coordenadora pedagógica sobre a falta de interesse desses Estudantes nos momentos de alfabetização.

Essas atividades contemplam as habilidades estabelecidas pela BNCC -EI03EO04: Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. EI03EF07:Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura (BNCC, 2027)

Figura 4
Leitura em tapete de palavras

Fonte:autores do trabalho (2024)

Figura 5
Distribuição de livros conseguidos por doação

Fonte:autores do trabalho (2024)

Na figura 3 que representa a leitura em tapete ,foirealizada a contação da fábula e depois a leitura no tapete contextualizando o gênerotextual através de questionamentos e respostas. Nessa atividade dinâmica, os estudantes participaram ativamente e houve aprendizagem de forma que superaram as expectativas.

Já a figura 4, que mostra a distribuição dos livros, foi um momento surpreendente, pois, o trabalho de alfabetização realizado no CentroJuvenil Maria Auxiliadora se desenvolvia sem auxílio desse subsídio importante. Logo que os livros foram entregues aos estudantes, houve grande alegria, foi solicitado que três alunos escolhessem uma leitura para realizar e fazer a discussão sobre esta. O momento foi muito proveitoso. Diante disso, percebeu-se a importância do livro conforme afirma o autor seguinte:

> O livro didático ainda possui papel significativo no ensino. Pois, com ele o professor consegue ter uma direção, amparado por uma sustentação didática que o livro lhe fornece. Como também, o aluno consegue guiar-se com o apoio dessa ferramenta educacional tão importante (Silva, 2017).

Dessa forma, vê-seque o livro didático mostra caminhos para subsidiar a aprendizagem, então pode ser considerado como importante instrumento de trabalho para professores e estudantes, sendo também uma ferramenta de comunicação que auxilia na aquisição da linguagem correta.

5 CONSIDERAÇÕESFINAIS

O projeto de extensão realizado no Centro Juvenil Maria Auxiliadora foi considerado como uma forma de aproximar os estudantes da FRM à sociedade, possibilitando a construção de saberes diferentes. Através da troca de experiências e conhecimentos entre graduandos, alunos e o público daquela instituição, constatou-se grande aprendizado.

As ações se caracterizaram como momento de reflexão crítica sobre a prática, troca de saberes e promoveu a consonância entre ensino e pesquisa, constituindo-se como atividades produtoras de conhecimento além dos muros da Faculdade. Com esta experiência, verificou-se que os projetos de extensão são capazes de promover a melhoria da formação e gerar reflexões sobre as vivências e a aprendizagem teórica por meio das ações práticas.

Em síntese, viu-se que o CJMA nesse tempo de atividades de extensão, foi um espaço de produção e disseminação de conhecimentos promovendo o crescimento intelectual na conquista das competências e habilidades específicas para atuar enquanto futuros pedagogos diante dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 dez. 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.Acesso em: 15 de maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº9.394/1996, de 20de dezembro de 1996**.Diretrizese Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CAMPOS, Claudio César de Oliveira. **Quadrinhos e o incentivo à leitura.** Brasília, FCI/UnB, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6091/1/2013_ClaudioCesarDeOliveiraCampos.pdf>Acesso em 22 de maio de 2024.

EISNER,W.**Quadrinhos e a arte sequencial.** SãoPaulo:MartinsFontes, 1989.

PENEDO, **Regulamento de Atividades Completares**, FaculdadeRaimundoMarinho,2022.

POUGY, Eliana. **Ápisarte, 2º ano: ensino fundamental, anos iniciais**. 2.ed.SãoPaulo: Ática, 2017.

SILVA,Bruno G. **História da Ciência nos Livros Didáticos**do 1.ºAno doEnsino Médio no Brasil. (Dissertação) de Mestrado emEnsino de Ciências – Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Bragança, 2017.

VALENZUELA, Sandra Tabucco. **Contos de fadas: origens, conceitos e reflexão sobre o gênero.** Revista USP São Paulo n. 140 p. 89-106 janeiro/fevereiro/março 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2024/03/8-Sandra-Trabucco.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2024.

hawking
EDITORA